



1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade O GENOCÍDIO DO POVO WAIMIRI-ATROARI



Manaus
2012

1. POR QUE KAMÑA MATOU KIÑA?

Por que *kamña* matou *kiña*?¹ *Apiemieke*?² (Por quê?). Esta foi a pergunta mais frequente que os Waimiri-Atroari fizeram aos seus professores, Egydio e Doroti Schwade, que desenvolveram o primeiro processo de alfabetização em sua língua materna na aldeia Yawará – Sul de Roraima – entre fevereiro de 1985 e dezembro de 1986. A pergunta exige uma resposta da sociedade nacional. Mas como chegar à verdade sobre este crime cometido durante a construção da BR-174 pela Ditadura Militar e em períodos posteriores se uma das empresas que participaram diretamente do desaparecimento dos índios comanda hoje a política indigenista na área?^{3 4 5}

No momento em que a sociedade anima o Governo na busca dos desaparecidos políticos da Ditadura Militar e dos crimes cometidos contra a sociedade, não podemos esquecer os mais duramente atingidos durante este período, nesta região amazônica, os indígenas. O que ocorreu aos Cinta Larga e Suruí, na região dos Rios Aripuanã e Rooswelt, entre Rondônia e Mato Grosso; aos Krenhakarore do rio Peixoto de Azevedo, na rodovia Cuiabá-Santarém (conhecidos como Índios Gigantes); aos Kanê ou Beiços-de-Pau do Rio Arinos no Mato Grosso; aos Avá-Canoeiro em Goiás; Parakanã e Arara no Pará e a outros

¹ A palavra “*Kamña*” é utilizada para identificar os não indígenas e “*Kiña*” quer dizer “a gente”, “a nossa gente”, ou seja, o povo Waimiri-Atroari. A pergunta aparece constantemente nos **Desenhos *Kiña***, feitos pelos estudantes da Escola Yawara no período, entre 1985 e 1986. [Arquivo da Casa da Cultura do Urubuí. ANEXOS, seção I: Desenhos *Kiña* - Documentos de 1 a 19. Veja em especial anexos 1, 7, 9 e 11]

² SCHWADE, Egydio e SCHWADE, Doroti Alice M. **Carta para Zoraide Goulart dos Santos. FUNAI**. Presidente Figueiredo, 14 de dezembro de 1986. (O fonema [ñ] grafado como ñ do espanhol foi uma escolha dos índios feita dentro do processo de alfabetização pelo método Paulo Freire. Linguistas brasileiros, inclusive o linguista da FUNAI, aprovaram a decisão dos índios. O casal de professores norte-americanos que a FUNAI nomeou para substituir Egydio e Doroti Schwade interferiram mudando a grafia. Aqui preferimos manter a grafia original, ou seja, a decisão dos índios).

³ SILVA, Márcio. **Taxa de crescimento da população Waimiri-Atroari cai nos últimos quatro anos**. UNICAMP. Cidade Universitária, 10 de setembro de 1991.

⁴ BAINES, Stephen G. **Território dos Wainiri-Atroari e o indigenismo Empresarial**. Série Antropologia 138. Universidade de Brasília, 1993.

⁵ PROGRAMA WAIMIRI-ATROARI/FUNAI-ELETRONORTE. Ações Mitigadoras da Eletronorte pelos Impactos Provocados pela Inundação nas Terras dos Waimiri-Atroari. Em: < www.waimiriatroari.org.br >.

em função dos projetos políticos e econômicos da Ditadura. Também não devem ser esquecidos crimes cometidos contra povos indígenas que, embora desencadeados desde antes do governo militar, se acirraram durante o mesmo devido a negligência, acobertamento e incentivos fiscais concedidos a latifundiários interessados na morte dos índios. É o caso das “correrias”, expedições de matança de índios que ocorreram até o final da década de 1970, especialmente no sul do Amazonas e no Acre. Entre os povos mais duramente atacados em “correrias” citam-se os Kaxinawa e os Madiha no Acre e os Juma no Sul do Amazonas. Muitos dos episódios de “correrias” tiveram a participação direta de agentes públicos.⁶

Oferecemos aqui documentação sobre o que ocorreu aos Kiñá ou Waimiri-Atroari, povo que habitava até 1967 a região entre Manaus (AM) e Caracaraí (RR), ou seja, do vale do rio Urubu rumo Norte, passando pelos rios Uatumã, Curiuaú, Camanaú, Alalaú e adentrando Roraima até os rios Jauapery e Anauá, em direção à Guiana. Alguns desses documentos apontam também para o genocídio do grupo Piriutiti, na mesma região, que merece uma investigação mais específica.

A respeito do massacre dos Waimiri-Atroari pelos militares, apesar de tão recente e tão próximo a Manaus (entre 100 e 350 quilômetros), a opinião pública tem menos informações e descrições do ocorrido que dos massacres acontecidos aos mesmos índios há 150 anos. Isso porque, apesar da farta documentação existente, que comprova o exercício de uma política genocida, instalou-se junto ao povo Waimiri-Atroari um programa de controle da informação que mantém afastados os indigenistas, cientistas e jornalistas independentes, ou seja, sem vinculação com os interesses empresariais instalados no território indígena.

Ao mesmo tempo em que encaminhamos à Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça esses documentos sobre as táticas de guerra, instrumentos utilizados e a ocultação dos acontecimentos no processo sistemático de extermínio do povo Waimiri-Atroari para a expropriação do seu território e dos recursos naturais ali existentes, solicitamos providências para que este processo

⁶ LUCENA, Eliana. **Funai ainda desagrada missões**. In. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 27 de abril de 1975.

de morte e ocultação de crimes seja superado, afastando da direção da política indigenista as empresas e os responsáveis pelo massacre ocorrido e a todos os funcionários que ao tempo da Ditadura Militar tiveram alguma participação ou presença nas ações da FUNAI e do Exército na área. Só assim se poderá criar as condições para iniciar um novo diálogo entre os Waimiri-Atroari e a sociedade nacional.⁷

2. DADOS DEMOGRÁFICOS

Em 1905 os pesquisadores alemães Georg Hübner e Theodor Koch-Grünberg percorreram o baixo rio Jauapery e estimaram os Waimiri-Atroari em 6.000 pessoas.⁸ O Padre João Giovanni Calleri, que em 1968 fez o primeiro levantamento a serviço da FUNAI, sobrevoando os rios Uatumã, Abonari e Alalaú os estimou em 3.000. Número que se repetiu em pesquisa mais minuciosa de funcionários do mesmo órgão em 1972.⁹ Menos de dois anos após, sem notícias sobre alguma grave epidemia, a FUNAI já os estimava em menos de 1.000.¹⁰ Em 1983 o pesquisador da UNB Stephen Grant Baines percorrendo todas as aldeias, contabilizou apenas 332 pessoas sobreviventes, dos quais 216 eram crianças ou jovens com menos de 20 anos.¹¹ Foi o primeiro censo dos Waimiri-Atroari.

Com o fim da Ditadura Militar, em 1984, a população Waimiri-Atroari começou novamente a crescer. A virada ocorreu entre 1983 e 1987, quando a população cresceu a uma média 6,05% ao ano. No início do Programa Waimiri-

⁷ SCHWADE, Egidio. **2000 Waimiri-Atroari desaparecidos durante a Ditadura Militar**. (Uma síntese dos acontecimentos em seis artigos publicados no Blog Casa da Cultura do Urubuí: <www.urubui.blogspot.com.br>).

⁸ HÜBNER, Georg e KOCH-GRÜNBERG, Theodor. Die Yauapery. In: **Zeitschrift für Ethnologie**, Nr.19, Berlin: 1907, p. 232 (225-248).

⁹ OLIVEIRA, Rubens Auto da Cruz FUNAI/DGPC. **Postos Indígenas da FUNAI / Primeira Delegacia Regional / Estado do Amazonas**. Brasília, 1972, p. 1, 2, 7 e 8.

¹⁰ PINTO, Gilberto Figueiredo Costa (FUNAI). **Relatório da Frente de Atração Waimiri-Atroari, de acordo com o Memo No.363/73, de 1973**. Manaus, 27 de outubro de 1973.

¹¹ BAINES, Stephen Grant. **Comentário a respeito do “Relatório sobre a Visita aos Waimiri-Atroari: de 20 de setembro de 1992”, da comissão de Assuntos Indígenas da ABA**. Brasília, 19 de maio de 1993. Pg. 4.

Atroari (FUNAI/ELETRONORTE), entre 1987 e 1991, o crescimento reduziu para 4,71% ao ano.¹² O isolamento a que os Waimiri-Atroari foram submetidos, a partir de 1987, pelo programa, não permite inferir se a redução representa um crescimento das taxas de mortalidade ou o decréscimo das taxas de natalidade.¹³

Ano	População	Fonte
1905	6.000	HÜBNER, Georg e KOCH-GRUNBERG, Theodor
1968	3.000	CALLERI, João Giovanni (Pe.) – FUNAI.
1972	3.000	FUNAI.
1974	600/1.000	COSTA, Gilberto Pinto Figueiredo – FUNAI.
1982	571	CRAVEIRO, Giusepe – FUNAI.
1983	350	FUNAI.
1983	332	BAINES, Stephen Grant – Museu Emilio Goeldi.
1987	420	SILVA, Marcio – UNICAMP.
1991	505	Programa Waimiri-Atroari - ELETRONORTE .
2011	1515	Programa Waimiri-Atroari – ELETROBRAS.

3. OS WAIMIRI-ATROARI INTERROGAM: “APIEMIEKE?”

O General Altino Berthier Brasil, sobre suas lembranças da abertura da BR-174, escreveu:

E na hora do ângelus e mesmo depois, em plena cegueira daquelas noites equatoriais, comovido, eu cansei de ouvir gemidos pungentes e soluços anônimos, verdadeiros clamores de

¹² SILVA, Marcio. **Romance de Primos e Primas: uma etnografia do parentesco Waimiri-Atroari**. Manaus: Valer/Edua, 2009.

¹³ SILVA, Marcio (UNICAMP). **Taxa de crescimento da População Waimiri-Atroari cai nos últimos quatro anos**. Campinas, 10 de setembro de 1991.

misericórdia daquela gente, que me parecia condenada a um triste e melancólico fim. (p. 25)¹⁴

Necessita-se mudar a maneira de se relacionar com os Waimiri-Atroari, imposta pelo Governo Militar desde o final da década de 1960 e que subordinou o indigenismo oficial aos interesses empresariais. Então se conseguirá, com relativa facilidade, chegar à verdade do que ocorreu exibindo o depoimento dos sobreviventes. Ações neste sentido, já foram iniciadas ao final da Ditadura Militar.^{15 16 17 18 19 20} Infelizmente, esses trabalhos foram arbitrariamente interrompidos para atender aos interesses empresariais sob a coordenação do Programa Waimiri-Atroari.^{21 22 23 24 25 26 27}

¹⁴BRASIL, Altino Berthier. **O Pajé da Beira da Estrada**. Porto Alegre/RS: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1986.

¹⁵ SANTOS, Zoraide Goulart dos (Programadora Educacional / 1ªDR / FUNAI). **Informação nº 18/Setor de Educação/85**. Manaus: 30 de setembro de 1985. [Assunto: Educação formal para os Waimiri-Atroari].

¹⁶ SCHER, Nelmo Roque (Linguista/FUNAI). **Relatório REF: ITE 042/85-AESP**. Brasília: Brasília, 28 de janeiro de 1986. [Scher foi designado para a comunidade indígena Waimiri-Atroari com a finalidade de avaliar as reivindicações de implantação de um sistema educacional específico para a área pela Instrução Técnica Executiva Nº 042/AESP, de 29 de outubro de 1985].

¹⁷ SCHWADE, Egydio e SCHWADE, Doroti Alice Müller (CIMI/OPAN). **Relatório 1ª Experiência de Alfabetização entre os Waimiri/Atroari**. Presidente Figueiredo – AM, 15 de dezembro de 1986.

¹⁸BAINES, Stephen Grant. **É a FUNAI QUE SABE: A Frente de Atração Waimiri-Atroari**, Belém, CNPq, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1990.

¹⁹SILVA, Márcio. **O Parentesco Waimiri-Atroari: Observações Preliminares**. Simpósio ABA/ANPOCS. Pesquisas Recentes em Etnologia e História Indígena da Amazonia.” Museu Paraense Emílio Goeldi. Belem, 08 de dezembro de 1987.

²⁰Desenhos dos estudantes da escola Yawara: Gerôncio Sehe, 18 de novembro de 1985. **Homem chorando ao ser metralhado**[Anexo 2- seção I]; Panaxi, Olindo. 25 de maio de 1986. **Homens com fuzil, bomba [maxi] e escondidos**[Anexo 1- seção I];Gerôncio Sehe. 28 de maio de 1986. **Homens armados com revólveres, rifles, granada e cartucheira**[Anexo 3 - seção I]. Viana Womé. **Maloca Tikiria furada e com parede caída**.

²¹CORRÊA, Raimundo Nonato (Coordenador do NAWA/FUNAI). **Comunicação Interna Nº 41/86. Relatório a Respeito da Saída do Sr. Egidio Swade (sic) da Área Waimiri/Atroari**. 30 de dezembro de 1986.

²²SCHWADE, Egydio e SCHWADE, Doroti Alice Müller (CIMI/OPAN). **Comentário a respeito do relatório do Sr. Raimundo Nonato Correa**. Presidente Figueiredo, 26 de março de 1987.

Em junho de 1985, sentado na calçada em frente ao prédio da FUNAI, em Brasília, em companhia de dois Waimiri-Atroari, um deles perguntou ao professor Egydio Schwade (CIMI/OPAN): “O que é que civilizado joga de avião e que queima o corpo da gente por dentro?” E esforçou-se em explicar um fato que aconteceu numa aldeia onde morava muita gente amiga de sua família.²⁸

A partir de agosto de 1985, Egydio Schwade e sua esposa, Doroti Alice Müller Schwade, iniciaram o processo de alfabetização inspirado no método Paulo Freire, partindo de desenhos elaborados pelos indígenas. Estes desenhos eram produzidos diariamente pela comunidade na aldeia, fora da vista dos encarregados do posto da FUNAI e dos próprios professores. No dia seguinte eram discutidos em aula. Dos desenhos surgiram as letras, depois as palavras, pequenas frases e, finalmente, os textos. Assim, criou-se uma comunicação recíproca e os Waimiri-Atroari começaram a procurar respostas sobre o porquê de tanta crueldade, ao mesmo tempo em que contavam as histórias de como seu povo foi massacrado.²⁹

²³ SILVA, Márcio Ferreira da (UNICAMP). **Carta ao Professor Dr. Silvio Coelho dos Santos** (Presidente da Associação Brasileira de Antropologia - ABA). Campinas, 19 de junho de 1993.

²⁴ BAINES, Stephen Grant (Museu Paraense Emílio Goeldi – Departamento de Ciências Humanas – Antropologia). **Relatório de Pesquisa de Campo – “Expulsão” do Pesquisador e Sua Assistente Verenilde Santos Pereira da Área Indígena Waimiri-Atroari**. Belém – PA, 11 de julho de 1989.

²⁵ BAINES, Stephen Grant (Departamento de Antropologia/UNB). **Carta a Professora Cecília Maria Rodrigues de Souza** (Coordenadora do I seminário Waimiri-Atroari / UFAM / Núcleo de Etnolinguística). Brasília, 23 de fevereiro de 1990 [Publicada parcialmente no Jornal A Notícia, de 07 de março de 1990].

²⁶ SCHWADE, Egydio. **Carta a Professora Cecília**. Manaus, 06 de março de 1990. [Publicada no Jornal A Notícia, de 07 de março de 1990].

²⁷ SILVA, Márcio Ferreira da (UNICAMP). **Carta a Professora Cecília Redrigues de Souza** (Coordenadora do I Seminário de Estudos Waimiri-Atroari/UFAM). São Paulo, 24 de fevereiro de 1990.

²⁸ SCHWADE, Egydio. **2000 Waimiri-Atroari desaparecidos durante a Ditadura Militar – Texto 3: Por que Kamña matou kiña?**. Disponível em: www.urubui.blogspot.com. Presidente Figueiredo, 14 de maio de 2011.

²⁹ OPAN – Operação Anchieta (Atualmente Operação Amazônia Nativa). **A Conquista da Escrita: Encontros de Educação Indígena**. Iluminuras – Projetos e Produções Editoriais Ltda: São Paulo, 1989. (P. 139 – 149).

Tão logo tiveram confiança em aula, as perguntas se sucediam: “Por que kamña (civilizado) matou Kiña (Waimiri-Atroari)?” “O que é que kamña jogou do avião e matou Kiña?” Kamña jogou kawuni (de cima, de avião), igual a pó que queimou a garganta e Kiña logo morreu”. Os índios se referiam a FUNAI e as Forças Armadas que foram então os responsáveis pelo destino deste povo.

Uma índia escreveu ao lado de seu desenho: “A minha mãe não me ensinou a fazer rede”. A mensagem, num estilo quase telegráfico, foi esclarecida na discussão subsequente: a mãe morreu de sarampo muito cedo, depois do pai já ter sido morto na luta de resistência.³⁰

Egydio transcreveu algumas das frases que ouvira durante as aulas:

“Apapeme yinpa Wanakta yimata” (“Meu pai me abandonou no caminho da aldeia de Wanakta”). A frase em Kiñayara conduziu à uma tragédia e à solidariedade reinante no povo Kiña. Discutida em aula levou à seguinte história: a aldeia de Yanumá, pai de Damxiri, autor do texto, se localizava no baixo rio Alalaú. Um dia foi atacada por kamña (civilizado). Yanumá procurou reter o ataque, enquanto mulheres e crianças fugiam pelo caminho que conduzia à aldeia de Wanakta, localizada no Alto rio Camanaú. Mortalmente ferido, Yanumá ainda conseguiu alcançar a mulher com os filhos. Sentindo-se desfalecer, recomendou à mulher que se refugiasse na aldeia de Wanakta, um líder descrito por eles como: “Wanakta karanî, xuiyá, todapra” (“Wanakta, um homem bom, bonito e gordo”). Sua aldeia, ao que parece, situada então numa região fora do roteiro da estrada e dos rios navegáveis. Possivelmente nunca foi vista pelos civilizados. Tendo sido uma das únicas que, ao que parece, não foi atingida pela violência dos kamña.³¹

³⁰ OPAN – Operação Anchieta (Atualmente Operação Amazônia Nativa). **A Conquista da Escrita: Encontros de Educação Indígena**. Iluminuras – Projetos e Produções Editoriais Ltda: São Paulo, 1989. (Pág. 146)

³¹ SCHWADE, Egydio. **Tombaram no silêncio da mata**. Relato inédito. Presidente Figueiredo, 2007.

As 31 (trinta e uma) pessoas da aldeia Yawara, ao tempo que ali foi desenvolvido esse primeiro processo de alfabetização (1985-1986), eram sobreviventes de quatro aldeias localizadas à margem direita do rio Alalaú, desaparecidas durante a abertura da rodovia BR-174. A pessoa mais velha não passava dos 40 anos. Todas as demais, acima de dez anos, eram órfãs, exceto duas irmãs, cuja mãe ainda vivia. Seus pais morreram na guerra genocida, durante a construção da rodovia. E as crianças de quatro a dez anos também eram órfãs de pai e mãe. Seus pais morreram de sarampo em 1981, abandonados pela FUNAI à beira da BR-174, no Km 285.^{32 33}

Assim foram obtidas as primeiras notícias, contadas pelas próprias testemunhas, sobre o desaparecimento de mais de 2.000 Waimiri-Atroari em apenas 10 anos. Mediante desenhos e as primeiras letras, eles revelaram o método e as armas que os *kamña* usaram para dizimá-los: aviões, helicópteros, bombas, metralhadoras, fios elétricos e estranhas doenças. Comunidades inteiras desapareceram depois que helicópteros de soldados sobrevoaram ou pousaram em suas aldeias.³⁴

Algumas vezes relacionavam os mortos. O episódio abaixo foi desenhado e descrito por Panaxi aos Professores Egydio e Doroti. Ele vivia numa aldeia do Baixo Alalaú na época em que isto aconteceu com seu pai, mãe, irmãos, parentes e amigos:

Antigamente não tinha doença. Kiña estava com saúde. Olha civilizado aí! Olha civilizado ali! Lá! Acolá! Civilizado escondido atrás do toco-de-pau! Civilizado matou com bomba.

Civilizado matou Sere.

Civilizado matou Podanî.

Civilizado matou Mani.

Civilizado matou Akamamî.

Civilizado matou Priwixi.

³²EGUFE, Leonida (Atendente de enfermagem/FUNAI). **Sarampo na área dos Waimiri-Atroari**. Maio de 1981.

³³CORREIA, Egipson Nunes (Atendente de enfermagem/FUNAI). **Epidemia de sarampo entre os WAIMIRI-ATROARI**. 02 de junho de 1981.

³⁴Desenhos Kiña. Arquivo da Casa da Cultura do Urubuí. [ANEXOS de 1 a 19 – secção I: Desenhos Kiña].

Civilizado matou Txire.
Civilizado matou Tarpiya.
Com bomba.
Escondido atrás do toco-de-pau!³⁵

Pais, mães e filhos mortos, aldeias destruídas pelo fogo e por bombas. Gente resistindo e famílias correndo pelos varadouros à procura de refúgio em aldeia amiga. A floresta rasgada e os rios ocupados por gente agressiva e inimiga. Esta foi a geografia política e social vivenciada pelo povo Kiña desde o início da construção da BR-174 em 1967 até sua inauguração em 1977.

Estatística da FUNAI de 1972 refere que “na periferia do posto de atração do Alalaú, à margem direita do Rio Alalaú, moravam 300 indígenas. Além das aldeias dos capitães Nenen, Juani, Elsa e Comprido”.³⁶ Informação confirmada por Raimundo Pereira da Silva, que trabalhou como mateiro na abertura da picada da rodovia, no grupo que seguia no sentido de Roraima, entre 1972 e 1977:

Raimundo Pereira da Silva – Agora eu fiquei impressionado porque antes do Exército entrar, a gente via muito índio, muito índio.

Tiago Maiká Müller Schwade – é mesmo?

Raimundo Pereira da Silva – É, eles saiam no barraco da gente, muito, muito, muito. Eu tinha um bocado de coroa de ouro, eu. Eles eram doidos pra me levar pra lá, eles falavam: ‘maroca, maroca, maroca, vamo embora, maroca, maroca’. Eu dizia ‘não, Manaus, Manaus, Manaus’. Eles: ‘não, maroca, maroca’, pra me levar pra lá. Todos os dias esses vinham com aquela conversa.

Egydio Schwade – E quase todos os dias eles te encontravam?

Raimundo Pereira da Silva – Todo dia.

[...]

³⁵ PANAXI, Olindo. **Homens com fuzil, bomba [maxi] e escondidos**. Escola Yawará, 25 de maio de 1986 (Dados anotados em aula no verso por Egydio Schwade).

³⁶ OLIVEIRA, Rubens Auto da Cruz FUNAI/DGPC. **Postos Indígenas da FUNAI / Primeira Delegacia Regional / Estado do Amazonas**. 1972, p. 1, 2, 7 e 8.

Raimundo Pereira da Silva – Depois que o BIS [Batalhão de Infantaria na Selva] entrou, nós não vimos mais índios.

Egydio Schwade – Mas antes disso?

Raimundo Pereira da Silva – Antes cansou de chegar 300 – 400 índios no barraco da gente. É... Levavam tudo que a gente tinha. A gente tinha medo, sabe e esses índios aí não pediam, não tomava. Era troca, troca, troca. Davam uma flecha, qualquer coisa deles. (00:10:40 – 00:15:33)³⁷

Na mesma entrevista, o trabalhador ainda revela que, em 1976, quando já haviam realizado a travessia do rio Alalaú, o Exército encontrou um grupo de indígenas:

Raimundo Pereira da Silva – Eles acharam um grupo de índios, duns... uns 30 índios, o BIS. Aí trouxe pra cá, chegou, eles deram 600 tiros aberando os índios.

Egydio Schwade – Perto deles?

Raimundo Pereira da Silva – É, perto deles. Índio ficava com medo, medo. E eles empurravam eles na boca do pau, pra subir na caçamba. “Sobe na caçamba!”, empurravam na boca do pau. Rapaz índio ficavam assim ó, se tremendo.

Egydio Schwade – Depois dos tiros?

Raimundo Pereira da Silva – Depois dos tiros. Aí botavam na caçamba e iam deixar lá na estrada. Agora lá nós não íamos, os civis não iam. Só o Exército. Nós não sabe se eles matavam eles lá ou soltavam. Civil nenhum sabe. (00:16:36 – 00:17:37)

Entre 1972 e 1975, desapareceram pelo menos seis aldeias no Vale do Igarapé Santo Antônio do Abonari. Outra na margem direita do Baixo Alalaú e três na margem direita do Médio rio Alalaú.³⁸

³⁷ SCHWADE, Egydio e SCHWADE, Tiago Maiká Müller (Orgs). **Entrevista com Raimundo Pereira da Silva sobre a construção da BR-174**. Presidente Figueiredo, 11 de outubro de 2012.

³⁸ OLIVEIRA, Rubens Auto da Cruz FUNAI/DGPC. **Postos Indígenas da FUNAI / Primeira Delegacia Regional / Estado do Amazonas**. 1972, p. 1, 2, 7 e 8.

Uma *Umá* (estrada ou varadouro interétnico) ligava as aldeias do Baixo ao alto rio Camanau e seguia no rumo Norte, atravessando o Rio Alalaú por duas vezes, primeiro em local conhecido como Travessia, contatando com várias aldeias da margem direita do Médio Alalaú, como Askoia Mudî no igarapé Privixi (Capitão Tavares) e Mahña Mudî no rio Mahña (Pinheiros), Mrebsna Mudî e outras. Sempre seguindo rumo Norte passava ainda por outras aldeias até finalmente adentrar o território dos índios Wai-Wai.

Na área do posto da FUNAI no rio Camanaú, próximo à sua foz no Rio Negro, existia em 1972 uma população Waimiri-Atroari calculada em 350 pessoas, “distribuída pelas aldeias do capitão Maroaga, capitão Pedro e aldeias arredias”.³⁹ E na margem esquerda, Sudeste da Cachoeira Criminosa (Urtanu na língua Kiña), onde se localiza hoje a Mineradora Taboca (Paranapanema), desapareceram pelo menos nove aldeias, aerofotografadas pelo Padre Calleri, em 07 de outubro de 1968, durante sobrevoos a serviço da FUNAI.⁴⁰ Esses eram conhecidos pelos demais grupos Kiñá como Tikiriya. Os alunos da aldeia Yawará desenharam casas dos Tikiriya e escreveram ao lado frases como esta: “Tikiriya yitóhpa, kamña yikame, (“Tikiriya foi embora. Taboca chegou”). Taboka ikame Tikiriya yitohpa. Apiyamyake, apiyemiykî? [Taboka chegou, Tikiria sumiu, por que? Por que?]”⁴¹ E esta outra: “Taboka Tikiriya paktana” (“Taboca foi no lugar onde Tikiriya morava”). “Mudu kererema. Yarawoma. Taboka tikiriya patana. (A casa toda furada. Parede caiu. Taboca foi no lugar onde Tikiriya morava.) Em aula alguém ainda perguntava: “por quê civilizado mandou a nossa gente embora?”.⁴² Enquanto Wome desenhou a maloca Tikiriya com telhado todo furado e paredes caindo, Kewe pintou uma praga de onças que devia ter comido a todos.

Nunca mais tiveram notícias desses seus parentes do rio Uatumã (rio que foi renomeado de Pitinga) e do igarapé Ootape, rebatizado pela Paranapanema,

³⁹ Idem

⁴⁰ PRELAZIA DE RORAIMA. Comissão pró-índio. Atividade extraordinária. **Pacificação: Índios Waimiri-Atroari.** Manaus, 4 de outubro de 1968.

⁴¹ KEWE, Claudio. **Tikiriya sumiu.** 14 de maio de 1986. [ANEXO 11 – seção I: Desenhos Kiña]

⁴² WOME, Viana. **Taboka tikiriya patana** (A casa toda furada. Parede caiu. Taboca foi no lugar onde Tikiriya morava). 14 de maio de 1986 [ANEXO 12 – seção I: Desenhos Kiña].

sucessivamente, de Jacutinga, Tiaraju e Madeira. Vários líderes organizaram prolongadas expedições no entorno desses rios e igarapés do alto Pitinga à procura dos parentes desaparecidos, mas não os encontraram.

Durante a instalação da Mineração Taboca, entre 1979 e 1988, ainda ocorreram notícias da presença de índios naquela região de Pitinga, mas as informações sempre foram abafadas pela empresa. Em agosto de 1985, apareceram índios desconhecidos no canteiro de obras da hidrelétrica do Pitinga então em construção.⁴³ E poucos dias depois, o motorista de uma carreta que transportava material para aquela obra, encontrou seis homens e duas mulheres na estrada. Em 1988 se teve a última notícia desses índios.⁴⁴ É muito provável que tenham sido mortos pela Sacopã, uma empresa de jagunços, comandada por dois ex-oficiais do Exército e um da ativa, subordinado ao Comando Militar da Amazônia, empresa, muito bem equipada, que oferecia na época serviços de “limpeza” na floresta à Paranapanema no entorno de seus projetos minerais. Os responsáveis pela empresa foram autorizados pelo Comando Militar da Amazônia a “manter ao seu serviço 400 homens equipados com cartucheiras 20 milímetros, rifle 38, revolveres de variado calibre e cães amestrados”.⁴⁵

Na ocasião, os Waimiri-Atroari, Mario Parwé Atroari e Viana Womé Atroari, denunciaram a situação ao Presidente da República, José Sarney,⁴⁶ que, no entanto, ao invés de garantir a segurança aos índios, facilitou a invasão do seu território. Além de manter na Terra Homologada a exclusão do território invadido pela mineradora Paranapanema e a área inundada pela Hidrelétrica de Balbina,⁴⁷ e autorizar a construção de uma hidrelétrica para a mineradora onde viviam os

⁴³ JORNAL DO COMÉRCIO. **Arredios no igarapé Pitinga.** Manaus, 14 de setembro de 1985.

⁴⁴ JORNAL A NOTÍCIA. **Sertanista Estevão Pinto descobre nova tribo indígena.** Manaus, 01 de abril de 1988.

⁴⁵ REVISTA VEJA. **O ataque ao tesouro. Dois coronéis e um tenente limpam a área.** São Paulo, 6 de novembro de 1985.

⁴⁶ ATROARI, Viana Womé e ATROARI, Mario Parué (novos líderes Waimiri-Atroari). **Carta ao Presidente da República, Ministro das minas e energias, Ministro do Interior e ao Presidente da FUNAI.** Brasília, 10 de março de 1986. [Protocolada na portaria da presidência da república dia 12 de março de 1986]

⁴⁷ SARNEY, José (Presidente da República). **Decreto nº 97.837, de 16 de junho de 1989.** Diário Oficial, 19 de junho de 1989.

grupos indígenas isolados.⁴⁸ Após o Governo de Sarney (1985-1990), os Tikiria e Piriutiti nunca mais foram vistos.

No médio Alalaú, margem direita, desapareceram quatro aldeias. Num afluente da margem direita do Mahña, hoje igarapé Pinheiro, também desapareceu uma aldeia. Sobreviventes desta faziam parte das 31 pessoas da aldeia Yawará em 1985 e 1986.

Yaba escreveu:

“Kamña mudî taka notpa, apapa damemohpa” - civilizado desceu na minha casa, aí meu pai morreu. “Ayakîñ damemohpa. Apiyemyekî?” - “Minha irmã morreu. Por quê?”.⁴⁹

Abaixo, uma relação de 16 mortos dessa aldeia fornecida na discussão que se seguiu em aula a propósito dos desenhos:

Mawé

Xiwyá – mãe de Rosa

Mayede – marido de Wada

Eriwixi

Waiba

Samyamî – mãe de Xere e Pikibda

Pitxenme (pequena) – filha de Wada

Maderê – mulher de Elsa

Wairá – mulher de Amiko que mora no Jara

Pautxi – marido de Woxkî que mora no Jará

Arpaxi – marido de Sidé que mora no Alalaú.

Wepîñî – filho de Elsa.

Kixii e seu marido Maiká

Paruwá – pai de Ida

Waheri

Suá – pai de Warkaxi e suas duas esposas e um filho.

Kwida

Wara'ye – pai de Comprido

⁴⁸ SARNEY, José (Presidente da República). **Decreto nº 92.426, 25 de fevereiro de 1986**. Diário Oficial, 26 de fevereiro de 1986.

⁴⁹ YABA, Feliciano. **Desenho**.

Tarahña – pai de Paulinho

Ida – mãe de Mayedê

Morreu também uma mulher velha cujo nome não relacionaram. A filha de Sabe, que mora no Mrebsna Mudî, dois tios de Mário Paruwé, o pai de Wome e uma filha de Antônio.

Kramna Mudî era uma aldeia Kiña que se localizava na margem Oeste da BR-174, no Baixo rio Alalaú, próximo ao local conhecido como Travessia e sobre a Umá, o “varadouro interétnico” dos Waimiri-Atroari que atravessava o território de Sul a Norte. No segundo semestre de 1974, Kramna Mudî acolhia o povo Kiña para uma festa tradicional. Já tinham chegado os visitantes do Camanaú e do Baixo Alalaú. O pessoal das aldeias do Norte ainda estava a caminho. A festa já estava começando com muita gente reunida. Pelo meio dia um ronco de avião ou helicóptero se aproximou. O pessoal saiu da maloca para ver. A criançada estava toda no pátio para ver. O avião derramou como que um pó. Todos, menos um foram atingidos e morreram.

O tuxaua Comprido, com a sua gente vinha do Norte e ainda não chegara. Quando se aproximaram estranharam o silêncio. Aldeia em festa sempre está cheia de algazarra. Ao entrarem no pátio encontraram todos mortos, menos um. Morreram sem um sinal de violência no corpo. Dentro da maloca, nos girais, grande quantidade de carne moqueada, mostrando que tudo estava preparado para receber muita gente para a festa. O sobrevivente só se recordava do barulho de avião passando por cima. Os alunos da aldeia Yawará forneceram uma relação de 33 parentes mortos neste massacre.

Contaram-nos que Comprido, ao ver os parentes mortos pelo chão, revoltou-se muito. Antes de voltarem para as suas malocas, provavelmente no dia 30 de setembro de 1974 à tarde, um grupo de Kiña atacou três funcionários da FUNAI, João Dionísio do Norte, Paulo Ramos e Luiz Pereira Braga, que subiam o Rio Alalaú para abastecerem o Posto Alalaú II. Mataram os três e jogaram os seus corpos na altura da Travessia, local onde a Umá

(varadouro) atravessa o Alalaú não longe da aldeia chacinada. No dia seguinte atacaram o Posto Alalaú II [Próximo a passagem da BR-174 sobre o rio Alalaú].⁵⁰

Viana Womé Atroari, em entrevista à TV Brasil relatou como foi o ataque aéreo a uma aldeia, e outros fatos que presenciou:

Foi assim tipo bomba, lá na aldeia. O índio que estava na aldeia não escapou ninguém. Ele veio no avião e de repente esquentou tudinho, aí morreu muita gente. Foi muita maldade na construção da BR-174. Aí veio muita gente e pessoal armado, assim, pessoal do Exército, isso eu vi. Eu sei que me lembro bem assim, tinha um avião assim um pouco de folha, assim, desenho de folha, assim, um pouco vermelho por baixo, só isso. Passou isso aí, morria rapidinho pessoa. Desse aí que nós via. (17:47 – 18:37)⁵¹

Takwa era chefe de uma aldeia localizada sobre traçado da BR-174 não longe da hoje aldeia Yawará. Acompanhado pela sua comunidade, Takwa queria “fazer uma visita e trocar presentes com soldados”, mas foram recebidos com violência⁵² (conforme determinava o Ofício Of. nº042–E2–CONF. do Comando Militar da Amazônia, de 21 de novembro de 1974).⁵³ Uma bala lhe atravessou o queixo, saindo pela boca e quebrando os dentes. Mas Takwa não morreu. Fugiu dali e foi com o seu grupo construir nova aldeia em Askoya, ao Norte do roteiro da estrada, nas cabeceiras do Igarapé Kixiwi que os militares denominaram de igarapé Capitão Cardoso. Comprido reuniu todos os Kiñá da região do Alalaú e

⁵⁰ SCHWADE, Egydio. **Anotações de Aula**. Escola Yawará, 1985-1986.

⁵¹ TV Brasil. AmazôniaAdentro. Primeiro Episódio: Waimiri-Atroari. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=lbDkac9Nz9k>. Acessado em 14 de outubro de 2012. (17:47 – 18:37 min.)

⁵² PIKIDA. **Apapa takweme apapeme batkwapa kamña nodmepa**. [o meu pai foi atirado com espingarda por civilizado e morreu]. Ver: PIKIDA. **Desenho Kiñá: O meu pai foi atirado**. Escola Yawara, 26 de novembro de 1986.

⁵³ PAES, Gen. Bda. Gentil Nogueira (Comando Militar da Amazônia, 2º. Grupamento de Engenharia e Construção). **Of. No. 042-E2 – CONF**. MANAUS-AM, 21 de novembro de 1974.

quis atacar a FUNAI, que na época estava instalando o Posto Terraplanagem, mas o próprio Takwa desaconselhou impedindo o ataque.

Mal Takwa havia se instalado com sua gente na Askoya Mudî a maloca foi visitada por um helicóptero. Takwa foi morto. Relacionaram ainda os seguintes mortos ali:

Kyana

Maxi e sua mulher Amyamî

Tikna

Samá – mulher de Mayde.⁵⁴

De outra aldeia que se localizava na região do Rio Camanaú, contam que foi cercada por kamña que saltou de avião. “Morreu muito Kiña”.

Algumas vezes os seus desenhos e escritos acompanham um líder muito querido e valente em longa trajetória de resistência. É o caso de Maiká um líder, pagé e cantador que nasceu “lá por Presidente Figueiredo” – diziam - região do Rio Urubu. Maiká gostava muito de participar das festas. Sua aldeia foi uma das primeiras a ser atropelada pela BR-174. Nenhum civilizado invasor o contatou para informar sobre os objetivos da estrada. A comunidade indígena via a sua floresta sendo comida por enormes e barulhentas máquinas. Maiká resolveu resistir. Não conseguindo deter aqueles homens e suas máquinas e não sabendo o rumo e nem o objetivo daquela gente agressiva, foi reconstruindo a sua aldeia, sempre de novo sobre o futuro leito da estrada. Do vale do rio Urubu foi sempre rumo Norte. Primeiro construiu sua nova mudî (aldeia ou casa) no Axya, igarapé Santo Antônio do Abonari, onde morava em outubro de 1968. “Maiká não gostava de civilizado” (Maiká kamña yamankapî) escreveram. “Bahpa!” (Ele brigou!). “Quando os kamña chegaram no Axia matou eles, deixando escapar apenas um, que os kiña acompanharam um tempo enquanto descia o rio sentado numa canoa, ao lado do seu cachorro” – contaram. Uma provável referência à expedição do padre Calleri, da qual se salvou apenas Álvaro Paulo da Silva. No resgate dos corpos da missão Calleri,

⁵⁴ SCHWADE, Egydio. **Anotações de Aula**. Escola Yawara, 1985-1986.

os militares afugentaram novamente Maiká. Ele recuou então com a sua gente mais uma vez no rumo Norte, sempre no traçado da estrada, indo erguer a sua maloca no Igarapé Monawa, um afluente da margem esquerda do Alalaú. Novamente no roteiro da estrada. “Mînawa sunaka Maika mîdî nakî yakîpa kamña. Wîpanakî. [Maiká morava na sua maloca no igarapé Monawa quando civilizado chegou lá. Matou ele.]⁵⁵ Ele morreu por volta de 1972 depois que um helicóptero dos kamña sobrevoou a sua aldeia e “Maiká pegou doença”. “Quando Maiká morreu, kamña (civilizado) veio invadindo a região” - contaram. Sua resistência fez parar a estrada por dois anos entre dez/1968 e 1971.⁵⁶

De Maroaga (Itxi), outro líder importante, escreveram: “Itxi yapnapá!” (Maroaga se defendeu!)

Na região do Santo Antônio do Abonari, agora inundada pelas águas do reservatório da Hidrelétrica de Balbina, na periferia do posto de atração, à margem esquerda do igarapé, junto à sua confluência com o Rio Uatumã, havia uma população calculada em 300 índios. Mas além desses existiam outras aldeias nesta região. Em 1972 funcionários da FUNAI relacionaram as malocas “dos capitães Canori, Coroinha, Abonari, Tomaz, Manoel e Pedro e outras aldeias arredias”.⁵⁷

Yawara ficava longe das aldeias do Abonari. Mas as notícias dos massacres corriam por todo o povo Kiñá. O contato apenas superficial dos professores com a população das duas aldeias que sobreviveram no Abonari, Takware e Topupuná não permitiu muita informação sobre os acontecimentos ali. Na aldeia Yawara informaram aos Professores Egydio e Doroti que “lá pelo Axya (Ig. Sto. Antônio do Abonari) morreu muita gente de bomba... Também lá *kamña* aproveitou tempo de festa para jogar bomba”. Falaram que ali morreram Mepi, mulher de Tuwekra, que tinha ido para festa e Kroakeba. Morreu também a mulher de Pedrosa e o seu filho ainda

⁵⁵ ESCOLA YAWARÁ. **Desenho Kiñá: Maiká Morava na Sua Audeia**. Escola Yawará, 24 de abril da 1986. [Anexo 16]

⁵⁶ SCHWADE, Egydio. **Anotações de Aula**. Escola Yawara, 1985-1986.

⁵⁷ OLIVEIRA, Rubens Auto da Cruz FUNAI/DGPC. **Postos Indígenas da FUNAI / Primeira Delegacia Regional / Estado do Amazonas**. 1972, p. 1, 2, 7 e 8.

pequeno. Morreu Kramxie, uma mulher de nome Wîpî e o seu marido Kawawa. “Morreu também gente que veio de fora para a festa. Gente que veio do Camanaú.” Um índio velho do Rio Negro, único funcionário da FUNAI que se entendia com os Kiña na sua língua falou que “o bombardeio das aldeias no Abonari foi pior do que aqui” – (Norte da Reserva) – “Lá o massacre aconteceu no final da festa, quando os índios ainda não se haviam dispersado.”

Entre os que morreram ali ainda relacionaram:

Wakiri e Irkwa. “Foi avião que matou o pessoal”. Naquele massacre do Abonari morreu também Kainã, um Atroari, ou seja, Kiña da margem direita do Alalaú, que era casado com uma Kiña do Abonari.

No Camanaú desceram de helicóptero e mataram muita gente com espingarda. Agora tem pouca gente.⁵⁸

As festas que reuniam periodicamente os Waimiri-Atroari foram aproveitadas pelo PARASAR para o aniquilamento dos índios. Outros, ao chegarem de volta às suas aldeias, as encontraram em ruínas, arrasadas pelo fogo. Porfirio de Carvalho, funcionário da FUNAI, encarregado de recolher os corpos dos funcionários mortos no ataque do dia 1 de outubro de 1974, ao posto Alalaú II, aerofotografou naquele dia uma aldeia em chamas. A interpretação que a FUNAI e o 6º BEC deram à imprensa foi que os próprios índios teriam sido os autores do fogo. Carvalho no seu livro “Waimiri-Atroari a história que ainda não foi contada”, escreve que os índios o teriam feito “temendo alguma represália das pessoas que estavam no avião” (p. 115). Entretanto, não podemos descartar a hipótese de que tenham sido incendiadas pela Aeronáutica, já esta controlava o movimento dos índios naqueles dias.

Gilberto muitas vezes dizia: “Carvalho, estes índios sofreram muito. Foram vítimas de vários massacres por parte dos brancos e essas estradas pode ser vista pelos índios como um caminho para

⁵⁸ SCHWADE, Egydio. **Anotações de Aula**. Escola Yawara, 1985-1986.

que os ‘civilizados’ atinjam com maior rapidez as malocas deles e voltem a praticar os massacres do passado. (p. 112)⁵⁹

Na aldeia Yawará, os Kiñá revelaram o terror que sofreram fugindo dos kamña, permanecendo muitos dias escondidos com suas mães na floresta.

A rodovia foi a grande ameaça real sentida e vivida pelos Waimiri-Atroari e foi instalada sem que houvesse o mínimo de diálogo. “Nossos pais imaginavam que kamña iria colocar toda a nossa floresta de raízes para cima”- diziam jovens da aldeia Yawará. Os Waimiri-Atroari acreditavam que a ponte (sobre o rio Alalaú) espantaria todos os peixes do rio, privando-os assim de sua principal fonte de alimentação”.⁶⁰ O jornal O Estado de São Paulo, em 08 de outubro de 1974, publicou que “A rodovia Manaus – Caracaraí é vista por eles como uma ameaça”.⁶¹

E a jornalista Memélia Moreira do Jornal de Brasília questionava em 05 de janeiro de 1975:

Como explicar a um jovem Atroari, secularmente na terra que a chegada de uma estrada não lhe trará danos? É uma missão difícil, principalmente se este jovem já conhece outras experiências. Se já lhe contaram que suas terras são cobiçadas por grupos bem mais fortes. Tribos brancas com muitas armas, com outros costumes, as tribos civilizadas que querem levar o desenvolvimento para todos os cantos. O jovem Atroari talvez não aceite nenhum argumento. Ele luta por um ideal mais imediato que é a sua sobrevivência. E ele sabe que esta sua sobrevivência depende fundamentalmente da terra. É dela que ele tira o seu pão de cada dia, e é natural que ele lute por ela. Por muito menos as tribos brancas lutam entre si.⁶²

⁵⁹ CARVALHO, José Porfírio F. de – **Waimiri-Atroari: a história que ainda não foi contada**. 2 ed. Brasília, 1982.

⁶⁰ JORNAL DO BRASIL. **Máquinas chegam ao território dos waimiris-atroaris**. Brasília, 17 de janeiro de 1974.

⁶¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. **Caído na mata. O sobrevivente**. São Paulo, 08 de outubro de 1974.

⁶² MOREIRA, Memélia (Jornal de Brasília). **Morte na rota da estrada: são os atroaris**. Brasília, 05 de janeiro de 1975.

Toda a terra Waimiri-Atroari era ocupada. Por toda a parte morava gente. Gente que tinha o seu projeto e programa de vida bem organizado, dentro de uma geografia onde eles eram os sábios. Tinham caminhos organizados por todo o território. Possuíam uma economia que satisfazia as necessidades da população e previa um futuro cheio de esperança. Conheciam a floresta palmo a palmo. Cada rio e igarapé, cada acidente geográfico, cada planta, ave, inseto, cada bicho tem seu nome em kiñayara (Língua Waimiri-Atroari). E tudo tem um significado no universo do povo Kiña.

4. A RODOVIA BR-174 E OS SEUS OBJETIVOS

Os governadores biônicos do Amazonas e de Roraima urgiam a rodovia a qualquer custo. Em 1968, o Governador do Amazonas, Danilo Duarte de Matos Areosa, em mensagem ao Ministro Albuquerque Lima protestava contra pedido da FUNAI de interdição da área, como “medida absurda”. Pedia providências para garantir “a construção da estrada através do território indígena, a qualquer custo”, considerando o índio um inútil, que precisava “ser transformado em ser humano útil à Pátria”. E prosseguia: “os silvícolas ocupam as áreas mais ricas de nosso Estado, impedindo a sua exploração, com prejuízos incalculáveis para a receita nacional, impossibilitando a captação de maiores recursos para a prestação de serviços públicos”.⁶³ E em 1975, o Governador de Roraima, Fernando Ramos Pereira, declarou: “Sou da opinião que uma área rica como essa não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas atravancando o seu desenvolvimento”.⁶⁴

A rodovia BR-174 é hoje a principal ligação entre Manaus e Boa Vista. Entretanto, os documentos do início da sua construção comprovam que o objetivo do governo militar era outro, ou seja, o acesso às minas de Pitinga, seguidos de

⁶³ JORNAL A CRÍTICA. **Danilo protesta contra interdição do Alalaú.** Manaus, 27 de novembro de 1968.

⁶⁴ JORNAL A CRÍTICA. **Governador acusa índios pelo atraso de Roraima.** Manaus, 05 de março de 1975.

interesses em fontes de energia e ocupação de uma área considerada pelo governo e empresários “vazio demográfico”.

Algumas vezes a FUNAI denunciou “interesses escusos no caso dos atroaris”.^{65 66} Mesmo assim, a instituição apoiou esses interesses e se valia de seus equipamentos, durante a construção da BR-174. Noticiou O Estado de São Paulo de 06 de outubro de 1974: “Gilberto Pinto, juntamente com o coordenador da FUNAI na Amazônia, Porfírio de Carvalho, continua no local, procurando os cinco desaparecidos, utilizando-se de aviões de missões protestantes, cujos pilotos, veteranos da segunda guerra mundial, conhecem minuciosamente a região”.⁶⁷

Em relatório da Frente de Atração Waimiri-Atroari (FAWA) se lê que esta “tem como principal objetivo realizar a atração dos grupos indígenas Waimiri-Atroari acelerando seu processo de integração na sociedade nacional, assim como realizar trabalhos de apoio aos serviços da estrada BR-174.”⁶⁸ E em entrevista ao Jornal Opinião de 17 de janeiro de 1975 o Presidente da FUNAI General Ismarth de Araújo Oliveira, se queixava do Governo ao qual servia:

Enquanto o órgão trabalha com falta de recursos humanos e financeiros, do lado dos grupos econômicos e das construtoras eles sobram. Desta maneira, a FUNAI vai trabalhando, tentando, paradoxalmente, defender o índio e ao mesmo tempo possibilitar a abertura de caminhos para as frentes expansionistas.^{69 70}

⁶⁵ JORNAL DO BRASIL. **FUNAI denuncia interesses escusos no caso dos atroaris**. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1968.

⁶⁶ SCHWADE, Egydio e SCHWADE, Doroti (Movimento de Apoio a Resistência Waimiri-Atroari). **As Terras Waimiri-Atroari no Ciclo do Minério**. Presidente Figueiredo – AM, 21 de abril de 1985.

⁶⁷ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **FUNAI acha mais um sertanista morto pelos atroaris**. São Paulo, 06 de outubro de 1974.

⁶⁸ PINTO, Gilberto. **Relatório**. 27 de outubro de 1973.

⁶⁹ JORNAL OPINIÃO. **“Quem vai ensinar ao branco como lidar com o índio?”**. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1975.

⁷⁰ JORNAL OPINIÃO. **Que fazer com os índios? Quem vai ensinar ao branco como lidar com o índio?** Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1975.

Por isso, com razão protestava Edna Damasceno do CIMI:

Quando afirmamos que a FUNAI não vem cumprindo o seu papel, servindo como defensora dos interesses do Governo, não é uma definição nossa, mas que é feita constantemente pelos índios que estão sofrendo na pele os problemas enfrentados como, por exemplo, a não desmarcação de suas terras. Há uma visão bastante definida pelas comunidades indígenas, pois eles percebem os jogos de interesse dos órgãos do governo em ampliar o capital. Eles sabem o que é bom e o que não é bom. Quando uma empresa mineradora começa a explorar áreas imensas, com o apoio da própria FUNAI, que serve de mediadora, levando presentes para desviar a atenção do índio, eles percebem que o resultado daquilo não será para eles.⁷¹

A Mineração em Pitinga

Os interesses mineralógicos no território Waimiri-Atroari já vinham se manifestando desde 1944. Naquele ano os Wamiri-Atroari chacinaram uma expedição de pesquisa norte-americana que penetrou pelo Rio Alalaú até a Cachoeira Criminosa sob o comando dos militares norte-americanos, Tenente Walter Williamson e Sargento Baitz do “4th Photo Charting Squadron” do Exército americano,^{72 73} nas proximidades de onde a Mineração Taboca (Grupo Paranapanema), começou a lavra de minérios estratégicos de vários tipos.

O Coronel Mauro Carijó, Diretor do DER/AM (Departamento Estadual de Estradas de Rodagem do Amazonas), em carta à PETROBRAS/Escritório de Belém, de 30 de julho de 1967, solicitou “informação sobre o potencial mineral do

⁷¹ JORNAL DIARIO DO AMAZONAS. **CIMI protesta. FUNAI foge à sua função para apoiar interesses do governo.** Manaus, 27 de setembro de 1986.

⁷² JACOBINA, Alberto Pizarro (1ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios SPI). **Relatório referente ao exercício de 1944**, apresentado pelo Chefe da I. R. 1, AlbetoPizarro Jacobina. Manaus, 07 de novembro de 1973.

⁷³ JORNAL CORREIO DA MANHÃ. **Mortos pelos Índios os Membros de uma Expedição.** 25 de outubro de 1944 [fonte original: arquivos da Diocese de Corumbá – MS].

Estado em vista da elaboração de um Plano Diretor de Transportes para o Estado do Amazonas".⁷⁴ Pouco depois o mesmo coronel iniciou a construção da BR-174.

Já durante a construção da BR-174 empresas de mineração pediram e conseguiram alvarás que autorizavam a mineração em terras Wamiri-Atroari.⁷⁵ Com a conclusão da BR-174 o Grupo Paranapanema se apressou em iniciar atividades na área. Em 1979, o grupo invadiu o território indígena pelo Leste^{76 77} e depois foi "conquistar a lei" através de autoridades e servidores corruptos da FUNAI^{79 80} e do Ministério de Minas e Energia⁸¹ e em 1981, o Presidente da República, João Figueiredo, desmembrou a parte leste da Terra Indígena Wamiri-Atroari,⁸² tudo à revelia da Carta Magna.⁸³ Em 1982, a FUNAI concedeu até a autorização para a construção de uma rodovia de acesso à Mineração

⁷⁴ CARIJÓ, Cel. Mauro (Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem – Amazonas). **Para o Dr. Otávio Melo, superintendente da RENOR. Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás/ Belém – Pará**. Manaus, 30 de outubro de 1967.

⁷⁵ LUZ, Acyr Ávila da (Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM). **Alvará Nr. 1669**, Brasília, 07 outubro de 1974.

⁷⁶ JORNAL A NOTICIA. **Companhia mineradora invade reserva índia**. Manaus, 11 de março de 1982.

⁷⁷ JORNAL FOLHA DA TARDE. **Mineradora invade terras indígenas: AM**. São Paulo, 11 de março de 1982.

⁷⁸ MINERAÇÃO TABOCA S.A. **A Empresa – Histórico**. Disponível em: <<http://www.mtaboca.com.br/port/empresa/historico.asp>>. Acessado em: 02 de setembro de 2012.

⁷⁹ MELLO, Cláudio H. Pagano (Diretor do Departamento Geral do Patrimônio Indígena / FUNAI). **Instrução Técnica Nº 033/DGPI, de 24 de julho de 1980**. e documentos e ações consequentes da mesma: FONSECA, Ney da (Chefe da DDF). **MEMO Nº 006/DDF/DGPI**; ORTEGA, Heráclito Cunha (Ass. Téc.). **Relatório**. Brasília, 18 de maio de 1980.

⁸⁰ BAINES, Stephen Grant (Departamento de Antropologia / UNB). **A política governamental e os waimiri-atroari: administrações indígenas, mineração de estanho e a construção de "autodeterminação indígena" dirigida**. Série Antropologia 126, Brasília, 1992.

⁸¹ UEKI, Shigeaki (Ministro de Estado das Minas e Energia). **Alvará Nº 461 de 31 de janeiro de 1979**.

⁸² FIGUEIREDO, João Batista de (Presidente da República) ANDREAZZA, Mário David. **Decreto Nº 86.630, de 23 de novembro de 1981**. Diário Oficial, 25 de novembro de 1981.

⁸³ BRASIL. Constituição Federal de 1967. **Art. 198, § 1º e 2º**.

Paranapanemana na terra indígena Waimiri-Atroari.^{84 85 86} O caso repercutiu com denúncias publicadas em jornais contra a invasão da terra Waimiri-Atroari por mineradora.^{87 88 89}

Em 1990, o subprocurador da república, Carlos Victor Muzzi, entrou na Justiça Federal em Brasília, com uma ação civil pública contra a União exigindo a interdição da estrada construída pela Mineração Paranapanema dentro da Terra Indígena Waimiri-Atroari.⁹⁰ Mas os interesses da mineradora acabaram sempre neutralizando os esforços da sociedade. A invasão da Terra Indígena Waimiri-Atroari por mineradora de capital japonês ocorreu através da Paranapanema e de “laranjas” brasileiros.^{91 92 93 94 95 96 97}

⁸⁴ JORNAL DO COMÉRCIO. **Paranapanema invade reserva dos Waimiri.** Manaus, 11 de março de 1982.

⁸⁵ LEAL, Paulo Moreira (Presidente da FUNAI) e LACOMBE, Carlos Octávio Cavalcanti (Representante da Empresa Timbó Indústria de Mineração Ltda). **Contrato Nº 039/82, que entre si celebram a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e a Empresa Timbó Indústria de Mineração Ltda, objetivando a construção de uma estrada secundária.** Brasília, 09 de julho de 1982.

⁸⁶ LEAL, Paulo Moreira (Presidente da FUNAI) e LACOMBE, Carlos Octávio Cavalcanti (Representante da Empresa Timbó Indústria de Mineração Ltda.). **Termo Aditivo Nº 01/83, ao Contrato Nº 039/82, que entre si celebram a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Empresa Timbó Indústria de Mineração Ltda, objetivando a construção de uma estrada secundária.** Brasília, 22 de junho de 1983.

⁸⁷ JORNAL A CRÍTICA. **Mineração em relação as áreas indígenas.** Manaus, 30 de setembro de 1984.

⁸⁸ JORNAL DO COMÉRCIO. **Denúncias contra DNPM e Mineradora.** Manaus, 27 de setembro de 1986.

⁸⁹ JORNAL A CRÍTICA. **FUNAI e DNPM liberam terras dos índios para mineradoras.** Manaus, 30 de junho de 1987.

⁹⁰ JORNAL A CRÍTICA. **Subprocurador pedirá a prisão de Tuma.** Manaus, 11 de janeiro de 1990.

⁹¹ JORNAL A CRÍTICA. **Japão quer ouro da Amazônia pela dívida.** Manaus, 05 de abril de 1990.

⁹² SCHWADE, Doroti (Movimento de Apoio a Resistencia Waimiri-Atroari). **Carta a companheiros e amigos.** Presidente Figueiredo – AM, 18 de dezembro de 1990.

⁹³ TRIBUNA DA IMPRENSA. **Os mistérios da Paranapanema. De quase falida à prospérissima.** Rio de Janeiro, 03 de novembro de 1989.

⁹⁴ JORNAL PORANTIN. **Denúncia. Paranapanema, mina de corrupção.** Brasília, abril de 1990.

⁹⁵ JORNAL DIÁRIO DO AMAZONAS. **Paranapanema na Berlinda. Serafim vai atacar com nova denúncia.** Manaus, 17 de setembro de 1989.

O planejamento das obras seguiu um cronograma integrado entre os diversos órgãos do Governo. E a mesma sintonia entre os órgãos públicos para favorecer empresas de construção e de mineração existiu também no caso da instalação das usinas hidrelétricas de Pitinga⁹⁸ e de Balbina⁹⁹ na mesma área Waimiri-Atroari.¹⁰⁰

Hidrelétrica de Pitinga

A Hidrelétrica de Pitinga foi construída pelo grupo Paranapanema exclusivamente para atender à mineração.

Um caso que deve ser tratado com especial atenção é o de pelo menos nove aldeias na região do Pitinga, aerofotografadas pelo Padre João Calleri, em 07 de outubro de 1968, do qual foram feitos frequentes relatos orais, desenhos e escritos pelos alunos da Escola Yawará,¹⁰¹ durante o processo de alfabetização coordenado pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI e Operação Amazônia Nativa - OPAN (1985-1986). É importante notar que essas 9 (nove) aldeias ocupavam a região invadida pelo grupo minerador Paranapanema logo após os militares concluírem a BR-174, em 1979. Provavelmente, devido à concentração

⁹⁶ CORREA, Serafim (Vereador em Manaus). **Ações Nominativas com Direito a Voto**. In: Jornal Diário do Amazonas. Manaus, 19 de setembro de 1989.

⁹⁷ DIÁRIO DO AMAZONAS. **Paranapanema paga pra ver apoio no Congresso. Ação Popular e CPI da corrupção**. Manaus, 26 de setembro de 1989.

⁹⁸ SARNEY, José (Presidente da República). **Decreto nº 92.426, 25 de fevereiro de 1986**. Diário Oficial, 26 de fevereiro de 1986.

⁹⁹ SARNEY, José (Presidente da República). **Decreto nº 97.837, de 16 de junho de 1989**. Diário Oficial, 19 de junho de 1989.

¹⁰⁰ LLANO, Raul Garcia (Presidente da Eletronorte) e GUIMARAES, Fausto Cesar Vaz (Diretor Técnico da Eletronorte). **1.00.0017.79. Ao Pres. da FUNAI, Gen. Ismarth de Araújo Oliveira. Ass.: Eventual interferência do reservatório da UHE Balbina com a Reserva Indígena Waimiri-Atroari, no Estado do AM**. Brasília, 15 de janeiro de 1979.

¹⁰¹ WOMÉ, Viana. **Desenhos Kiña: Maloca Tikiria furada e com parede caída**. Escola Yawara, 20 de maio de 1986.

de aldeias, Padre Calleri planejou criar ali o seu “acampamento” central para onde iria atrair os índios das aldeias localizadas sobre o roteiro da BR-174.¹⁰²

E em 1985, funcionários da FUNAI ainda confirmaram a existência de índios isolados na mesma área.¹⁰³ No entanto, naquele mesmo ano a Paranapanema já vinha construindo uma hidrelétrica no local, ou seja, no Rio Pitinga, cuja concessão foi outorgada pelo Presidente da República, Jose Sarney, em 25 de fevereiro de 1986, portanto, a hidrelétrica já estava em construção antes da autorização.¹⁰⁴ Na oportunidade os líderes das aldeias Yawara e Xeri, respectivamente, Viana Womé Atroari e Mario Paruwé Atroari, denunciaram ao Presidente da República o ato, afirmando que aquela era área dos Tikiria,¹⁰⁵ um grupo pertencente aos Waimiri-Atroari, e dos Piriutiti, ambos sobreviventes do período da construção da BR-174. A existência desses grupos isolados foi confirmada ainda em notícias de 1988.¹⁰⁶ Neste tempo a Sacopã, uma empresa paramilitar comandada por dois militares da reserva, Tenente Tadeu Abraão Fernandes e Coronel Reformado Antonio Fernandes, e “um coronel da ativa, João Batista de Toledo Camargo”, então chefe de polícia do Comando Militar da Amazônia, especializada em “limpar a selva”, comandavam a segurança da Mineração Taboca/Paranapanema.¹⁰⁷ Desde então não mais se falou dos Tikiria e dos Piriutiti.

Hidrelétrica de Balbina

¹⁰² COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO (FUNAI). **Atividade extraordinária. Pacificação índios Waimiris e Atroaris. Motivo: estrada intercontinental BR-174. Projeto de trabalhos.** Manaus, 4 de outubro de 1968.

¹⁰³ JORNAL DO COMÉRCIO. **Arredios no igarapé Pitinga.** Manaus, 14 de setembro de 1985.

¹⁰⁴ SARNEY, José. **Decreto No. 92.426.** Brasília, 25 de fevereiro de 1986.

¹⁰⁵ ATROARI, Viana Womé e ATROARI, Mario Paruwé (novos líderes Waimiri-Atroari). **Carta ao Presidente da República, Ministro das minas e energias, Ministro do Interior e ao Presidente da FUNAI.** Brasília, 10 de março de 1986. [Protocolada na portaria da presidência da república dia 12 de março de 1986]

¹⁰⁶ JORNAL A NOTÍCIA. **Sertanista Estevão Pinto descobre nova tribo indígena.** Manaus, 01 de abril de 1988.

¹⁰⁷ REVISTA VEJA. **Dois coronéis e um tenente limpam a selva.** 06 de novembro de 1985, p.84.

Desde 1968 o governo vinha estudando a possibilidade de aproveitamento energético do Rio Uatumã.¹⁰⁸ Em 1981, o Governo Federal iniciou a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina. A área escolhida é dentro do território tradicional Waimiri-Atroari, ou seja, em sua margem sudeste. No entanto, o lago formado se estende até o centro do território indígena. Em 1989, a usina entrou em funcionamento. A inundação causada por Balbina provocou preocupantes interferências e mudanças na vida de pelo menos um terço da população Waimiri-Atroari.^{109 110 111}

A ínfima capacidade de produção de energia, os custos elevados de construção e o grande impacto social e ambiental causado por Balbina foi amplamente denunciado por indigenistas, cientistas, ambientalistas e políticos com repercussão nacional e internacional. Mesmo assim a hidrelétrica foi construída. Esse fato somente pode ser compreendido se levamos em consideração os interesses econômicos das empreiteiras envolvidas no projeto, especialmente as empresas Andrade Gutierrez e Mendes Junior.

A Sra. Sondra Wentzel, em carta a Eletrobrás, expressou sua preocupação quanto à construção da Hidrelétrica no território Waimiri-Atroari, no entanto, em 17 de março de 1983, o Presidente da Eletronorte, Douglas Souza Luz, e o Diretor de Suprimentos da Eletronorte, Newton Burlamaqui Barreira, negaram que houvesse qualquer ameaça aos índios com a futura formação do Reservatório de Balbina, nos seguintes termos:

¹⁰⁸ COSTA, Franklin Rodrigues da (MPF). Relatório do Procedimento administrativo instaurado pela 5ª Comarca de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o objetivo de investigar a legalidade da outorga de títulos de terras pelo Estado de Amazonas a empresários paulistas, bem como a licitude do pagamento de indenização, por parte da Eletronorte, a títulos de desapropriação, na área na qual foi construída a Usina Hidrelétrica de Balbina, aos cessionários dos títulos. **Processo MPF/PGR/1.00.000.000929-72**. Brasília: Ministério Público Federal / Procuradoria Regional da República da 1ª Região, 2007.

¹⁰⁹ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **A espera paciente no posto da FUNAI. Assimilando costumes da civilização. Roupas, alimentação – as mudanças**. São Paulo, 28 de abril de 1982.

¹¹⁰ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **O escândalo da hidrelétrica de Balbina. Índios desistem de brigar pelas terras ocupadas**. São Paulo, 31 de julho de 1988.

¹¹¹ JORNAL DO COMÉRCIO. **Balbina, uma lamparina de 700 milhões de dólares. Balbina/índios**. Manaus, 31 de julho de 1988.

A apreensão de V. Sa. não procede, nem tampouco tem qualquer fundamento, pois os fatos não são assim como expostos em sua carta. (...) serão provavelmente atingidos somente 490km² dentro da área outrora de perambulação dos silvícolas, cuja presença hoje em dia alí não mais se registra, fato que atribuímos à acentuada tendência migratória dessas populações (...), onde, inclusive, pelo êxodo havido, não mais se registrava a presença de aldeamentos.

Por essa razão, causaram-nos profunda surpresa as afirmativas de sua carta, somente admissíveis como fruto de certo alheamento em relação aos fatos ligados à realidade do Brasil. Salientamos que entendemos como absurda a sugestão de paralisar um programa de aproveitamento energético de suma importância para nosso país, o qual, mais do que nunca, precisa superar a dependência ainda existente em relação as fontes não renováveis de energia.

A construção da Usina Hidrelétrica BALBINA, assim como de outras no Brasil é de tão grande importância quanto a preservação etnológica de nossos ancestrais.¹¹²

Grilagem da Terra Indígena

Durante a construção da BR 174, um grupo do Estado de São Paulo, liderado pelos irmãos Fernando e Sérgio Vergueiro promoveram, juntamente com o Governador do Estado do Amazonas, Danilo de Matos Areosa, a grilagem de terras pertencentes ao território Waimiri-Atroari. Parte desse território encontrava-se ainda ocupado pelos indígenas apesar da dura repressão sofrida^{113 114 115 116}

¹¹² LUZ, Douglas Souza (Presidente da Eletronorte) e BARREIRA, Newton Burlamaqui (Diretor de Suprimentos da Eletronorte). **1.00.56.83** (Ofício dirigido a Sondra Wentzel). 17 de março de 1983.

¹¹³ FLÔRES, General Clodomiro Santos (Diretor Geral do DGPI / FUNAI). **Ao Presidente da FUNAI**. Brasília, 17 de fevereiro de 1971.

¹¹⁴ SANTOS, Paulo Monteiro dos (Diretor do Departamento Geral de Estudos Indígenas / FUNAI). **Ref. Proc.: nº 570/71**. Brasília, 16 de março de 1971 [Encaminhado à Chefe do Museu do Índio, em 23 de março de 1971, e ao Presidente da FUNAI em 13 de abril de 1971].

¹¹⁷ Os limites da área grilada também se sobrepunham à terra indígena delimitada em 1971 e aos demais limites criados em 1981 e 1989. ¹¹⁸ O esquema beneficiou famílias consideradas tradicionais na política do Estado de São Paulo com propriedades com mais de 12 mil hectares, como a família Lot Papa (com 15.000ha), Paes de Almeida (com 24.000ha), Telles (12.000ha), Vergueiro (12.000ha) e Costa Lima (30.000ha), além de famílias como a Piva, que recebeu também mais de 30 mil hectares em lotes espalhados pelo território tradicional Waimiri-Atriari. Esse esquema acabou sendo popularmente conhecido como Grilagem Paulista. Alguns desses lotes foram alvos de exploração madeireira e agropecuária, mas grande parte encontra-se ocupada por posseiros que reocuparam a área a partir da década de 1980. ¹¹⁹ ¹²⁰ ¹²¹ ¹²²

¹¹⁵ SANTOS, Paulo Monteiro dos (Diretor do Departamento Geral de Estudos Indígenas / FUNAI). **Ref. Proc.: FUNAI/BSB/320/71**. Brasília, 18 de fevereiro de 1971.

¹¹⁶ MELLO, General Oscar Gerônimo Bandeira de (Presidente da FUNAI). **Of.30/DGPI**. Assunto: Certidão Negativa (indefere). 24 de fevereiro de 1971.

¹¹⁷ SCHWADE, Egidio. **Grileiros Paulistas Invadiram Amazônia como se fosse Vazio Demográfico**. Casa da Cultura do Urubuí, 17 de dezembro de 2009.

¹¹⁸ COSTA, Franklin Rodrigues da. Relatório do Procedimento administrativo instaurado pela 5ª Comarca de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o objetivo de investigar a legalidade da outorga de títulos de terras pelo Estado de Amazonas a empresários paulistas, bem como a licitude do pagamento de indenização, por parte da Eletronorte, a títulos de desapropriação, na área na qual foi construída a Usina Hidrelétrica de Balbina, aos cessionários dos títulos. **Processo MPF/PGR/1.00.000.000929-72**. Brasília: Ministério Público Federal / Procuradoria Regional da República da 1ª Região, 2007.

¹¹⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica** (Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica). Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

¹²⁰ SCHWADE, Tiago Maiká Müller Schwade. **Reordenamento Territorial e Conflitos Agrários em Presidente Figueiredo – Amazonas**. Dissertação de Mestrado. PPGCASA/UFAM: Manaus, 2012.

¹²¹ ITEAM (Instituto de Terras do Amazonas). **Banco digital de dados geográficos fornecidos ao pesquisador Tiago Maiká Müller Schwade em 2012**.

¹²² COSTA, Franklin Rodrigues da (MPF). Relatório do Procedimento administrativo instaurado pela 5ª Comarca de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o objetivo de investigar a legalidade da outorga de títulos de terras pelo Estado de Amazonas a empresários paulistas, bem como a licitude do pagamento de indenização, por parte da Eletronorte, a títulos de desapropriação, na área na qual foi construída a Usina Hidrelétrica de Balbina, aos cessionários dos títulos. **Processo MPF/PGR/1.00.000.000929-72**. Brasília: Ministério Público Federal / Procuradoria Regional da República da 1ª Região, 2007.

Cartografia da invasão do território Waimiri-Atroari

Em função dos interesses no subsolo, nas fontes de energia e na especulação fundiária que foram elaborados os decretos leis que reduziram o território indígena Waimiri-Atroari. São ilustrativos desse processo genocida os mapas das transformações no formato do território indígena.

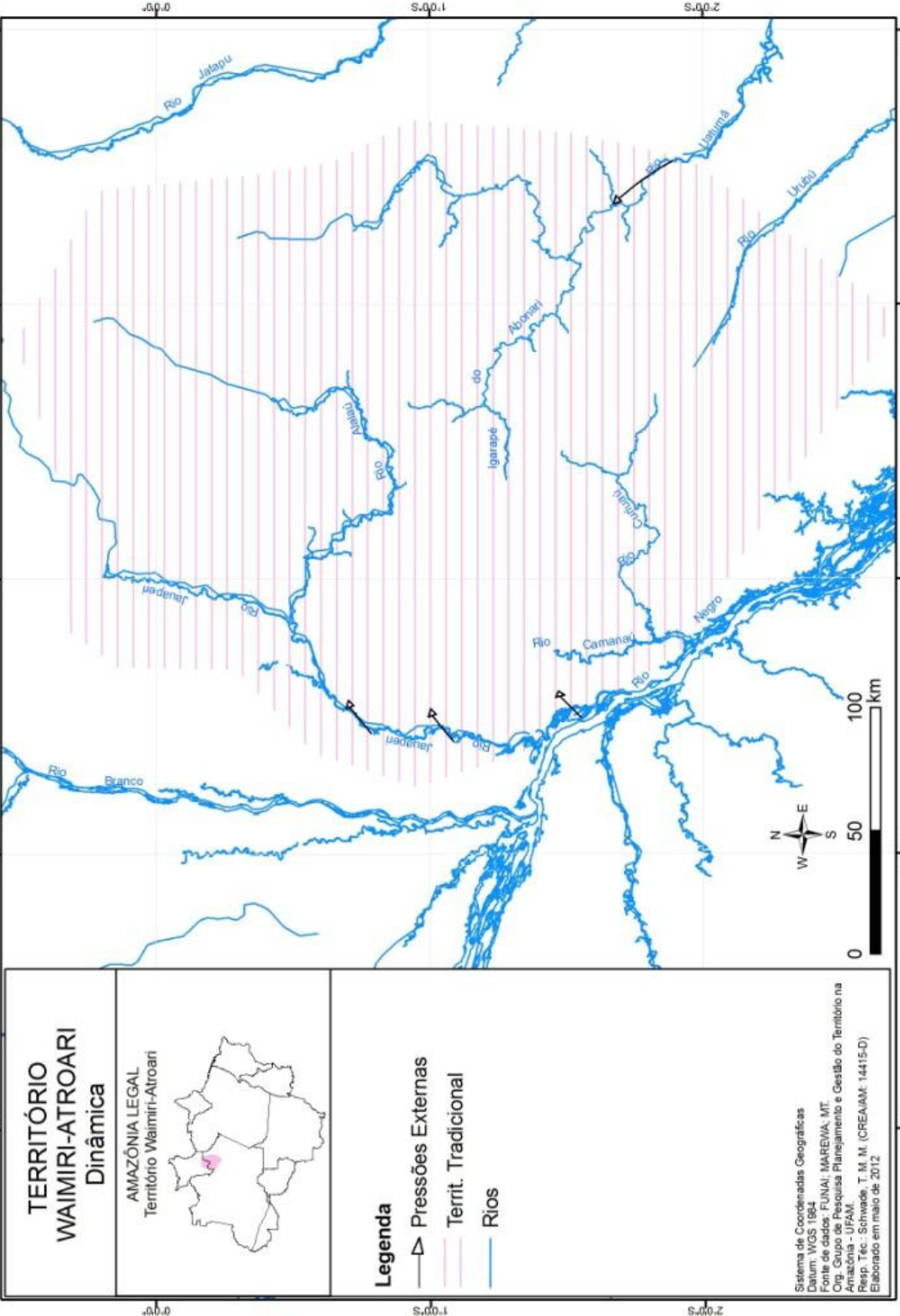
O território tradicional dos vários grupos que compunham o Povo Waimiri-Atroari, abrange todo o vale do Rio Jauaperi (limite Oeste e Norte); todas as cabeceiras do Rio Urubu e médio curso desse rio, chegando às cabeceiras do Rio Preto (limite Sul) e médio e alto curso do Rio Uatumã, chegando ao rio Jatapu (limite Leste) – Veja “Mapa do Território Tradicional Waimirí-Atroarí”, na próxima Página, p. 31.

O Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, criou a “Reserva Indígena Waimiri-Atroari” por meio do Decreto nº 68.907, de 13 de julho de 1971.¹²³ O formato da terra indígena decretada por Médici demonstra um estreitamento no centro do território justamente onde ele é atravessado pela rodovia. A perda territorial no sentido norte-sul foi de aproximadamente 300 quilômetros lineares em relação ao território tradicional, restando menos de 50 quilômetros lineares na travessia da rodovia, demonstrando o encurralamento que o povo indígena sofreu durante a construção da BR-174. O decreto demonstra ainda a autoridade que os grileiros tinham dentro do governo, pois os limites da terra indígena se aproximam muito dos limites apostos das terras griladas¹²⁴ poucos meses antes, excluindo inclusive áreas ainda ocupadas por indígenas sobreviventes – Veja “Mapa dos limites da Terra Indígena decretada por Médici (Decreto Nº 68.907, de 13 de julho de 1971) e área grilada em favor de empresários”, na página 32.

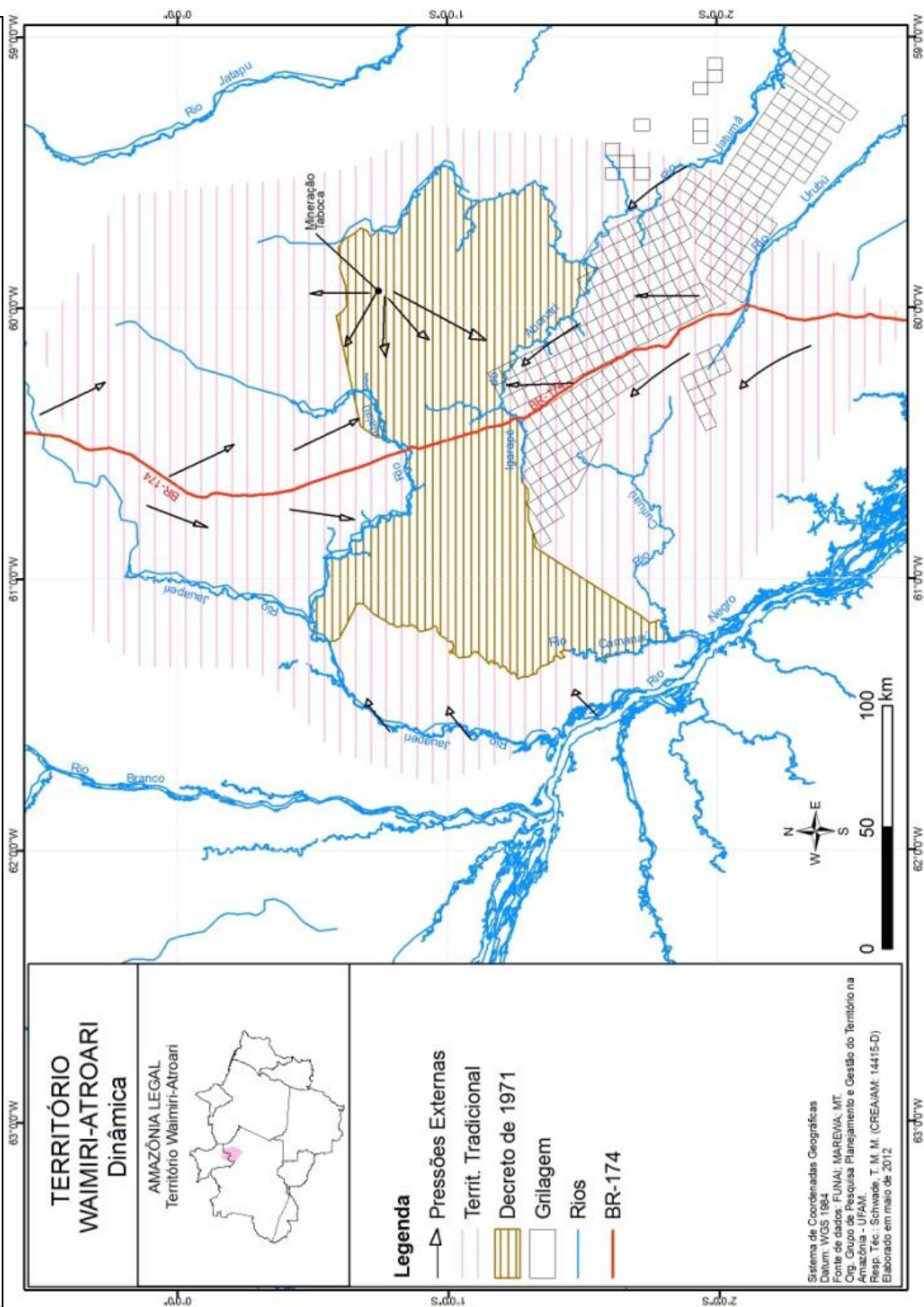
¹²³ MÉDICI, Emílio G. (Presidente da República) e CAVALCANTI, José Costa (Ministro do Interior). **Decreto Nº 68.907, de 13 de julho de 1971**. Diário Oficial, 14 de julho de 1971.

¹²⁴ Nota-se que os dados referentes à grilagem foram adquiridos junto ao Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM, portanto tratam apenas dos lotes grilados no Estado do Amazonas, cabendo uma pesquisa mais específica para investigar se o mesmo processo de roubo do território Waimiri-Atroari ocorreu no lado do Estado de Roraima.

Mapa do Território Tradicional Waimiri-Atroari
Orq.: Grupo Planejamento e Gestão do Território na Amazônia – UFAM.



Mapa dos limites da Terra Indígena decretada por Médici (Decreto Nº 68.907, de 13 de julho de 1971) e área grilada em favor de empresários. Org.: Grupo Planejamento e Gestão do Território na Amazônia – UFAM.



Em 1981, o Presidente João Figueiredo, revogou o decreto anterior de Médici, retirando o caráter de “Reserva Indígena”, substituída por uma área “interditada, temporariamente, para fins de atração e pacificação de grupos indígenas”.¹²⁵ Acentue-se o caráter “temporário” dado à reserva. Esperava-se a extinção do povo Waimiri-Atroari. De fato, 13 grupos de mineração já estavam à espera desse momento.¹²⁶ No entanto, a novidade principal desse decreto é que ele exclui toda a parte leste da terra indígena (526.800ha) em favor do grupo de mineração Paranapanema. Para desviar-se das críticas, o decreto incluiu duas áreas que não haviam sido incluídas no decreto anterior, mas que igualmente pertencem ao território tradicional Waimiri-Atroari. Com essa configuração a terra indígena se torna maior no sentido latitudinal (Norte-Sul) e menor no sentido longitudinal (Leste-Oeste) – Veja “Mapa da Terra Indígena decretada por Figueiredo (Decreto Nº 86.630, de 23 de novembro de 1981) e área desmembrada para a Paranapanema”, na página 34.

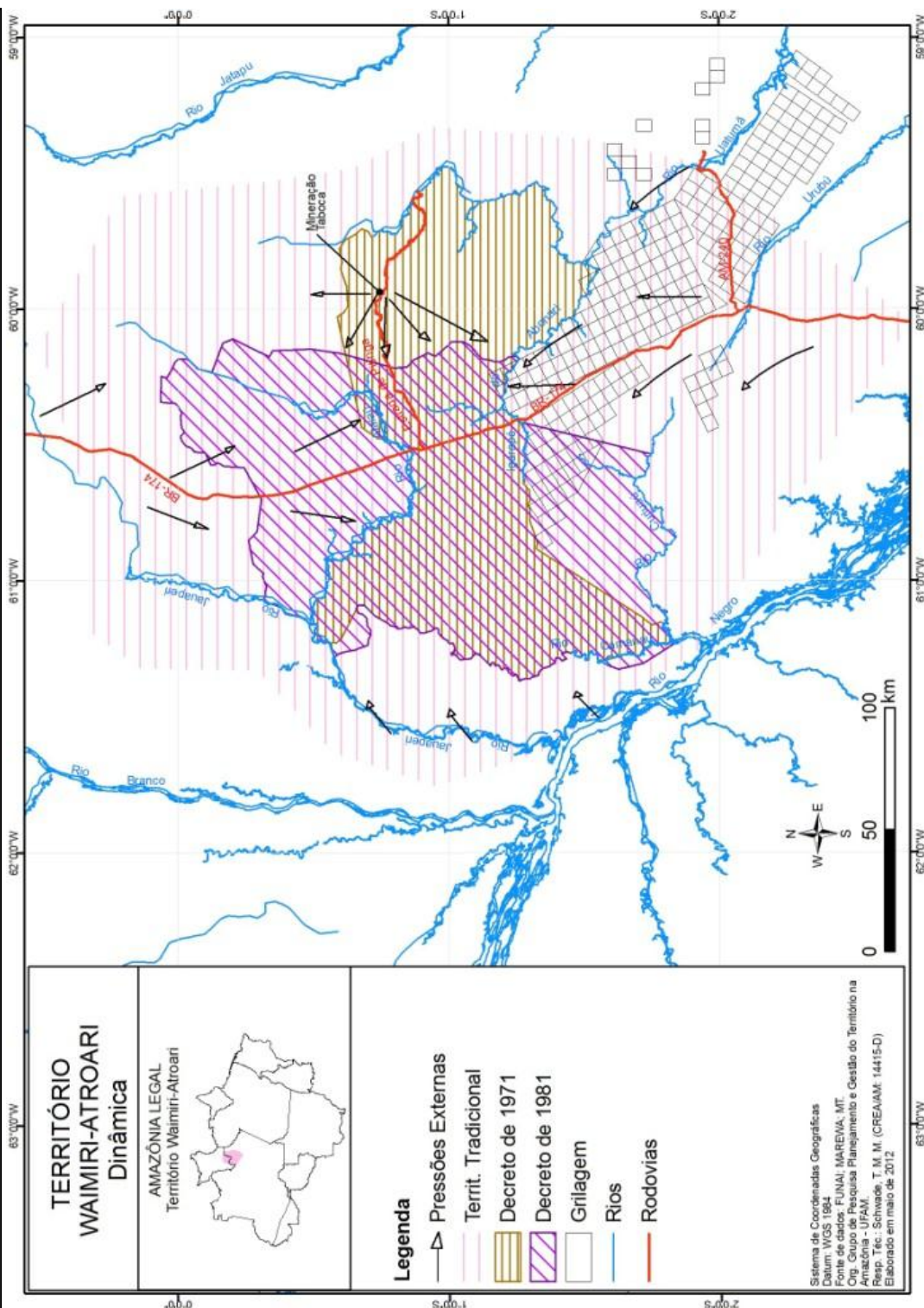
Em 1989, o Presidente José Sarney, homologou a “Área Indígena Waimiri-Atroari”.¹²⁷ Esse novo decreto, que permanece em vigor, segue a mesma orientação política do anterior, ampliando a terra indígena a norte, a sul e a oeste e ratifica a exclusão de toda a fronteira leste do território que foi invadido pela Mineração Taboca. Além disso, Sarney exclui ainda a superfície de inundação da Hidrelétrica de Balbina, que ocasionou a transferência de um terço da população indígena – Veja “Mapa da Terra Indígena homologada por Sarney (Decreto nº 92.426, 25 de fevereiro de 1986) e Hidrelétrica de Balbina”, na página 35.

¹²⁵ FIGUEIREDO, João Batista de (Presidente da República) ANDREAZZA, Mário David. **Decreto Nº 86.630, de 23 de novembro de 1981**. Diário Oficial, 25 de novembro de 1981.

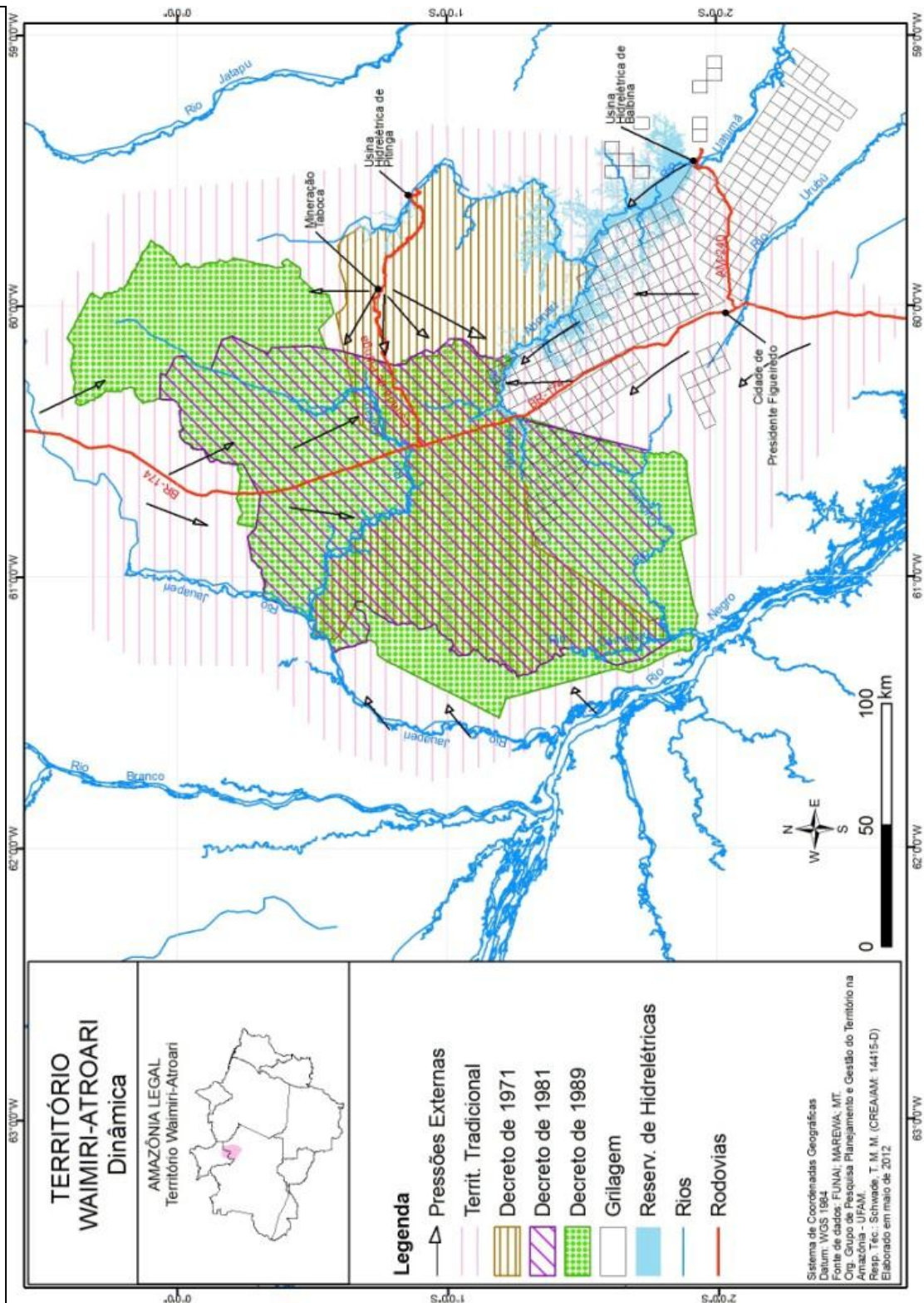
¹²⁶ SCHWADE, Egydio. **Le prix des grands projets en Amazonie: L'extermination des Waimiris-Atroaris**. In: Recherches Amérindiennes au Québec, Vol. XX. No. 2, 1990.

¹²⁷ SARNEY, José (Presidente da República). **Decreto nº 92.426, 25 de fevereiro de 1986**. Diário Oficial, 26 de fevereiro de 1986.

Mapa da Terra Indígena decretada por Figueiredo (Decreto Nº 86.630, de 23 de novembro de 1981) e área desmembrada para a Paranapanema. Org.: Grupo Planejamento e Gestão do Território na Amazônia – UFAM.



Mapa dos limites da Terra Indígena decretada por Médici (Decreto Nº 68.907, de 13 de julho de 1971) e área grilada em favor de empresários. Org.: Grupo Planejamento e Gestão do Território na Amazônia – UFAM.



No bojo desse processo, o governo militar apoiou iniciativas de ocupação do território Waimiri-Atroari com financiamentos de atividades agropecuárias com os programas POLOAMAZÔNIA e PROALCOOL, que beneficiaram, por exemplo, a Agropecuária Jayoro,¹²⁸ e com a criação, em 1982, do Município de Presidente Figueiredo, que em 2010 dispunha de 27.175 moradores¹²⁹.

A missão da FUNAI em todo esse processo foi “integrar” o índio para abrir caminho às frentes expansionistas.¹³⁰ No seu esforço de atender os interesses invasores, a FUNAI chegou a destruir roças dos índios perto dos postos¹³¹ e a obstruir com uma grade o Igarapé Santo Antônio do Abonari (BR-174, KM 208), para impedir a passagem das canoas dos índios e franquear o território para a futura Usina Hidrelétrica de Balbina.^{132 133} Embora já se anunciasse que Balbina seria um grande blefe, a Eletronorte e o Governo continuavam iludindo os índios e a sociedade com notícias otimistas.^{134 135}

A partir de 1987 a política indigenista direcionada aos Waimiri-Atroari tem uma administração empresarial, através do Programa Waimiri-Atroari (PWA) sujeito à Eletronorte.^{136 137 138} O PWA desde então detém o controle da

¹²⁸ Certidão de Cadeia Dominial de lote registrado no Cartório da Comarca de Presidente Figueiredo. **Mat. 584/L.2-E/FIs 193.**

¹²⁹ IBGE. **Cidra.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010univentorno.asp>>. Acessado em: 10 de março de 2012.

¹³⁰ IASI JUNIOR, Antônio (CIMI). CPI do Índio: uma CPI Impossível. **IN: Diário do Congresso Nacional.** Ano XXXIII – Suplemento ao Nº 72, Brasília: 17 de julho de 1978, p.86.

¹³¹ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **FUNAI apressa contatos com waimiris-atroaris. A tática do dialogo mesmo com riscos.** São Paulo, 29 de outubro de 1975.

¹³² MAREWA (Movimento de Apoio a Resistência Waimiri/Atroari). **Resistência Waimiri/Atroari.** Itacoatiara – AM, 1983.

¹³³ JORNAL A CRÍTICA. **Presidente em Manaus. Conclusão de Balbina é irreversível.** Manaus, 03 de novembro de 1985.

¹³⁴ JORNAL DE BRASÍLIA. **Balbina trará economia de 200 milhões de litros.** Brasília, 10 de novembro de 1985.

¹³⁵ CASADO, Rogélio e Griebel. **Balbina no País da Impunidade** (Documentário). Manaus, 1989. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=2v40-zvNWOk>. Acessado em: 14 de outubro de 2012.

¹³⁶ PROGRAMA WAIMIRI-ATROARI – PWA (ELETRONORTE/FUNAI). **Elaboração: GT Portaria PP No. 1332/87.** NAWA, 25 de outubro de 1987.

informação e da vida dos Wamiri-Atroari, política que inclui em especial a filtragem e repressão à entrada de cientistas, jornalistas e indigenistas independentes dos interesses empresariais e, por consequência, um silêncio ainda maior paira sobre os acontecimentos da estrada, da instalação da Hidrelétrica de Balbina, da Mineração Taboca, da grilagem de terras e sobre o próprio povo Waimiri-Atroari.^{139 140 141}

E afinal a quem serve esse crime? Significativa é a conclusão da pesquisa do Professor de Geografia José Aldemir de Oliveira da Universidade Federal do Amazonas a propósito do minério que sai da mina do Pitinga. Em sua tese de doutorado refere:

[...] o volume arrecadado parece estar aquém do devido, em decorrência da sonegação e da inércia do Estado que não criou mecanismos de fiscalização. Em 1991, a Associação Profissional dos Geólogos do Amazonas estimou a perda de receita, somente no projeto Pitinga, da ordem de US\$ 63 milhões.”(p.176).

Um funcionário da SEFAZ - prossegue José Aldemir - descreveu o mecanismo de fiscalização: “Não sabemos na verdade quanto nem o que está sendo fiscalizado. Mesmo que parássemos as carretas e fiscalizássemos, teríamos dificuldades para identificar se o minério que a empresa diz ser cassiterita realmente o é. Então não fazemos nenhuma fiscalização. Mensalmente, um funcionário da Taboca nos telefona comunicando o número da

¹³⁷ BAINES, Grant Stephen. **Os Waimiri-Atroari e Empresas Mineradoras**. Belém, 21 de fevereiro de 1989.

¹³⁸ BAINES, Stephen Grant (Departamento de Antropologia / UNB). **Comentário a Respeito do “Relatório Sobre a Visita aos Waimiri-Atroari: de 20 a 25 de setembro de 1992”, da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA**. Brasília 19 de maio de 1993.

¹³⁹ BAINES, Stephen Grant (Departamento de Antropologia / UNB). Censuras e Memórias da Pacificação Wamiri-Atroari. In: **Série Antropologia 148**. Brasília, 1993 [Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie148empdf.pdf>].

¹⁴⁰ FARIAS, Elaíze (Jornal A Crítica). **Dois mil índios waimiri-atroari contrários à rodovia desapareceram durante regime militar no Brasil**. Manaus, 08 de abril de 2012.

¹⁴¹ SILVA, Marcio (UNICAMP). **Taxa de crescimento da População Waimiri-Atroari cai nos últimos quatro anos**. Campinas, 10 de setembro de 1991.

guia e o valor correspondente que eles recolheram ao Banco referente ao imposto.” (p.177).

E conclui:

[O] município de Presidente Figueiredo é sintomático, pois apesar de possuir o maior percentual de arrecadação de todo o interior do Estado, a cidade que lhe serve de sede nada tem, quer do ponto de vista urbanístico, quer do social, que a identifique como tal, sendo tão pobre quanto as demais cidades do interior do Amazonas. Esta contradição deve ser a base da análise dos grandes projetos na Amazônia, especialmente porque é a partir dela que o espaço é produzido.

Há uma grande distancia entre os grandes projetos desenvolvidos na Amazônia e as populações locais. No caso específico aqui analisado, estabeleceu-se um processo de destruição da natureza e da relações sociais preexistentes. Numa primeira visão, pode-se dizer que nada de positivo foi introduzido na vida das pessoas. Ao contrario, retiraram-lhe parte das condições de sobrevivência, não apenas econômica mas também social, cultural e política. “É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade [JOSÉ DE SOUZA MARTINS]”.¹⁴²

¹⁴² OLIVEIRA, Dr. José Aldemir. **Cidades na Selva**. Valer: Manaus, 2000. (ps. 178-179).

5. PARA GOVERNO MILITAR: BR-174 UMA FATALIDADE IRREVERSÍVEL

A estrada BR-174 motivou e efetivou uma invasão dirigida e espontânea do território Waimiri-Atroari. Foi pregada como fatalidade irreversível pela Ditadura Militar. A FUNAI, desde o início, estava em sintonia com essa fatalidade.¹⁴³ A submissão aos projetos da Ditadura se repete com constante violação da legislação indigenista em vigor. Na 81ª reunião do Conselho Indigenista da FUNAI (CIF/FUNAI), em 1973, que tratou da questão Waimiri-Atroari, Olimpio Serra e Carlos Moreira Neto, funcionários do órgão questionaram em vão a irreversibilidade da BR-174.¹⁴⁴ Em resposta, o General Ismarth de Araújo, Presidente da FUNAI declarou: “Há uma coisa que é certa: a decisão do Governo, que é irreversível, de continuar a estrada. Então, as nossas soluções tem de partir dessa premissa: com a estrada”.¹⁴⁵ No dia 27 de janeiro de 1975 o mesmo General (Presidente da FUNAI) dirigiu ofício ao secretário executivo do CIMI, Egydio Schwade, reafirmando a sua submissão ao projeto da estrada¹⁴⁶ e no mesmo mês repetiu pelo menos outras três vezes o mesmo discurso.^{147 148 149}

O Coronel Arruda, comandante do 6º Batalhão de Engenharia e Construção (6º BEC) declarou que

a estrada é irreversível como é a integração da amazonia ao país. A estrada é importante e terá que ser construída, custe o que custar. Não vamos mudar o seu traçado, que seria

¹⁴³ CAMPOS, J. Queiroz. **Nós os Assassinos dos Índios** –s/d.

¹⁴⁴ CONSELHO INDIGENISTA DA FUNAI-CIF. **Ata da 81ª Sessão, Realizada em 24 de janeiro de 1975**. Rio de Janeiro, 1975

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ ARAUJO, Gal. Ismarth de (Presidente da FUNAI). **Of. Nº 038/PRES**. Ao Secretário Executivo do CIMI, Egydio Schwade. Brasília, 27 de janeiro de 1975.

¹⁴⁷ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Atroaris demonstram difícil opção da FUNAI**. São Paulo, 05 de janeiro de 1975.

¹⁴⁸ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **FUNAI não cogita de vetar a Estrada**. São Paulo, 25 de janeiro de 1975.

¹⁴⁹ JORNAL DO BRASIL. **Problemas com índios não param estrada**. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1975.

oneroso para o Batalhão apenas para pacificarmos primeiro os índios. A transferência é viável e coerente nas condições em que os fatos se apresentam. Os índios continuarão matando, sejam trabalhadores do BEC, sejam da Funai. Por que não levá-los ao Parque Nacional do Xingu? Lá não existem cerca de 14 tribos vivendo pacificamente? Manaus-Caracarái será construída custe o que custar. Não vamos parar os trabalhos apenas para que a Funai complete a atração dos índios”¹⁵⁰

E a primeira ação do Programa Waimiri-Atroari, ou seja, da política indigenista comandada pela empresa Eletronorte, foi transferir duas aldeias atingidas pelo lago de Balbina.¹⁵¹ A segunda foi levar um grupo de lideranças Waimiri-Atroari para Tucuruí, onde o governo ostentava outro projeto hidroelétrico em terras dos índios Parakanã.¹⁵² Esta ação foi executada pelo próprio coordenador do Programa Waimiri-Atroari. Que sentido teria senão o de convencer os Waimiri-Atroari da “fatalidade e irreversibilidade” de Balbina?^{153 154} E o projeto Calha Norte foi uma tentativa fracassada de levar o mesmo modelo de atuação desenvolvido junto aos Waimiri-Atroari, para os povos indígenas da vasta região da fronteira Norte do país.¹⁵⁵

¹⁵⁰ LIMA, Manoel (O Estado de São Paulo). **Sugerida a mudança dos Atroaris. Atroaris: Segundo coronel, não podem ficar mais perto da estrada.** São Paulo, 21 de janeiro de 1975.

¹⁵¹ JORNAL DO COMÉRCIO. **Índios. Missionário alerta para a transferência.** Manaus, 27 de abril de 1987.

¹⁵² PROGRAMA WAIMIRI-ATROARI. **Elaboração: GT Portaria PP No. 1332/87.** NAWA, 28 de outubro de 1987.

¹⁵³ JORNAL A CRÍTICA. **Presidente em Manaus. Conclusão de Balbina é irreversível.** Manaus, 03 de novembro de 1985.

¹⁵⁴ SCHWADE, Egydio. **2000 Waimiri-Atroari Desaparecidos durante a Ditadura Militar. Texto 6.** Casa da Cultura do Urubuí, 09 de abril de 2012.

¹⁵⁵ SCHWADE, Egydio. **Calha Norte. Waimiri-Atroari: Uma experiência ilustrativa.** BR-174. 03 de julho de 1987.

6. EXÉRCITO E FUNAI ESMAGAM A RESISTÊNCIA WAIMIRI-ATROARI

Bem sei que muita gente, entre ela a maioria dos letrados, estranha e condena a História escrita assim com tão grande franqueza.

Mas se o que se diz é a verdade, e se a verdade é dita com decência e publicamente, de modo que possam os acusados se defenderem, porque não dizê-la?

E porque motivo não se há de dar a esses homens, que tão despejadamente desonram os cargos, o simples castigo de registrar os seus malefícios, já que outros não tem?

Se os historiadores escrevessem assim era bem possível que muitos desses crimes fossem evitados por se arrecearem os criminosos da execração pública [Escreveu o Gal. Alípio Bandeira, em 1926, após peregrinação entre os Waimiri-Atroari e escutar seus relatos sobre outros massacres perpetrados pelas forças públicas a mando de presidentes da Província e governadores do Estado do Amazonas]. (p. 40)¹⁵⁶

No dia 05 de setembro de 1967, o Governo biônico do Estado do Amazonas iniciou sob o comando do Coronel Mauro Carijó, a construção da BR-174, Manaus-Boa Vista, sem um contato prévio com os índios Waimiri-Atroari, cujo território a estrada partiria ao meio como se fosse um “vazio demográfico”.

Na passagem do Rio Urubu, há menos de 100 km de Manaus encontraram a primeira resistência dos índios. A partir daquele momento, o governo manteve um ambiente de invasão armada durante toda a construção da BR-174, ou seja, até 1977 quando conseguiu esmagar toda a resistência daquele povo. Durante o ano de 1968 os pedidos de armamento e munição se sucedem mês a mês.

Dia 14 de março de 1968, o Coronel Mauro Carijó, Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem – Amazonas, solicitou autorização para a

¹⁵⁶ BANDEIRA, Gal. Alípio. **Jauapery**. Manaus, 1926 [Reeditado pela Adua em 2009].

compra de 6 caixas de bala calibre 44 para rifle.¹⁵⁷ Menos de um mês depois, dia 04 de abril de 1968, Otávio Kopke de Magalhães Cordeiro (que substituíra temporariamente Carijó no DER-Am), solicitou “6 revólveres “Taurus” calibre 38 duplo”(…), “2 espingardas calibre 16, 53 caixas de cartuchos calibre 16, 16 caixas de bala calibre 38 longo, 25 caixas de cartucho calibre 20, e 2 caixas de bala calibre 32 simples”.¹⁵⁸ Em agosto, o DER-Am comprou 5 caixas de bala calibre 38 duplo, 5 caixas de bala calibre 32 duplo, 2 caixas de bala calibre 32 simples, 5 caixas de balas calibre 22. Em setembro outra compra:

3 caixas de balas cal. 38 duplo
3 caixas de balas cal. 32 simples
5 caixas de balas cal. 38 duplo
1 caixa de cartucho cal. 32
10 caixas de balas cal. 44
2 caixas de balas 32 duplo
5 caixas de cartuchos cal. 205
5 caixas de cartuchos cal. 24
5 caixas de cartuchos cal. 16
5 caixas de cartuchos cal. 20
20 caixas de cartuchos cal. 20
10 caixas de cartuchos cal. 16
10 caixas de bala cal. 38 duplo
20 caixas de cartuchos cal. 20
10 caixas de cartuchos cal. 32 duplo
20 caixas de cartuchos cal. 22^{159 160}

A justificativa para os pedidos de armas e munição foi o de manter a segurança dos operários na construção da estrada.

¹⁵⁷ CARIJÓ, Coronel Mauro (Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem – Amazonas). **OF.DER-Am/DG/Nº130/68**. Ao Major de Cavalaria Luiz Gonzaga Ramalho de Castro (Chefe do Serviço de Fiscalização da Importação, Depósito e Tráfego de Produtos Controlados pelo Ministério do Exército), Manaus, 14 de março de 1968.

¹⁵⁸ CORDEIRO, Eng. Otávio Kopke de Magalhães (Diretor Geral em Exercício do Departamento de Estradas de Rodagem – Amazonas). **OF.DER-Am/DG/Nº170/68**. Ao Major de Cavalaria Luiz Gonzaga Ramalho de Castro (Chefe do Serviço de Fiscalização da Importação, Depósito e Tráfego de Produtos Controlados pelo Ministério do Exército). Manaus, 04 de abril de 1968.

¹⁵⁹ CARIJÓ, Eng. Mauro (Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem – Amazonas). **OF.DER-Am/DG/Nº392/68**. Ao Tem. Cel. Mirto Martins Ribeiro (Chefe do Serviço de Fiscalização da Importação, Depósito e Tráfego de Produtos Controlados pelo Ministério do Exército – Quartel General do Grupamento de Elementos de Fronteira). Manaus, 08 de outubro de 1968.

¹⁶⁰ ANDRADE SANTOS E CIA LTDA (Armazéns de Ferragens). **Relação de Munições Vendidas ao Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas**(entre setembro e agosto de 1968). Manaus, 05 de outubro de 1968.

Quando o próprio Exército assumiu o trabalho, no final de 1968, as solicitações foram dispensadas, porque todo o potencial bélico o acompanhava automaticamente. A FUNAI foi a mais fiel escudeira do Exército em todo o período da construção, como se pode ler nos noticiários da época.

O Ofício Of. nº042-E2-CONF, de 21 de novembro de 1974,¹⁶¹ assinado pelo Gal. de Brigada Gentil Paes, determinou, sem rodeios, em 14 itens o uso da violência. Veja o este item: “esse Cmdo, caso haja visitas dos índios, realize pequenas demonstrações de força, mostrando aos mesmos os efeitos de uma rajada de metralhadora, de granadas defensivas e da destruição pelo uso de dinamite.” O documento foi produzido em uma reunião realizada no quartel do Exército, Km 220 da BR-174, que contou com a presença do delegado regional da FUNAI, Francisco Mont’Alverne e do chefe da Divisão da Amazônia da FUNAI, Major Saul Carvalho Lopes,¹⁶² “Quando a sorte dos índio foi traçada” (p. 156)¹⁶³

E assim, naquela manhã de novembro, foi oficializada a guerra que desde há muito tempo existia contra os índios Waimiri Atroari. Isso com os funcionários da Funai concordando com tudo que lhes fora dito e determinado pelo auto comando do 2º Grupamento de Engenharia e Construção. (p. 158)¹⁶⁴

E no dia seguinte o Presidente do órgão, General Ismarth de Araújo, se reuniu com o signatário, General Gentil Paes.¹⁶⁵ Sintonia que acompanhou os trabalhos da construção da rodovia antes e depois daquele ofício.¹⁶⁶ As

¹⁶¹ PAES, Gen. Bda. Gentil Nogueira (Comando Militar da Amazônia, 2º. Grupamento de Engenharia e Construção). **Of. No. 042-E2 – CONF.** MANAUS-AM, 21 de novembro de 1974

¹⁶² JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO – **Dois mortos no ataque de índios.** São Paulo, 22 de novembro de 1974.

¹⁶³ CARVALHO, José Porfírio F. de. **WAIMIRI-ATROARI: A História que ainda não foi contatada.** 1982. 1ª. Edição. Pg 156.

¹⁶⁴ CARVALHO, José Porfírio F. de. **WAIMIRI-ATROARI: A História que ainda não foi contatada.** 1982. 1ª. Edição. Pg. 158.

¹⁶⁵ JORNAL O GLOBO. **Sertanista encontra corpos flechados de dois trabalhadores.** Brasília, 22 de novembro de 1974.

¹⁶⁶ JORNAL O GLOBO. **FUNAI manda reiniciar desmatamento.** Rio de Janeiro. 12 de janeiro de 1975.

determinações passaram à prática, como contou o aluno Pikibda da aldeia Yawará.¹⁶⁷ Seu pai tuxaua¹⁶⁸ de uma aldeia nas proximidades da passagem da BR-174 pelo Rio Alalaú, tentou uma aproximação pacífica com os militares. Mas foi recebido à bala.

Panfletos lançados sobre o território Waimiri-Atroari sugeriam que havia guerrilheiros infiltrados entre os índios. Em forma de versos, o panfleto dizia:

Operação Atroaris

Guerrilheiro,

Lê com atenção esta “mensagem” / Guarda este panfleto com cuidado / Ele é o teu passaporte para a vida

Estás cercado / Teus momentos estão contados / Vê na operação esboçada que teu fim / Está próximo!

Teus companheiros estão morrendo / Tu mesmo estás ferido / Os soldados brasileiros – teus irmãos / Estão cada vez mais próximos.

A aviação te bombardeia sem cessar / Olha a bandeira de teu país / És brasileiro – lembra-te disto / Reflete, pensa bem – o verdadeiro inimigo / Pode estar a teu lado:

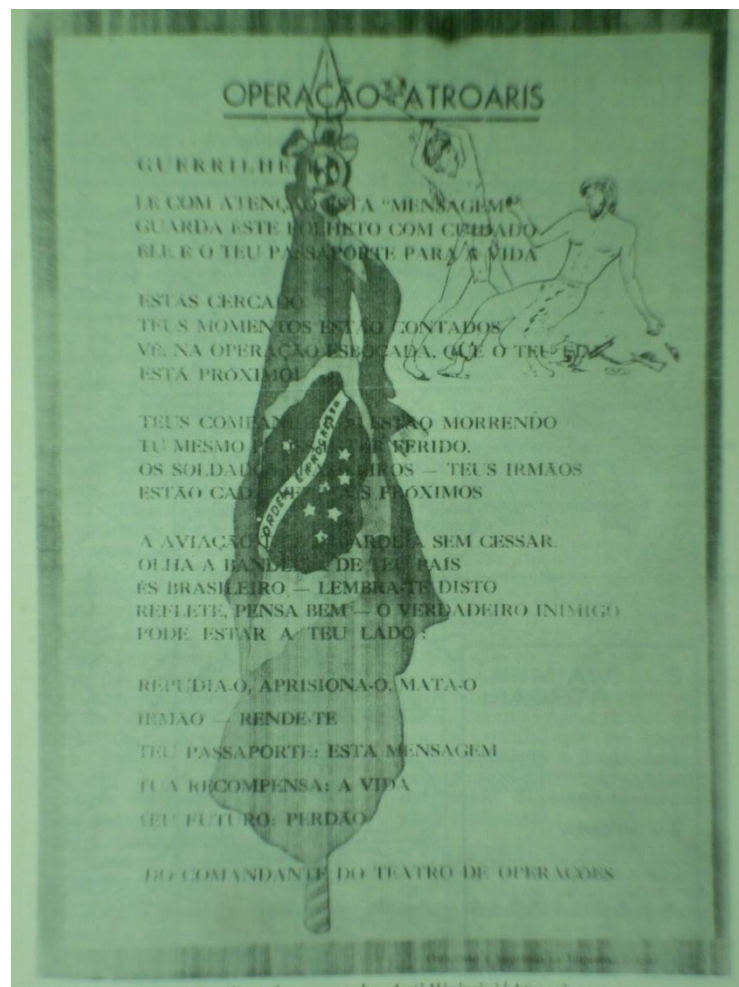
Repudia-o, aprisiona-o, mata-o / Irmão – rende-te / Teu passaporte: esta mensagem / Tua recompensa: a vida / Teu futuro: perdão.

Do comandante do teatro de operações¹⁶⁹

¹⁶⁷ PIKIDA. **Desenho Kiñá: O meu pai foi atirado**. Escola Yawara, 26 de novembro de 1986.

¹⁶⁸ Palavra utilizada para designar as lideranças políticas de povos e grupos indígenas.

¹⁶⁹ MAREWA (Movimento de Apoio a Resistência Waimiri/Atroari). **Resistência Waimiri/Atroari**. Itacoatiara, 1983. [PANFLETO. **Operação Atroaris**. Composto e impresso na Imprensa Nacional, S/D].



Panfleto distribuído pelo exército sugerindo a existência de guerrilheiros entre os Waimiri-Atroari.

Era o período da guerra do Araguaia e o mesmo PARASAR que combatia, via aérea, os guerrilheiros no Pará, combateu também os Waimiri-Atroari. Houve um rígido controle sobre o território indígena.

Enquanto os trabalhadores vão rasgando a selva, pequenos aviões e helicópteros sobrevoam a área das malocas dos atroaris. Qualquer sinal da presença indígena em direção à frente de trabalho é imediatamente comunicado.¹⁷⁰

¹⁷⁰ JORNAL DO BRASIL. **Atroaris têm contato com militares na Manaus-Caracaráí.** Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1973.

Mas a agressão aos índios não veio apenas do alto. O Exército Brasileiro usou também, via terrestre, o seu poderio militar contra os índios que defendiam seu território. Veja depoimento do pesquisador Stephen Baines:

Em junho de 1975, fui de carona de Manaus a Abonari, e no dia seguinte o comandante do 6º. BEC me enviou de volta para Manaus junto com os soldados do 6º. BEC, em ônibus fretados de Manaus, enquanto o 1º. BIS entrou para realizar demonstrações de força. Os soldados do 6º. BEC me contaram que iriam ficar 3 semanas em Manaus enquanto o 1º. BIS fez demonstrações de força ao longo da trajetória da estrada BR-174 que foi feita até 8 kms ao norte do rio Alalaú, e faltavam mais de 100 kms para ligar com a estrada sendo construída de Caracaraí em RR. O desmatamento da BR-174 já havia sido feito, e as obras foram suspensas com o ataque contra o Posto Indígena Abonari em dezembro de 1974 em que o sertanista Gilberto Pinto Figueiredo Costa foi morto. Ao voltar a Manaus com soldados do 6º. BEC, vi caminhões do 1º. BIS vindos de Manaus com soldados do 1º. BIS com artilharia pesada. Após as 3 semanas de demonstrações de força em junho de 1975, o 6º. BEC voltou a Abonari para concluir a construção da BR-174.¹⁷¹

Porfírio de Carvalho em seu livro: “Waimiri-Atroari: a história que ainda não foi contada” escreve que:

Os representantes da FUNAI, que ao assumirem cargos em Manaus passaram a submeter-se às ordens do Exército, através do 2º. Grupamento de Engenharia e Construção, apenas ouviram e anotaram o que o Alto Comando daquela corporação já decidira. Ou seja, que se daria continuidade, a qualquer preço, aos trabalhos de construção da estrada, que haviam sido rapidamente interrompidos após o ataque dos índios ao Posto indígena Alalaú (...).

Entre outras medidas administrativas que foram decididas naquele momento, ficou acertado que, além das medidas de defesa que o pessoal que trabalhava na estrada já havia adotado, seria

¹⁷¹ BAINES, Stephen. **Carta a Egydio Schwade**. 04 de setembro de 2011.

realizada pelo Exército, dentro da reserva dos Waimiri Atroari, demonstração de forças bélicas, por meio de rajadas de metralhadoras, explosão de dinamite e de granadas, numa tentativa de amedrontar os índios e evitar que voltassem a interromper o andamento dos trabalhos da estrada. (p.156-157)¹⁷²

A reunião a que se refere Carvalho gerou o documento Of. nº042–E2–CONF. No entanto, ela foi apenas a oficialização do que já era prática desde o início da construção da rodovia.

Isso porque, muito antes da realização da reunião entre o 2º GEC e a FUNAI, no KM 220 da rodovia Manaus-Caracará-Boa Vista, já o Sr. Comandante avisara a mim e a Gilberto que tomaria as providências determinadas no ofício supracitado, datado de 21 de novembro de 1974, quando enviou grupos de soldados armados para a reserva Waimiri Atroari, com a finalidade de garantir o prosseguimento dos trabalhos da construção da BR-174. (p.160)

A independência com que agíamos com relação às nossas decisões foi substituída pela política de que tudo deveria ser levado ao conhecimento do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, para estudo e aprovação. A modificação foi tal e a dependência junto ao Exército chegou a tal nível que foi firmado um acordo que os funcionários da FUNAI, que prestassem serviços na Frente de Atração Waimiri-Atroari, receberiam uma complementação salarial do próprio 2º Grupamento de Engenharia e Construção.

Houve praticamente uma intervenção do 2º Grupamento de Engenharia e Construção na direção da Fundação Nacional do Índio em Manaus, principalmente nos trabalhos realizados pela Frente de Atração Waimiri-Atroari. (p. 155-156)¹⁷³

Entretanto, o próprio Carvalho, então sub-Coordenador da Coordenação da Amazônia (COAMA/FUNAI) e que conta em longo e detalhado capítulo sua

¹⁷² CARVALHO, José Porfírio Fontenele de. **Waimiri-Atroari: A história que ainda não foi contada**. 2ed. Brasília, 1982.

¹⁷³ Idem.

participação no resgate dos corpos dos funcionários da FUNAI, mortos no Posto Alalaú II, sequer faz referência aos índios mortos durante o mesmo massacre e mortos por funcionários da FUNAI. E ainda estava na região, dois meses depois quando do massacre no Posto do Abonari onde também morreram índios. Após esse massacre não há mais referência a Maroaga, um dos principais líderes da resistência e que participou daquele massacre. O cadáver do funcionário da FUNAI Osvaldo de Souza Leal Filho morto neste massacre, foi encontrado cinco dias após ao lado de um índio morto.^{174 175}

Uma semana depois do massacre do Abonari o sertanista Sebastião Amâncio da Costa, nomeado substituto de Gilberto Pinto na chefia da Frente de Atração Waimiri-Atroari (FAWA), em entrevista ao jornal O Globo, de 06 de janeiro de 1975, assumiu de público as determinações do Of. nº042-E2-CONF, declarando que faria “uma demonstração de força dos civilizados que incluiria a utilização de dinamite, granadas, bombas de gás lacrimogêneo e rajadas de metralhadoras e o confinamento dos chefes índios em outras regiões do País”.¹⁷⁶ No dia seguinte, apesar da mobilização do General Ismarth (Presidente da FUNAI) em amenizar o mau estar causado pela divulgação das táticas de pacificação dos Waimiri-Atroari, o método foi defendido por Hélio Rocha (antropólogo da FUNAI).¹⁷⁷

Diante do impacto que a entrevista causou sobre a opinião pública nacional e internacional, os dirigentes da FUNAI afirmaram que puniriam Amâncio afastando-o do órgão.^{178 179 180} Em verdade, Amâncio foi a um breve ostracismo

¹⁷⁴ LIMA, Manoel (O Estado de São Paulo). **Atroaris ainda ameaçam atacar. Presença de soldados inquieta. Vingança pode ser o motivo.** São Paulo, 17 de agosto de 1975.

¹⁷⁵ SCHWADE, Egydio e SCHWADE, Tiago Maiká Müller (Orgs). **Entrevista com Raimundo Pereira da Silva sobre a construção da BR-174.** Presidente Figueiredo, 11 de outubro de 2012.

¹⁷⁶ JORNAL O GLOBO. **Sertanista vai usar até dinamite para se impor aos Waimiris.** Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1975.

¹⁷⁷ JORNAL O GLOBO. **Funai não usará plano do sertanista.** Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1975.

¹⁷⁸ JORNAL DE BRASÍLIA. Índios. **INDIOS. 1º Advertência: Será punido o sertanista do terror.** Brasília, 07 de janeiro de 1975.

¹⁷⁹ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **FUNAI vai punir o sertanista que usaria dinamite.** São Paulo, 07 de janeiro de 1975.

nos confins do Norte do Pará até cair no esquecimento da opinião pública. Menos de dois anos depois, em janeiro de 1977, reapareceu como autoridade da FUNAI em Roraima, na Escola de Surumu, onde junto com policiais federais, ordenou o fechamento de uma assembleia de 140 líderes indígenas da área Raposa Serra do Sol.¹⁸¹ Finalmente, na Nova República, já como Delegado Regional da FUNAI no Amazonas, Sebastião Amâncio coordenou a repressão aos indigenistas e professores do CIMI na área Waimiri-Atroari.

Seu substituto, Apoena Meirelles, “num relatório que encaminhou à FUNAI diz que nas últimas expedições aconteceram fatos ‘estranhos’”.¹⁸² O fato é que, à revelia do princípio rondoniano “morrer, se preciso for, matar nunca” pregados pela FUNAI, não foi o que ocorreu no caso Waimiri-Atroari. “Em todos os conflitos houve baixas de ambos os lados”, afirmou Apoena ao jornal O estado de São Paulo, em 17 de agosto de 1975, e continua:

Ainda em Brasília (...) todos pediam que eu tivesse cuidado com os traidores Waimiri-Atroari. Mas a história é outra, e chegamos mesmo a mentir à opinião pública nacional, não contando a verdade dos fatos que levam esses índios a trucidar as expedições pacificadoras. (...)

Como se não bastasse as atrocidades que sofreram no passado, a expulsão de suas terras, quando habitavam há pouco menos de 90 quilômetros de Manaus, os índios enfrentam hoje os mais sérios problemas: é a estrada que corta a sua reserva, proliferando o ódio e a sede de vingança contra o branco invasor, foram os assassinatos praticados pelos funcionários da Funai durante os dois últimos conflitos.

No dia 2 de outubro do ano passado, no posto de atração Alalaú 2, foi morto um sobrinho do capitão Comprido, Tuxaua dos Waimiris, fato que deixou os índios terrivelmente revoltados. No

¹⁸⁰ JORNAL O GLOBO. **FUNAI não usará plano do sertanista Amâncio**. Brasília, 07 de janeiro de 1975.

¹⁸¹ BOLETIM DO CIMI. **Os tuxauas silenciados. Nota do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)**. Brasília. Ano 6 – No. 34. – jan/fev. de 1977. p.15-21.

¹⁸² JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Atroaris disparam flechas contra avião de Ismarth**. São Paulo, 21 de março de 1975.

massacre de dezembro, quando morreu Gilberto Pinto, dois índios foram assassinados, e o corpo de um deles está enterrado no local onde tombou (...). os assassinatos praticados por funcionários da Funai mostram como estava errada a atração dos índios.¹⁸³

Em outra entrevista, publicada pelo mesmo jornal no dia 26 de outubro de 1975, Apoena afirmou ainda que:

No início do ano, em meio aos muitos “tome cuidado”, parti para a área e comecei a tomar conhecimento da verdade sobre os fatos que ocorriam ultimamente. Pude então verificar que, infelizmente, nós só falávamos dos nossos mortos. Os Waimiri-Atroari tombaram no silêncio da mata foram sutilmente enterrados e esquecidos no espaço e no tempo.¹⁸⁴

Como chefe da FAWA, ao localizar dois novos aldeamentos dos Waimiri-Atroari, Apoena também solicitou à Coordenação da Amazônia – COAMA, o envio de “uma grande quantidade de armas de fogo” e os jornais falavam que uma guerra esperava Apoena Meirelles.¹⁸⁵ Mas apesar de toda a gravidade da situação a “FUNAI manda reiniciar desmatamento” da BR-174.¹⁸⁶

O General Altino Berthier Brasil dedica o seu livro de memórias da construção da BR-174, “ao anônimo irmão Waimiri-Atroari, cujo cadáver mal-enterrado, deparamos, muitas vezes pela frente”¹⁸⁷. E no texto do livro comenta:

Os últimos anos daquela década e os primeiros da seguinte, marcaram um redespertar da alma amazônica. Foi uma época pioneira, que trouxe empresários e aventureiros de todos os lados, para uma sacudida nos hábitos e procedimentos regionais (...).

¹⁸³ LIMA, Manoel (O Estado de São Paulo). **Atroaris ainda ameaçam atacar. Presença de soldados inquieta. Vingança pode ser o motivo.** 17 de agosto de 1975.

¹⁸⁴ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Apoena denuncia ameaça ao índio.** São Paulo, 26 de outubro de 1975.

¹⁸⁵ LIMA, Manoel (O Estado de São Paulo). **Uma guerra à espera de Apoena.** São Paulo, 20 de fevereiro de 1975.

¹⁸⁶ JORNAL O GLOBO. **FUNAI manda reiniciar desmatamento.** Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1975.

¹⁸⁷ BRASIL, Altino Berthier. **O Pajé da Beira da Estrada.** Porto Alegre/RS. 1986.

A década de 70 entrou alvissareira. Foi oportunidade em que cheguei à região (...). A curiosidade pessoal e, possivelmente, a sensibilidade de minha alma levaram-me a desempenhar o duplo papel de soldado e de correspondente de guerra, no conflito do progresso contra a selva (...).

Em meio àquela confusão, tive o privilegio de perceber, sentir e registrar os efeitos daquela *blitzkrieg*¹⁸⁸ sobre um território desconhecido, enxotando um povo perplexo, que reagia violentamente ante a desestruturação de sua célula familiar e de seu universo telúrico (...).

Se eles, de início, eram penalizados pelo delito de terem as suas malocas sobre o eixo da rodovia, mais tarde passaram a ser inculcados, também pelo fato de suas terras constituírem incomparável província mineralógica. (p. 24-25)

Adiante Berthier explica:

o fantasma da guerra parecia andar solto. (...) aqueles últimos anos da década de 60 tinham enfoques especiais. A prioridade era o chamado desenvolvimento. Não havia tempo disponível, para a pesquisa e para o luxo das considerações lingüísticas, culturais e etnológicas. (p. 23)

Acompanhei de perto a construção da BR-165, Cuiabá-Santarém, e testemunhei a agressividade dos famosos índios gigantes pretos, os Kren-a-Karore, da região do Teles Pires e do Peixoto de Azevedo que, no final de 1972, foram atraídos (...). Nunca vi e em nenhum lugar tive notícia de índios tão agressivos como os Waimiri-Atroari. Senti que esse povo deveria estar mesmo muito machucado, tal a sua ojeriza ao branco. Comecei a admitir a idéia de que aqueles homens, mulheres e crianças não teriam dúvida em preferir a morte, à chamada integração. Tudo indicava que o avanço da rodovia, nas condições em que ia ser feito, acabaria

¹⁸⁸ Traduzida pelo autor como guerra-relâmpago ou ofensiva fulminante

redundando em uma carnificina. Os índios não deixavam dúvidas de que não admitiriam a rodovia cruzando seu território. (p. 15)¹⁸⁹

A ameaça de ataques dos índios continuava, porque a presença de soldados os inquietava.¹⁹⁰ A FUNAI estava completamente submetida ao Exército.

As normas anteriormente fixadas por Gilberto e a Sub-Coama em Manaus, para ingresso de pessoas em área indígena – como a necessidade de estarem vacinadas, fazerem exames médicos para constatação de não serem portadoras de doenças infecto-contagiosas, e outras –, foram abandonadas, passando a não existir absolutamente nenhuma exigência, a não ser a ordem do 2º Grupamento de Engenharia e Construção. (pg.156)¹⁹¹

Ao final, já vencidos, restando quase só, mulheres e crianças, foram criminosamente abandonados à sua sorte quando sofreram epidemias trazidas com rodovia, como ocorreu em 1981 na aldeia Yawara, km 185 da BR-174 acometida por um surto de sarampo que deixou um saldo de 22 mortos, como denunciaram desarmados e angustiados a enfermeira Leonida Egufe e o enfermeiro Egipson Nunes: “ainda continuam morrendo dezenas de índios, por falta de uma assistência médica imediata, precisa e segura”.¹⁹² Um comando oculto e irresponsável deixou no abandono os índios doentes e seus próprios companheiros e companheiras funcionários e funcionárias de campo.¹⁹³

Durante os meses de agosto e setembro de 1987, uma epidemia de sarampo tomou conta da população do Camanaú, causando mortes, escreveu Marcio Silva:

o surto de uma doença desconhecida para a população do Camanaú gerou o que parecia ser um colapso nos sistemas curativos tradicionais, quando métodos nativos revelaram-se

¹⁸⁹ BRASIL, General Altino Berthier. **O Pajé da Beira da Estrada**. Porto Alegre/RS. 1986.

¹⁹⁰ LIMA, Manoel (O Estado de São Paulo). **Atroaris ainda ameaçam atacar. Presença de soldados inquieta. Vingança pode ser o motivo**. 17 de agosto de 1975.

¹⁹¹ CARVALHO, José Porfírio Fontenele de. **Waimiri-Atroari: a história que ainda não foi contada**. 2 ed. Brasília, 1982.

¹⁹² CORREIA, Egipson Nunes. Atendente de enfermagem. **Epidemia de sarampo entre os WAIMIRI-ATROARI**. 02 de junho de 1981.

¹⁹³ EGUFÉ, Leonida. **Sarampo na área dos Waimiri-Atroaris**. Março de 1981

ineficazes para debelar os sintomas cutâneos. Foi duro testemunhar o fracasso dos terapeutas nativos (kiña-yepimim) que apelavam, como último recurso, para a escarificação até mesmo da língua de alguns doentes. (p. 30)¹⁹⁴

A manutenção do silêncio sobre essa política agressiva e violenta contra esses índios e a sua impunidade até hoje, são o maior incentivo para a sua continuidade.¹⁹⁵

7. A “PACIFICAÇÃO” DOS WAIMIRI-ATROARI

A prioridade da pacificação dos Waimiri-Atroari para a FUNAI foi remover o obstáculo que os índios representavam para o “desenvolvimento”, ou seja, aos projetos do governo na área: a BR-174, a mineração, o gado e a construção de Balbina. O método de pacificação consistiu em um processo de aliciamento, sedução e redução dos índios para dar lugar e proteção aos invasores, aos construtores dos projetos oficiais e oficiosos do Governo.¹⁹⁶ O governo não quis criar um clima para contatos pacíficos e tranquilos.¹⁹⁷

O plano do Padre João Calleri também objetivava afastar os índios do roteiro da estrada, mas a partir do rio Alalaú onde os índios ainda não tinham

¹⁹⁴ SILVA, Marcio. Romance de Primas e Primos: uma etnografia do parentesco Waimiri-Atroari. Manaus: Valer/Edua, 2009.

¹⁹⁵ SCHWADE, Egydio. **A Guerra de Extermínio Contra os Waimiri-Atroari**. Novembro de 1980. (Denúncia levado ao IV Tribunal Russell/Rotterdam/novembro de 1980)

¹⁹⁶ IASI JUNIOR, Antônio. **CPI do Índio: uma CPI Impossível**. IN: **Diário do Congresso Nacional**. Ano XXXIII – Suplemento ao Nº 72, Câmara dos Deputados. Projeto de Resolução Nº 172 de 1978 (CPI-Reservas Indígenas). Brasília: 17 de junho de 1978, p.86. o.s.c. Nota.74

¹⁹⁷ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **FUNAI apressa contatos com Waimiris-Atroaris. A tática do diálogo mesmo com riscos**. 29 de outubro de 1975.

contato com os trabalhadores da estrada.¹⁹⁸ Contudo mudou em última hora seu plano para atender as exigências dos construtores da estrada. Aos superiores e colegas, comunicou a mudança brusca do seu plano de pacificação, dizendo que foi contra a sua vontade, insinuando que foi motivada por pressões superiores.¹⁹⁹ Poucos dias após, já do teatro dos acontecimentos em seu rádio Nr. 5 de 26 de outubro de 1968 escreve: “(o índio bem sabe que isso está no nosso direito de gente superior)”.²⁰⁰

A demonstração dessa atitude de “gente superior” perpassa toda a história da FUNAI na sua ação junto aos Waimiri-Atroari e por isso sempre se achou no direito de fazer o que queria em seu território, obedecendo primeiro aos dirigentes do DER/AM e depois aos comandantes do Exército que se consideravam “gente superior”. Assim sua missão foi “...convencer os índios que os brancos são mais fortes”²⁰¹ e os índios “numericamente inferiores”.²⁰² A vida dos Waimiri-Atroari foi dominada pelos servidores.²⁰³ “É a FUNAI que sabe!”²⁰⁴ foi a expressão colocada na boca dos “capitães”²⁰⁵ encarregados de orientar as comunidades após o esmagamento da resistência.

¹⁹⁸ COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **Atividade extraordinária. Pacificação índios Waimiris e Atroaris. Motivo: estrada intercontinental BR-174. Projeto de trabalhos.** Boa Vista, 04 de outubro de 1968.

¹⁹⁹ CALLERI, Pe. João. **Informação situação Alalaú. Manaus**, 30 de setembro de 1968.

²⁰⁰ CALLÉRI, Pe. João. Missão Alalaú/Relatório Nº5. **IN: Serviço de Rádio Comunicação D.E.R.-Am.** Mensagem OF. Nº5. Manaus, 26 de outubro de 1968.

²⁰¹ JORNAL NOTÍCIAS POPULARES. **FUNAI se protege dos índios mais perigosos.** 19 de outubro de 1974

²⁰² JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Apoena Meirelles procura Atroaris.** São Paulo, 28 de março de 1975.

²⁰³ BAINES, Stephen Grant (Professor do Departamento de Antropologia/UNB). **Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Aroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia.** Brasília, maio de 1999.

²⁰⁴ BAINES, Stephen Grant. **É a FUNAI que sabe! A frente de atração Waimiri-Atroari.** Belém, 1991.

²⁰⁵ Designação adotada pelo SPI e Funai, aos indígenas escolhidos como interlocutores com o Estado.

A demonstração de superioridade dos funcionários da FUNAI incluía apresentarem-se também superiores em armamentos.²⁰⁶ E para demonstrar essa superioridade a FUNAI vinha acompanhada, em total sintonia com o Comando Militar da Amazônia, representado na estrada pelo 6º BEC²⁰⁷, 2º. GEC e eventualmente pelo 1º. BIS. A propósito do fazerem-se os funcionários da FUNAI acompanhar por soldados do Exército, lembrava o Padre Antônio Iasi Junior do CIMI:

‘Como um soldado reagiria ao ser ameaçado na sua existência por um ataque índio? É claro que ele reagiria à bala, pois sua formação militar e as instruções que recebera o levarão a uma reação drástica contra o índio’. Pe. Iasi se referia ao fato de existirem na região do Abonari militares armados, com armas possantes e modernas.²⁰⁸

A estratégia usada pela FUNAI na “pacificação” dos Waimiri-Atroari incluiu ainda o uso de indígenas de outras etnias: Tukano, Suruí, Baré, Dessana, Munduruku, Sateré-Maué e outros^{209 210} alheios às informações sobre os interesses civilizados e desconhecedores da História de violência sofrida por esse povo.²¹¹ Participaram neste período cerca de 80 índios como funcionários da FUNAI. Todos foram armados para o caso de um enfrentamento com os Waimiri-Atroari.²¹²

²⁰⁶ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Caído na mata, o sobrevivente**. São Paulo, 08 de outubro de 1974.

²⁰⁷ JORNAL DO BRASIL. **Atroaris levam Ismar a Manaus**. Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1975.

²⁰⁸ JORNAL A CRÍTICA. **Atração Atroari é desafio à FUNAI**. Manaus, 15 de abril de 1975.

²⁰⁹ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Índio exige seguro para atrair Atroari**. São Paulo, 11 de março de 1975.

²¹⁰ JORNAL A CRÍTICA. **“Namoro”, a fase mais difícil para Apoena**. Manaus, 28 de março de 1975.

²¹¹ JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Operários fogem da selva, é o pavor do Atroari**. Porto Alegre, 04 de dezembro de 1968.

²¹² JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Sertanista quer Postos Seguros e Índios à Distância**. São Paulo, 04 de janeiro de 1975.

Veja o que significava “pacificação” dos índios para o coordenador da Frente da Atração Waimiri-Atroari (FAWA), Sebastião Firmo:

Agora é que precisamos de todo o apoio, nossa missão no sentido de pacificação é mais árdua, mais difícil e sensível, mas conseguiremos. A Frente de Atração precisa de mais servidores, necessita de armamento, munições e tudo isto já foi pedido.²¹³

A imagem do povo Waimiri-Atroari foi manipulada pelos dirigentes da FUNAI de acordo com o interesse do momento para que a mídia pudesse colaborar na execução dos objetivos do Governo Militar. Durante a construção da BR-174 carregou-se, com fotos e manchetes, na “crueldade” e “desumanidade” das ações de resistência dos Waimiri-Atroari a fim de obter o apoio popular e justificar os crimes e agressões, criando uma cortina de fumaça para ninguém ver os índios que caíam mortos.²¹⁴ O Delegado Regional, Francisco Mont’Alverne, foi um artista em distrair jornalistas mediante notícias fantasiosas e sensacionalistas, para no dia seguinte ter assunto para desmenti-las.²¹⁵

Mentir à opinião pública e enganar os índios foi como que uma ordem do dia dos seus funcionários no seu relacionamento Imprensa e índios.²¹⁶ Exemplos: “aparentemente a questão da ponte ficou em ponto morno, depois de um entendimento do sertanista Fiorello Parisi com alguns índios do grupo, garantindo-lhes que a obra não iria prejudicá-los”.²¹⁷ “O sertanista [Gilberto Pinto] conseguiu convencer o cacique Maruaga de que a estrada traria benefícios para o grupo”²¹⁸

²¹³ FIRMO, Sebastião Nunes Firmo (Coordenador da FAWA / FUNAI). **Relatório da Viagem ao Posto Indígena do Camanaú**. Manaus, 19 de outubro de 1976.

²¹⁴ JORNAL NOTÍCIAS POPULARES. **FUNAI se Protege dos Índios mais Perigosos**. 19 de outubro de 1974.

²¹⁵ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Sertanista quer Postos Seguros e Índios à Distância**. São Paulo, 04 de janeiro de 1975.

²¹⁶ JORNAL DO COMERCIO. **DER/AM pacificará índios no caminho da estrada Manaus-venezuela**. Manaus, 18 de junho de 1968.

²¹⁷ JORNAL DO BRASIL. **Maquinas chegam ao território dos wainiris-atroaris**. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1974.

²¹⁸ JORNAL CORREIO DA MANHÃ. **6º Batalhão vence região dos índios**. Brasília, 01 de agosto de 1972.

No período da construção da rodovia era preciso afastá-los de qualquer maneira do roteiro da estrada. Formularam-se “hipóteses mirabolantes para explicar os ataques”.²¹⁹ Os Waimiri-Atroari foram tratados como “perigosos”,^{220 221} “criminosos”. Por ocasião da morte da expedição Calleri (1968), correu notícia de uma expedição de investigação formada de “militares especializados em guerra nas selvas e de soldados da Polícia Militar do Amazonas para investigar na terra dos atroaris...”²²³ E por ocasião do massacre que vitimou Gilberto Pinto (1974) a Polícia Federal abriu, efetivamente, inquérito para analisar a “índole” do povo Waimiri-Atroari.^{224 225} Outras vezes foram tratados como “terroristas”, com “brancos” infiltrados em seu meio. Veja as manchetes dos jornais da época: “Relatório da FAB sobre massacre aponta presença de brancos entre os ‘Atroaris’”.²²⁶ “Atroaris são mamelucos e tinham contato com branco”.²²⁷ “Surgiu a estória de um branco no massacre”.²²⁸ “Fiscal traz fatos que incriminam brancos”.²²⁹ “O mistério do chefe branco”.²³⁰ “PARASAR não encontrou os corpos.

²¹⁹ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **FUNAI ainda mantém silêncio**. São Paulo, 01 de janeiro de 1975.

²²⁰ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Os perigosos atroaris já aceitam presentes**. São Paulo, 30 de maio de 1972

²²¹ JORNAL NOTÍCIAS POPULARES. **FUNAI se Protege dos Índios Perigosos**. 19 de outubro de 1974.

²²² JORNAL A CRÍTICA. **Apoena está na Cachoeira Criminosa – situação de perigo**. Manaus, 30 de março de 1975.

²²³ JORNAL DO BRASIL. **FUNAI ignora expedição de militares para investigar massacre da Missão Calleri**. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1968.

²²⁴ VIEIRA JUNIOR, Bel. HELIO. MINISTERIO DA JUSTIÇA. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO AMAZONAS. **Of. No./69/75/CART**. Manaus, 05 de fevereiro de 1975.

²²⁵ MOREIRA NETO, Carlos. **Informação sobre os índios Waimiri-Atroari**. FUNAI/ 1975.

²²⁶ JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Relatório da FAB sobre massacre aponta presença de brancos entre os “Atroaris”**. São Paulo, 13 de dezembro de 1968.

²²⁷ JORNAL DO BRASIL. **Atroaris são mamelucos e tinham contato com branco**. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1968.

²²⁸ JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Surgiu a Estória de um Branco no Massacre. O Branco Maruaga. Desencontro Salvou a Terceira Mulher**. Porto Alegre, 30 de novembro de 1968.

²²⁹ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Fiscal traz fatos que incriminam brancos**. São Paulo, 15 de dezembro de 1968.

²³⁰ JORNAL DA TARDE. **O mistério do chefe branco**. Manaus, 27 de novembro de 1968.

Chefe seria um branco”.²³¹ Segundo outra versão seria uma mulher loira.²³² “Comerciante diz que sabe de branca entre atroaris”.²³³

O próprio presidente da FUNAI a propósito uma viagem sobre a área incentivou o cultivo da imagem da agressividade Waimiri-Atroari.²³⁴ O governo e em particular a FUNAI sempre os tratou com desconfiança para justificar seus erros e sua política de isolamento e de repressão. Nenhum funcionário arriscava fazer-se acompanhar da família. Ainda em 1986, o chefe da Frente Atração Waimiri-Atroari, Raimundo Nonato, entre outras justificativas para a expulsão dos professores, Egydio e Doroti, ligados ao CIMI/OPAN, que moraram dois anos com quatro filhos pequenos na aldeia Yawará, insinuava que a amizade dos índios para com a família seria prenúncio de que em breve os haveriam de massacrar.²³⁵

A partir da inauguração da rodovia BR-174, em 1977, com os índios já derrotados, uma nova imagem cobre os sobreviventes. A Crítica de Manaus de 05 de maio de 1978 sob o título: “Selvagens já querem jogar futebol” traz entrevista com o delegado da FUNAI, Kasuto Kawamoto, na qual este diz:

Os índios Waimiri-Atroari, que sempre foram ferozes, agora se tornam mais amáveis e começam a assimilar os costumes dos civilizados. Depois de assistir uma “pelada” entre os trabalhadores do posto da Funai, tem-se tornado admiradores do futebol, ao ponto de tentarem jogar. Isto significa que todo o dia traz os Waimiri-Atroari sempre mais perto dos brancos, sem nenhuma maldade. Acredita-se também que eles começam a aceitar nossa maneira de ser, nossos costumes, em parte pela ligação com o

²³¹ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **PARASAR não encontrou os corpos. Aeronáutica admite hipótese de ataque. Chefe seria um branco.** São Paulo, 26 de novembro de 1968.

²³² JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **FUNAI ainda mantém silêncio.** São Paulo, 01 de janeiro de 1975

²³³ JORNAL A CRÍTICA. **DNER Desiste mas o CIGS quer ir à Selva.Comerciante diz que sabe de branca entre atroaris.** Manaus, 03 de dezembro de 1968.

²³⁴ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Atroaris dispararam flechas contra avião de Ismarth.** São Paulo, 21 de março de 1975.

²³⁵ CORRÊA, Raimundo Nonato (Coordenador do NAWA/FUNAI). **Comunicação Interna Nº 41/86. Relatório a Respeito da Saída do Sr. EgidioSwade (sic) da Área Waimiri/Atroari.** 30 de dezembro de 1986.

futebol e quem não faz! Eles dão muita importância às roupas e comportam-se como os homens da FUNAI.²³⁶

A propósito, o *Anthropologie Resource Center, Newsletter*, de dezembro de 1979, faz a seguinte análise:

O mito dos índios Waimiri-Atroari incorpora a mentira central com que se tem justificado preconceitos centenários contra os Ameríndios desde que os brancos começaram a invadir suas terras. Nesta selvageria inicial foram os ferozes e irracionais, quando seus ataques contra o homem branco foram frontais e somente o homem branco, oferecendo esclarecimento com sua generosidade, poderia domar essas pessoas selvagens e transformá-las em seres humanos.²³⁷

Outros destaques deste novo momento: “Os Waimiri-Atroari já aceitam o branco”²³⁸ – A matéria reforça o posicionamento de que os Waimiri-Atroari estão sendo preparados para a concretização da Hidrelétrica de Balbina. Informa-se ainda que eles já visitam pacificamente os postos da FUNAI. “40 Waimiri-Atroari visitam posto da FUNAI. Sem Ameaça”.²³⁹ “Waimiri-Atroari quer entendimento”.²⁴⁰ O coordenador da FAWA, Giuseppe Craveiro, exhibe crianças Waimiri-Atroari em passeio pela Zona Franca de Manaus, dizendo que esses índios já estão integrados à civilização como “agricultores pacíficos”.

A nova imagem objetivou o novo momento: a instalação de Balbina, a consolidação da mineradora Taboca/Paranapanema em sua área, o esquecimento do passado e a desarticulação interna da organização do povo

²³⁶ JORNAL A CRÍTICA. **Selvagens já querem jogar futebol**. Manaus, 05 de maio de 1978.

²³⁷ PRESLAND, Anna. **Waimiri-Atroari: The Massacres behind the Myth**. IN: **ARC – Anthropology Resource Center Newsletter**. vol. 3 no.4. december 1979.

²³⁸ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Os Waimiri-Atroari já aceitam o branco**. São Paulo, 28 de abril de 1981.

²³⁹ JORNAL A NOTÍCIA. **40 Waimiri-Atroari Visitam Posto da FUNAI. Sem Ameaça**. Manaus, 31 de janeiro de 1979.

²⁴⁰ JORNAL DO COMÉRCIO. **Waimiri-Atroari quer entendimento**. 08 de março de 1990.

Waimiri-Atroari,²⁴¹ inibindo o movimento no seu território tradicional e promovendo deslocamentos de aldeias dentro da própria reserva em função dos projetos do governo.²⁴² Tarefa executada pela Eletronorte através do PWA.

8. FUNAI E PWA REPRIMEM O INDIGENISMO CRÍTICO

Ainda durante a construção da rodovia BR-174 jornalistas,^{243 244} o CIMI,²⁴⁵ o vereador Fábio Lucena de Manaus²⁴⁷ e funcionários da FUNAI²⁴⁸ levantaram indícios da ocorrência de massacres de índios Waimiri-Atroari. Mas o rígido controle da área e das notícias impedia o acesso aos fatos. Este controle se tornou mais rígido com a entrada do Exército após a morte do Padre Calleri. FUNAI e Exército impediam qualquer ação pró-Waimiri-Atroari, aceitando apenas colaborações de quem concordava com o programa integracionista do Governo e do empresariado, desejoso de se apropriar da área. As denúncias dos funcionários eram ignoradas,²⁴⁹ desmentidas ou punidas.

²⁴¹ SCHWADE, Egydio e PEREIRA, Verenilde (Pastoral Indigenista de Itacoatiara/OPAN). **Nem Bárbaros Nem Integrados: Waimiri e Atroari**. Maio de 1981.

²⁴² BAINES, Stephen G. **Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP. 2000. V. 43 No. 2.

²⁴³ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Atroaris ainda ameaçam atacar. Presença de soldados inquieta. Vingança pode ser motivo**. São Paulo, 17 de agosto de 1975.

²⁴⁴ JORNAL O GLOBO. **Ligação Manaus-Boa Vista pode acabar com waimiris**. Rio de Janeiro, 07 de março de 1977.

²⁴⁵ CIMI. **Y-Juca-Pirama. O índio: Aquele que deve morrer** (Documento de urgência assinado por Bispos e missionários). 23 de dezembro de 1973.

²⁴⁶ JORNAL A CRÍTICA. **Atração Atroari é desafio à FUNAI**. Manaus, 15 de abril de 1975.

²⁴⁷ JORNAL DO BRASIL. **FUNAI encontra o terceiro sobrevivente do massacre**. Rio de Janeiro 08 de outubro de 1974.

²⁴⁸ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Apoena denuncia ameaça ao índio**. São Paulo, 26 de outubro de 1975.

²⁴⁹ ROCHA, Leandro Mendes (assessor da AESP/FUNAI), SCHER, Nelmo Roque (Pesquisador/FUNAI) e NOGUEIRA, Otília Maria Correia da Escóssia

Já nos primeiros anos da FUNAI, Gama Malcher, diretor do Departamento do Patrimônio Indígena do órgão, alertou o Governo sobre os “muitos interesses estrangeiros nas terras dos índios, ricas em minérios”.²⁵⁰ E na sua entrevista focalizou em especial o território Waimiri-Atroari. Poucos meses depois perdeu o cargo.

Milton Lolli, funcionário que trabalhou junto aos Waimiri-Atroari, em entrevista ao jornal A Crítica de Manaus, em março de 1975, questionou o método de pacificação da instituição, denunciando que o mesmo “leva o índio ao extermínio”.²⁵¹ Como consequência, foi demitido. E para dar a todos os funcionários uma lição, Lolli foi demitido em documento assinado pela FUNAI e pelo comandante do 6º BEC. Foi humilhado publicamente pelo superintendente da FUNAI, Francisco Mont’Alverne que declarou aos jornais: “Mateiro é Analfabeto”.²⁵² Lolli deve sofrer das faculdades mentais”.²⁵³

Em 30 de julho de 1981, a antropóloga Ângela Maria Baptista, encarregada de estudar a área indígena Waimiri-Atroari, entregou seu relatório e parecer, que não agradou aos interesses mineralógicos já atuantes na reserva e nem aos dirigentes da FUNAI que lhes os apoiavam.²⁵⁴ Na mesma semana foi demitida.

Em dezembro de 1973, o CIMI publicou o documento “Y-Juca-Pirama”, denunciando duramente a política indigenista do Governo Militar.²⁵⁵ As críticas do CIMI continuaram a partir de então contra o processo desenvolvimentista até o final da Ditadura. Veja-se algumas manchetes: “CIMI pede paralização da

(Antropóloga/FUNAI). **Memo. No. 662/85 – AESP. Ao Pres. da FUNAI.** 29 de novembro de 1985.

²⁵⁰ JORNAL DO BRASIL. **Nas nossas selvas quem é que manda, os índios ou os estrangeiros armados?** Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 1968.

²⁵¹ JORNAL A CRÍTICA. **Método da FUNAI leva o índio ao extermínio.** Manaus, 04 de março de 1975.

²⁵² JORNAL A NOTÍCIA. **FUNAI: Mateiro é Analfabeto.** Manaus, 05 de março de 1975.

²⁵³ JORNAL A CRÍTICA. **FUNAI: Lolli deve sofrer das faculdades mentais.** Manaus, 05 de março de 1975.

²⁵⁴ BAPTISTA, Ângela Maria. **Relatório sobre a área indígena Waimiri/Atroari.** Brasília, 30 de julho de 1981.

²⁵⁵ CIMI. **Y-JUCA-PIRAMA. O índio: Aquele que deve morrer**(Documento de urgência assinado por Bispos e missionários). 23 de dezembro de 1973.

Manaus-Caracará”.²⁵⁶ “Missionários criticam os métodos da FUNAI”.²⁵⁷ “Atração de Atroaris é uma Invasão de Bárbaros”.²⁵⁸

Em 1980, a Prelazia de Itacoatiara juntamente com a OPAN e o CIMI, criaram a Equipe de Pastoral Indigenista e, em 1983, o Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari (MAREWA), passando a acompanhar criticamente a política indigenista do governo na área Waimiri-Atroari e a instalação dos projetos de energia²⁵⁹ e mineração.²⁶⁰ No mesmo ano o coordenador da Equipe, Egydio Schwade, foi convidado para participar do IV Tribunal Russell em Rotterdam (Holanda) onde denunciou as agressões sofridas pelos Waimiri-Atroari.^{261 262}

No caso Waimiri-Atroari, o Tribunal Russell afirmou que:

“queda absolutamente claro que existen graves violaciones de los Derechos Humanos” [e] “Etnocidios” [por:]

(1) El despojo de tierras indígenas mediante la violación de Tratados, acuerdos o principios jurídicos internacionales (...)

(2) La apropiación de los recursos naturales de los indígenas (...)

*(3) Invasiones no controladas de tierras indígenas por parte de no-indígenas, lo que indica claramente las intenciones etnocidas y genocidas. (p. 39)*²⁶³

²⁵⁶ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **CIMI pede paralisação da Manaus-Caracará.** São Paulo, 23 de janeiro de 1975.

²⁵⁷ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Missionários criticam os métodos da FUNAI.** São Paulo, 15 de abril de 1975.

²⁵⁸ JORNAL A CRÍTICA. **Atração de Atroaris é uma Invasão de Bárbaros.** Manaus, 27 de março de 1975.

²⁵⁹ JORNAL DO COMÉRCIO. **MAREWA e CIMI. Hidrelétrica mais uma vez criticada.** Manaus, 09 de maio de 1987.

²⁶⁰ JORNAL A CRÍTICA. **2.966.000 hectares. Área do Pitinga será devolvida aos índios. Paranapanema Sai. Área do Pitinga volta para Waimiri-Atroari.** Manaus, 09 de junho de 1987.

²⁶¹ SCHWADE, Egydio. **El Caso de los Waimiri-Atroari. IN: Report of the Fourth Russell Tribunal on the Indians of the Americas.** South América. Brasil. Rotterdam: 1980.

²⁶² JORNAL O ESTADO DO AMAZONAS. **Índios voltam a atacar.** Manaus, 06 a 13 de dezembro de 1980.

²⁶³ Informe del Cuarto Tribunal Russell sobre los Derechos de los pueblos Indígenas de las Américas. **Conclusiones.** Rotterdam: 1980.

E em 1990, o Primeiro Tribunal dos Povos que se reuniu em Paris, após analisar casos envolvendo crimes contra povos indígenas, entre eles o caso Waimiri-Atroari, pressionou o governo brasileiro a promover “a punição efetiva e rápida dos responsáveis diretos e indiretos, por atos que configuraram o extermínio coletivo.” (p. 39)²⁶⁴ Documentos e tomadas de posição fustigavam o governo mês a mês. Em 1983, o MAREWA publicou “Resistência Waimiri-Atroari”, denunciando a invasão da área Waimiri-Atroari pela BR-174, por mineradores e pela Hidrelétrica de Balbina com o apoio do governo militar.²⁶⁵

Em 19 de setembro de 1984 uma nota oficial da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) denunciava: “Reafirmamos que a mineradora Paranapanema atua dentro de área indígena, violando o artigo 198 da Constituição”.²⁶⁶ E o MAREWA voltou a denunciar em documento sob o título: “Hidrelétrica de Balbina contra Índios e Lavradores”.²⁶⁷ Em outubro do mesmo ano, junto com a Equipe de Pastoral Indigenista de Itacoatiara e o CIMI Norte I, o MAREWA voltou a denunciar: “Paranapanema lavra mineração dentro da reserva Waimiri-Atroari”.²⁶⁸

Era o último ano da Ditadura Militar, mas nada melhor do que analisar os acontecimentos na área Waimiri-Atroari dos três primeiros anos da Nova República para se entender a política indigenista do governo e como os interesses instalados na área pelos ditadores voltaram a se impor.

Com o fim da Ditadura Militar a política indigenista da FUNAI junto aos Waimiri-Atroari mudou de fato. Desde o início do ano de 1985 o Presidente da FUNAI, Sr. Jurandir da Silva Alves, chamou indigenistas de todas as linhas políticas para reorganizar a ação do órgão na área Waimiri-Atroari. Constituiu o Grupo de Estudo Waimiri-Atroari, assim justificado:

²⁶⁴ TRIBUNAL PERMANENT DES PEUPLES. TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS. Sessão Amazônia Brasileira. **Sentença**. Paris. 12-16 de outubro de 1990.

²⁶⁵ MAREWA. **Resistência Waimiri-Atroari**. Itacoatiara: 1983.

²⁶⁶ JORNAL A CRÍTICA. **Indígenas sofrem extermínio secular**. Manaus, 19 de setembro de 1984.

²⁶⁷ MAREWA. **Hidrelétrica de Balbina contra Índios e Lavradores**. BR-174. Itacoatiara, 23 de agosto de 1984.

²⁶⁸ MAREWA, Equipe de Pastoral Indigenista e CIMI de Itacoatiara. **Paranapanema lavra mineração dentro da reserva Waimiri-Atroari**. Itacoatiara, 21 de setembro de 1984.

a) contato conflituoso entre os Waimiri-Atroari e índios servidores da FUNAI; b) atritos entre Waimiri-Atroari e servidores da FUNAI; c) faccionalismo interno resultante da assistência prestada pela FUNAI; d) acentuada dependência do grupo indígena em relação a FUNAI e à Mineração Taboca e o consequente crescimento da influencia da Paranapanema; e) penetração esporádica e permanente na área indígena; f) pedidos de entrada de novas empresas de mineração; g) construção da hidrelétrica de Balbina que atingirá o P.I. Taquari e o P.I. Abonari; h) existência de índios arredios na área; i) existência do Contrato No. 039/82 entre Mineração Taboca e FUNAI.

O Grupo foi constituído de 11 pessoas, entre as quais duas intimamente ligadas aos acontecimentos na área durante a Ditadura Militar: José Porfírio de Carvalho, ex-Sub-Coordenador da COAMA (Coordenação da Amazônia - FUNAI), durante o período mais agressivo contra esses índios, ou seja, entre 1973 a 1975 e Sebastião Amâncio (FUNAI), aquele que usaria de violência, incluindo armas de fogo contra os índios, como declarou em entrevista ao jornal O Globo de 06 de janeiro de 1975.²⁶⁹ Participaram ainda do Grupo de Estudos os índios Waimiri-Atroari, Mario Paruwe e Viana Wome, o pesquisador Stephen Baines (UNB), os professores Egydio e Doroti Schwade (OPAN/CIMI), o advogado Felisberto Damasceno (CIMI) e mais quatro pessoas da FUNAI. A finalidade do grupo:

- Examinar o contrato No. 039/82 e o termo Aditivo No. 01/83, celebrado entre a FUNAI e a Empresa Timbó Indústria de Mineração Ltda:
- Examinar as propostas de limites existentes e apurar as razões que levaram a extinção da Reserva Waimiri-Atroari;
- Recomendar uma atuação indigenista adequada aos grupos indígenas Waimiri-Atroari;

²⁶⁹ JORNAL O GLOBO. **Sertanista vai usar até dinamite para se impor aos Waimiris.** Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1975.

- Criar um grupo especial para intervir na área Waimiri-Atroari pondo em prática os resultados propostos pelo Grupo de Estudo.²⁷⁰

Como se pode ver, os rumos da política indigenista oficial estavam realmente mudados. Como consequência do Grupo de Estudos e do Grupo de Trabalho que se seguiu, mudou também a ação indigenista na área Waimiri-Atroari. A última reunião do grupo se realizou na aldeia Yawará, no final do levantamento, com a participação de representantes de diversas aldeias Waimiri-Atroari, onde foram decididas ações concretas, entre elas, o início do programa de alfabetização, trabalho para o qual foram encarregados o casal de professores Egydio e Doroti Schwade (OPAN/CIMI). Estes foram morar com a família na mesma aldeia Yawará, sul de Roraima, onde iniciaram o processo de alfabetização na língua do povo Kiñá, através do método Paulo Freire.²⁷¹

Entretanto, o grupo dos empresários, instalado pela Ditadura Militar na área, formado de mineradores²⁷² e de empreiteiros interessados na conclusão da Hidrelétrica de Balbina,²⁷³ ²⁷⁴se sentiu ameaçado pela nova política indigenista. A reação não se fez esperar. Uma intensa campanha e pressão produziu dois meses depois a primeira vítima: a queda do Presidente da FUNAI ²⁷⁵ ²⁷⁶

²⁷⁰ ALVES, Jurandir da Silva (Presidente da FUNAI). **Portaria No. 1898**. 03 de julho de 1985.

²⁷¹ SCHWADE, Egydio. **Economia da Reciprocidade. Economia de Mercado X Economia da Reciprocidade, uma Discussão Necessária para um Futuro melhor na Amazonia**. Casa da Cultura do Urubuí, 16 de novembro de 1999. (É bom salientar que, apesar do CIMI estar diretamente ligado a Igreja Católica (CNBB), sua atuação junto aos povos indígenas não inclui a catequização, ao contrário, se opõe a esta prática comum tanto na Igreja Católica como nas igrejas evangélicas, sendo um dos principais responsáveis pela mudança dessa prática no Brasil).

²⁷² CEDI – CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO e CONAGE – COORDENAÇÃO NACIONAL DOS GEÓLOGOS. **Empresas de mineração e terras indígenas na Amazônia**. São Paulo – setembro de 1987.

²⁷³ BAINES, Sephen G. **Série Antropologia 138. O Território dos Waimiri-Atroari e o Indigenismo empresarial**. Brasília, 1993.

²⁷⁴ SILVA, Marcio (UNICAMP). **Taxa de crescimento da População Waimiri-Atroari cai nos últimos quatro anos**. Campinas, 10 de setembro de 1991

²⁷⁵ JORNAL A CRÍTICA. **FUNAI e DNPM liberam terras dos índios para mineradoras**. Manaus, 30 de junho de 1987.

²⁷⁶ MOREIRA, Memélia (Jornal O País). **Clima de Velha República na FUNAI**. Rio de Janeiro: 12/18 de setembro de 1985.

substituído por Romero Juca, indivíduo que logo revelou a que veio. Tornou-se o grande incentivador das empresas de mineração invasoras de áreas indígenas. Todo indigenismo sério sentiu-se de novo ameaçado. Já em outubro escrevia uma funcionária da FUNAI: “O que havia de bom na FUNAI em termos de profissionais competentes e leais aos índios foram sumariamente demitidos.” ²⁷⁷

Na aldeia Yawará os professores Egydio e Doroti Schwade (CIMI/OPAN) também começaram a sentir a pressão contra o seu trabalho. Em outubro a FUNAI enviou o linguista Nelmo Scher para fiscalizar o trabalho. No entanto, após um mês de observação e acompanhamento do processo de alfabetização desencadeado na aldeia Yawará, fez um relatório no qual depois de descrever brevemente o processo, concluiu com a seguinte recomendação:

A experiência que está sendo levada avante no PV Terraplanagem (Aldeia Yawará) deverá ser estendida aos outros grupos Atroaris (Xeri, Baixo e Alto Alalaú) e Waimiris se possível sob orientação dos professores da escola Yauará, porque são pessoas comprometidas vitalmente com a causa desse povo. Cumpre-me enfatizar que não percebi qualquer forma de proselitismo religioso ou interferência cultural por parte dos professores. Estão, sim, empenhados em recuperar e valorizar os costumes, crenças e festas típicas desse povo através de sua ação pedagógica. O processo pedagógico demanda um tempo prolongado, assim sendo, é necessário que os atuais professores do PV Terraplanagem sejam apoiados e que se se necessitar de um convenio com o CIMI para garantir sua presença, que o mesmo seja assinado. Assim a FUNAI estará prestando um serviço à causa dos Waimiri-Atroari. ²⁷⁸

Parecer semelhante foi dado por Zoraide Goulart, Programadora Educacional / 1ª.DR / FUNAI. ²⁷⁹ Mas de nada adiantou. Sebastião Amâncio já era

²⁷⁷ BETH. **Carta para os amigos Egydio e Doroty**. Rio de Janeiro, 01 de outubro de 1985.

²⁷⁸ SCHER, Nelmo Roque (Linguistas/FUNAI). **Relatório REF: ITE 042/85-AESP**. Brasília: Brasília, 28 de janeiro de 1986.

²⁷⁹ SANTOS, Zoraide Goulart dos (Programadora Educacional / 1ªDR / FUNAI). **Informação nº 18/Setor de Educação/85** (Assunto: Educação formal para os Waimiri-Atroari). Manaus: 30 de setembro de 1985.

então o Superintendente da FUNAI no Amazonas e influía diretamente nas decisões repressivas do órgão contra o indigenismo alternativo. Em dezembro de 1986 o casal de professores foi expulso. O chefe da Frente de Atração Waimiri-Atroari (FAWA-FUNAI) em relatório cheio de contradições, encerra atribuindo aos índios a decisão da expulsão. E ainda reforça o preconceito e a paranoia existente então entre os funcionários do órgão ao insinuar que a amizade dos índios para com os seus professores seria um prenúncio de que em breve os haveriam de massacrar.²⁸⁰

Seguiu-se ainda uma mudança radical na direção da ação indigenista na área. Um convênio FUNAI/Eletronorte criou o Programa Waimiri-Atroari (PWA) mediante o qual a Eletronorte passou a administrar a política indigenista na área. Entre os objetivos do PWA está o de “ampliar a compreensão dos mesmos [Waimiri-Atroari] acerca da realidade sóciopolítica brasileira”²⁸¹ o que vem ocorrendo por meio do convencimento de que são incapazes de resistir aos projetos do governo; doutrinação.²⁸²

Ainda durante a Ditadura Militar, o antropólogo e pesquisador do Museu Emilio Goeldi/CNPq, Stephen Grant Baines, iniciou, com muita dificuldade e esforço, em meio à represálias da FUNAI e dos militares, pesquisa junto ao povo Waimiri-Atroari. A sua tese de doutorado leva o título: “É a FUNAI que sabe”.²⁸³ Quando tentou retomar aos seus estudos em 1989, já como professor da UNB, juntamente com a sua assistente, a jornalista amazonense Verênilde Santos Pereira, ambos foram expulsos pelo coordenador do Programa Waimiri-Atroari, o indigenista José Porfírio de Carvalho.^{284 285 286}

²⁸⁰ CORRÊA, Raimundo Nonato (Coordenador do NAWA/FUNAI). **Comunicação Interna Nº 41/86. Relatório a Respeito da Saída do Sr. EgidioSwade (sic) da Área Waimiri/Atroari.** 30 de dezembro de 1986.

²⁸¹ Programa Waimiri-Atroari. **Elaboração: GT Portaria PP No. 1332/87.** 28 de outubro de 1987.

²⁸² JORNAL O GLOBO. **Perfil. José Porfírio de Carvalho, Consultor Eletrobras. Para negociar terra com índio, um indigenista.** Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2011.

²⁸³ BAINES, Stephen Grant. **É a FUNAI QUE SABE: A Frente de Atração Waimiri-Atroari,** Belém, CNPq, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1990.

²⁸⁴ PEREIRA, Verênilde Santos. **Impedimento para realização de pesquisa etnológica na área indígena Waimiri-Atroari.** fevereiro de 1990.

O trabalho de alfabetização também foi bruscamente interrompido. Os professores, Egydio Schwade e Doroti Alice Müller Schwade, foram expulsos em dezembro de 1986. E para desviar o foco das verdadeiras causas e dos interesses motivadores da expulsão, ao longo do ano de 1987, foi promovida uma campanha difamatória contra o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e seus apoiadores, incluindo o casal de professores e o pesquisador Stephen Grant Baines.²⁸⁷ ²⁸⁸ A campanha serviu de oportunidade ao Presidente da FUNAI, Romero Jucá, para assumir publicamente a autoria da expulsão dos professores da aldeia Yawara.²⁸⁹ E ao invés de ouvir os pareceres de suas assessorias, Romero Jucá reforçou as calúnias do jornal que acusavam os professores de estar a serviço de um cartel de empresas estrangeiras de mineração, crime que os dirigentes da FUNAI e os donos da empresa mineradora atuante na área Waimiri-Atroari cometiam.

²⁸⁵ BAINES, Stephen Grant (Pesquisador) e PEREIRA, Verenilde Santos (Assistente de Pesquisa). **Relatório de Pesquisa de Campo – “Expulsão” do Pesquisador Stephen Grant Baines e sua Assistente Verenilde Santos Pereira da Área Indígena Waimiri-Atroari.** Belém, 11 de julho de 1989.

²⁸⁶ BAINES, Stephen Grant. **Reflexões sobre a “Expulsão” de um Pesquisador Etnólogo de Área Indígena**. Fevereiro de 1990.

²⁸⁷ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Índios, o caminho para os minérios. Na Amazônia, aulas de agitação e panfletagem.** São Paulo, 13 de agosto de 1987. (No artigo este jornal que liderou a campanha difamatória sob o título, “Na Amazônia, aulas de agitação e panfletagem”, insinua uma vinculação do CIMI e dos professores a um suposto “cartel do Sudeste Asiático” que desejaria “recuperar condições de fixar os preços do minério a seu bel-prazer”. Afirma ainda que os professores valendo-se de cadernos (os professores apenas usavam folhas avulsas em suas aulas), incitavam os índios a se posicionarem contra a mineradora Taboca, empresa subsidiária da Paranapanema que invadiu a área Waimiri-Atroari no final da década de 70. Contraditoriamente insinuava também que o CIMI estaria explorando minérios na região. Por fim publicou o jornal: “Não é apenas junto aos índios que trabalham. Na mina, fazem agitação com linguagem estranha para a selva amazônica. Distribuem-se panfletos (...)”, quando na verdade a Paranapanema controlava todo o acesso a terra indígena mediante a empresa paramilitar Sacopã.

²⁸⁸ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **“Padre incitava índios contra os civilizados”.** São Paulo, 06 de outubro de 1987. (Neste artigo o jornal refere que “a cartilha utilizada pelo padre Egydio Shwade, ligado ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) para alfabetizar os índios Waimiri-Atroari, no território de Roraima, induzia esse grupo a recusar a presença de qualquer civilizado no local”. A acusação caiu por terra e se transformou em mais uma mentira grosseira já que o casal nunca se valeu de cartilha alguma em seu processo de alfabetização).

²⁸⁹ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Os índios e a nova Constituição – Final. O Evangelho do Cimi: índio, ouro... FUNAI conhecia conspiração de ‘missionários’.** São Paulo, 15 de agosto de 1987.

O jornal O Estado de São Paulo foi quem desencadeou a campanha difamatória. A Nação discutia então a Nova Constituição, onde a questão mineral teve um destaque todo especial, com as empresas nacionais e multinacionais procurando a todo o custo conseguir acesso livre às terras indígenas para a exploração do seu subsolo. A Nova República era então governada por José Sarney, ex-presidente do partido dos militares, portanto, igualmente interessado na ocultação dos crimes cometidos contra os Waimiri-Atroari. O CIMI participou intensamente das discussões e ajudou na mobilização dos índios em sua luta contra os interesses dos mineradores. A propósito, leia-se em Tendências/Debates na Folha de São Paulo: “Temporada de caça aos índios.”²⁹⁰

As acusações levianas do jornal provocaram uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) no Congresso. No parecer final, o relator da CPMI, Senador Ronan Tito, diz:

O Jornal O Estado de São Paulo foi ludibriado em sua boa-fé e (...) abriu seus espaços à divulgação de material de interesse jornalístico, mas de origem duvidosa e, certamente, elaborado com intuítos escusos e práticas fraudulentas.

O relator apresenta, diante da inexistência de base documental idônea, seu parecer conclusivo, sustentando não terem fundamento as denúncias que objetivaram a criação desta CPMI.

No entanto, dada a gravidade das questões abordadas, e para que não se vejam frustrados os parlamentares e a opinião pública no seu desejo de aprofundar as investigações aqui iniciadas, o relator propõe o encerramento desta etapa dos trabalhos, mas, ao mesmo tempo, propõe também, em continuidade, o início de nova etapa. Com base no artigo 175 do Regimento Interno do Senado Federal, sugere seja apresentado um Projeto de Resolução para apurar, em toda sua amplitude, todos os fatos relativos à exploração do subsolo amazônico, aos direitos dos índios e à possibilidade de existir, de fato, uma conspiração internacional envolvendo restrições à nossa soberania.(...)

²⁹⁰ JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. CUNHA, Manuela Carneiro da, RODRIGUES, José Albertino e CARVALHO, Wanderlino Teixeira de. **Temporada de caça aos índios**. São Paulo, 28 de setembro de 1987.

O relator sugere ainda que a Comissão envie cópia deste relatório e toda a documentação citada à autoridade competente para abertura de inquérito policial, Isto se justifica em face dos fortes indícios, aqui apresentados, de falsidade ideológica. (p. 6-7) ²⁹¹

Sugestão que nunca foi levada avante porque haveria de atingir aos interessados na campanha difamatória: a Paranapanema, Eletronorte e a FUNAI.

Mas houve também jornais que destacaram e denunciaram o entreguismo dos dirigentes da FUNAI da época, frente às mineradoras neste caso da expulsão dos professores. Vejam algumas manchetes: “FUNAI Vendida. Professores afastados da área Waimiri-Atroari”. ²⁹² “Alerta: Professores confessam a Causa do Afastamento”. ²⁹³ “Missionários expulsos. CIMI diz que FUNAI capitulou frente aos grupos econômicos”. ²⁹⁴ “CIMI contesta motivos da expulsão pela FUNAI”. ²⁹⁵ “CIMI reclama saída de área indígena. Retirada compulsória. Missionário denuncia política entreguista do Governo Federal”. ²⁹⁶

Sob a iniciativa do Programa Waimiri-Atroari – FUNAI/ELETRONORTE, foram também expulsos da área o linguista Márcio Silva da UNICAMP (Universidade de Campinas) e a sua companheira, a médica Marise Oliveira Fonseca ²⁹⁷. Marcio Silva tinha o interesse de pesquisar as relações de parentesco

²⁹¹ TITO, Ronan (Senador relator da CPMI). **Relatório da “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncias que vêm sendo formuladas pelo Jornal `O ESTADO DE SÃO PAULO`, referentes a uma conspiração internacional envolvendo restrições à soberania nacional sobre a região amazônica”**. Brasília, 7 de outubro de 1987.

²⁹² JORNAL A CRÍTICA. **FUNAI Vendida. Professores afastados da área Wamiri-Atroari**. Manaus, 20 de dezembro de 1986.

²⁹³ JORNAL A CRÍTICA. **Alerta. Professores confessam a Causa do Afastamento**. Manaus, 21 de dezembro de 1986.

²⁹⁴ JORNAL A NOTÍCIA. **Missionários expulsos. CIMI diz que FUNAI capitulou frente aos grupos econômicos**. Manaus, 24 de dezembro de 1986.

²⁹⁵ JORNAL A CRÍTICA. **CIMI contesta motivos da expulsão pela FUNAI**. Manaus, 23 de dezembro de 1986.

²⁹⁶ JORNAL A NOTÍCIA. **CIMI reclama saída de área indígena. Retirada compulsória. Missionário denuncia política entreguista do Governo Federal**. Manaus, 21 de dezembro de 1986

²⁹⁷ SILVA, Márcio Ferreira da (UNICAMP). **Carta a Professora Cecília Rodrigues de Souza** (Coordenadora do I Seminário de Estudos Waimiri-Atroari/UFAM). São Paulo, 24 de fevereiro de 1990.

Waimiri-Atroari, mas por interesse da FUNAI e pedidos dos Waimiri-Atroari, ele acabou se tornando o primeiro professor do Baixo Rio Camanaú, com trabalho de alfabetização na língua indígena, semelhante ao que foi desenvolvido pelo casal Egydio e Doroti Schwade no Alalaú. Sobre sua expulsão, Márcio Silva escreveu:

Recebi, entretanto, em meados de dezembro de 1987, um lacônico ofício comunicando a cassação de minha autorização de pesquisa, sob alegação de “comportamento não condizente em área indígena, contrário à filosofia da Funai”. Comportamento não condizente, qual?

A interrupção arbitrária de minha pesquisa de campo além disso ocorreu em um momento particularmente crítico para os Waimiri-Atroari. Durante os meses de agosto e setembro de 1987, uma epidemia de sarampo, trazida à aldeia por quatro Waimiri-Atroari que tinham ido a Manaus receber brindes da mineradora Taboca, logo contaminou toda a população do vale do Camanaú (...). O sarampo resultou em óbitos e problemas sociais subsequentes como a orfandade, viuvez e por algum tempo a severa escassez de produtos agrícolas.

Se, nos primeiros meses da pesquisa, Marise era mulher do pesquisador, durante a epidemia (...) tornei-me o marido da doutora. Durante este tempo, as aulas na escola foram interrompidas e passei a desempenhar, com a ajuda de alguns Waimiri-Atroari, as funções de cozinheiro e garçom, responsável pelo suporte alimentar durante a epidemia.

Apesar de contar com o apoio efetivo de instituições universitárias e associações científicas, como o PPGAS-MN/UFRJ, o Depto. De Linguística-Unicamp, o CNPq, a SBPC, a ABA, a Anpocs e a Abralín, que fizeram gestão junto à Funai, nunca mais pude reaver a autorização de pesquisa e voltar ao campo. A Funai não respondeu aos incontáveis pedidos de esclarecimentos relativos a cassação (p. 29, 30 e 31)²⁹⁸

²⁹⁸ SILVA, Marcio. **Romance de Primas e Primos: uma etnografia do parentesco Waimiri-Atroari**. Manaus: Valer/Edua, 2009.

Além do Programa Waimiri-Atroari, naquele tempo, não ter suporte eficiente à saúde e expor os índios aos riscos de epidemias, ainda expulsou todos os que se solidarizavam com a dura realidade daquele povo.

A interrupção destas três experiências junto ao povo Waimiri-Atroari teve tudo a ver com a ocultação da verdade sobre os massacres ocorridos durante a Ditadura Militar e de garantir a continuidade do saque das riquezas naturais da área indígena, pois essas experiências foram as que mais avançaram rumo a uma nova atitude e conhecimento do povo Waimiri-Atroari e na consequente elucidação dos fatos ocorridos durante a construção da BR-174.²⁹⁹

O Programa Waimiri-Atroari (PWA) submeteu a política indigenista local às empresas interessadas em sua terra e recursos naturais. Sua primeira tarefa foi transferir aproximadamente um terço dos índios Waimiri-Atroari para outro local do território, atendendo interesse da Eletronorte com relação à formação do lago de Balbina. A segunda ação foi levar um grupo de lideranças para a região de Tucuruí para convencê-los da fatalidade do que os reservava com relação a Balbina.³⁰⁰ E até hoje o PWA tem tido como um de seus papéis o isolamento dos Waimiri-Atroari para que a história de massacres e de saques continuem ocultos.^{301 302}

Sobre a reprodução dessa política em período mais atual, cabe a leitura das observações de Antônia Ludernilda Menezes de Sousa, em sua dissertação de mestrado:

Desde a FAWA, que os líderes Waimiri-Atroari envolvidos no processo de sujeição-alienação vêm colaborando com os propósitos da FUNAI, no qual foram induzidos a apresentarem um

²⁹⁹ SCHWADE, Egydio. **Por que continuam ocultos os assassinos dos Waimiri-Atroari. 2000 Waimiri-Atroari desaparecidos durante a Ditadura Militar – texto 4.** Casa da Cultura do Urubuí, 04 de setembro de 2011.

³⁰⁰ PROGRAMA WAIMIRI-ATROARI-PWA. **Elaboração: GT Portaria PP No. 1332/87.** 28 de outubro de 1987.

³⁰¹ FARIAS, Elaíze (Jornal A Crítica). **Dois mil índios waimiri-atroari contrários à rodovia desapareceram durante regime militar no Brasil.** 08 de abril de 2012.

³⁰² SOUSA, Antonia Ludernilda Menezes de. **Educação e Trabalho como Fatores de Transformações Políticas e Sociais na Sociedade Waimiri – Atroari entre 1970-2000.** Dissertação de Mestrado PPGE/UFAM. Manaus, 2009.

discurso imbuído de autenticidade e autodeterminação indígena. Isso fez com que muitas pessoas atribuíssem ao PWA o mérito de salvar esse povo da extinção. (...)

Durante as visitas que fizemos à sede do Programa, observamos que os funcionários procuram esconder os Waimiri-Atroari como se fossem “coisas” raras. E quando acontece de driblarmos essa vigilância, nos aproximamos deles, dialogamos com tranquilidade, não colocam obstáculos a nossa aproximação. Porém, quando um dos funcionários se aproxima e toma parte do diálogo, dirigindo a conversa; eles acatam em silêncio, baixando a cabeça, como se nada tivessem dito. Para o PWA, só são bem-vindas aquelas que têm vínculo com a ELETRONORTE e Paranapanema, ou grupos empresariais. (p. 42)³⁰³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Os Waimiri-Atroari tombaram no silêncio da mata e foram sutilmente enterrados e esquecidos no espaço e no tempo” (Apoena Meirelles).³⁰⁴

Não restam dúvidas de que o Governo Militar, utilizando-se de aparatos bélicos e em favor de interesses privados, cometeu o genocídio dos Waimiri-Atroari. Sem um contato, sem aviso prévio, da noite para o dia apareceram enormes máquinas destruindo o seu precioso patrimônio, de muita biodiversidade, do qual se consideravam administradores. Território defendido por eles até as

³⁰³ SOUSA, Antonia Ludernilda Menezes de. **Educação e Trabalho como Fatores de Transformações Políticas e Sociais na Sociedade Waimiri – Atroari entre 1970-2000**. Dissertação de Mestrado PPGE/UFAM. Manaus, 2009.

³⁰⁴ JORNAL O ESTADO DE SAO PAULO. **Apoena denuncia ameaça ao índio. Integração, hoje, é retrocesso**. São Paulo. 26 de outubro de 1975.

últimas consequências. “Os velhos achavam que kamña colocaria toda a nossa floresta de raízes para cima”, diziam os sobreviventes. E poderiam eles pensar outra coisa?

As estimativas demográficas do Povo Waimiri-Atroari entre as décadas de 1960 e 1970 indicam que mais de 2.000 pessoas morreram durante a construção da BR-174, a maioria assassinada. Além dos índios sobreviventes, elementos do Comando Militar da Amazônia e da FUNAI sabem os detalhes desta tragédia humana. A crueldade que levou ao desaparecimento destas milhares de pessoas nos vales dos Rios Urubú, Alalaú, Uatumã, Curiaú, Camanaú e Jauaperí até o Baixo Rio Negro é especialmente grave porque ameaçou a existência de um povo, os Kiña, e há indícios de que levou ao completo aniquilamento de pelo menos um outro, os Piriutiti.

Respostas à pergunta: “Apiemieke kamiña kiña bakapa?” Precisam ser dadas aos Kiña e conhecidas pela sociedade nacional para que os crimes contras os povos indígenas, os crimes de genocídio, cessem no Brasil e fiquem apenas como parte sombria de nossa história.

Neste documento procuramos apenas iniciar a busca dos esclarecimentos que toda a sociedade nacional tem o direito de saber. Esperamos que tenha continuidade e que faça aflorar a memória reprimida e ainda oculta desse povo. E como consequência não se instale um novo poder opressor a partir do dinheiro. Mas que possam viver daqui para frente em seu território seguro e que seus filhos e filhas possam crescer sem traumas e sem a violência que seus pais e avós sofreram.

Muitos sobreviventes Waimiri-Atroari, hoje pais de família, viveram durante seus primeiros anos de vida na floresta, fora da maloca. Alguns nasceram na floresta, fora de suas casas, porque esta foi queimada ou bombardeada. Sobreviveram no aconchego de suas mães angustiadas, verdadeiras heroínas, escondidas sustentando dias e semanas seus filhos na mata, onde procuravam abrigo e alimento longe de seus maridos, como sobreviventes dos massacres.

Para minimizar os traumas dessa tragédia esse povo precisa de justiça histórica e da criação de um novo ambiente de relacionamento humano,

demonstrando com toda a sinceridade e carinho que os acontecimentos, as injustiças, a tragédia vivida por eles, não são essência da sociedade nacional. Esta, em sua maior parte, repudiou e repudia tal brutalidade e pensa como eles sobre a vida: um bem-viver harmonioso e alegre.

A verdade é que o povo Kiña caiu “nas mãos de assaltantes” (Lc.10.30). A experiência vivida por esse povo nos ilustra o que os povos indígenas da Amazônia, atingidos por rodovias e grandes empreendimentos do governo e/ou privados, sofreram. Não podemos esquecer que esses acontecimentos fazem parte de toda a política repressiva adotada não só contra os índios, mas também contra todas as pessoas que se opunham aos projetos do governo militar. A presença da Aeronáutica e do Exército na repressão aos Kiña e ‘declarações de guerra’ explícitas fazem parte do autoritarismo que não temia nenhum julgamento da História. O que sucedeu nas florestas do povo Kiña foi possivelmente o que causou maior número de vítimas em terras brasileiras no período da Ditadura Militar.

Manaus, 17 de outubro de 2012

COMITÊ DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DO AMAZONAS

Coordenadores

Egydio Schwade

Wilson C. Braga Reis

REFERÊNCIAS

Secção I – Desenhos e Documentos Kiña

1. ATE. **Desenho Kiñá: Panaitohpa tikiriya**. Escola Yawará, 20 de maio de 1986.
2. BARARÁ. **Desenho Kiñá: Governo**. Escola Yawará, sd.
3. ESCOLA YAWARÁ. **Desenho Kiñá: Maiká Morava na Sua Audeia**. Escola Yawará, 24 de abril da 1986.
4. JOSÉ MARIA. **Desenho Kiñá: Kamña manî**. Escola Yawará, sd.
5. KEWE, Claudio. **Desenho Kiña Tikiriya**. Escola Yawará, 20 de maio de 1986.
6. KEWE, Claudio. **Desenho Kiña. Tikiriya sumiu**. Escola Yawará, 14 de maio de 1986.
7. KEWE, Claudio. **Desenho Kiña. Maiká Kamña Nakpanakî**. Yawará, s/d.
8. PANAXI, Olindo. **Desenho Kiñá: Kupritî**. Escola Yawara, s/d.
9. PANAXI, Olindo. **Desenhos Kiña: Homens com fuzil, bomba [maxi] e escondidos**. Escola Yawara, 25 de maio de 1986. 1986 (com anotações de aula de Egydio Schwade no verso do).
10. PIKIDA. **Desenho Kiñá: Maiká Mudî**. Escola Yawará, 24 de abril de 1986.
11. PIKIDA. **Desenho Kiñá: O meu pai foi atirado**. Escola Yawara, 26 de novembro de 1986.
12. PIKIDA. **Desenho Kiñá: Pikida Mudî**. Escola Yawará, 20 de maio de 1986.
13. SEHE, Gerôncio. **Desenhos Kiñá: Homem chorando ao ser metralhado**. Escola Yawara. 18 de novembro de 1985.
14. SEHE, Gerôncio. **Desenhos Kiñá: Kamña matou todos**. Escola Yawara, 28 de maio de 1986.
15. TAPRÎMA. **Desenho Kiñá: Tikiriya itohpa**. Escola Yawará, 20 de maio de 1986.
16. WOMÉ ATROARI, Viana e PARUÉ ATROARI, Mario (novos líderes Waimiri-Atroari). **Carta ao Presidente da República, Ministro das minas e energias, Ministro do Interior e ao Presidente da FUNAI**. Brasília, 10 de março de 1986. [Protocolada na portaria da presidência da república dia 12 de março de 1986]
17. WOMÉ, Viana. **Desenhos Kiña: Maloca Tikiria furada e com parede caída**. Escola Yawara, 20 de maio de 1986.
18. YABA, Feliciano. **Desenho Kiñá: Kamña apiyemiyekî**. Escola Yawará, 04 de junho de 86.
19. YABA, Feliciano. **Desenho Kiñá: Maiká**. Escola Yawará, 24 de abril de 1986.
20. YABA, Feliciano. **Desenho Kiñá: Por que?**. Yawará, 24 de abril de 1986.

Secção II – Trabalhos e Artigos Acadêmicos

21. BAINES, Stephen Grant (Departamento de Antropologia / UNB). **A política governamental e os waimiri-atroari: administrações indígenas, mineração de estanho e a construção de "autodeterminação indígena" dirigida**. Série Antropologia 126, Brasília, 1992.
22. BAINES, Stephen Grant (Departamento de Antropologia / UNB). **Censuras e Memórias da Pacificação Wamiri-Atroari**. In: Série Antropologia 148. Brasília, 1993 [Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie148empdf.pdf>].
23. BAINES, Stephen Grant (Departamento de Antropologia / UNB). **Comentário a Respeito do “Relatório Sobre a Visita aos Waimiri-Atroari: de 20 a 25 de setembro de 1992”, da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA**. Brasília 19 de maio de 1993.
24. BAINES, Stephen Grant (Departamento de Antropologia/UNB). **Carta a Professora Cecília Maria Rodrigues de Souza (Coordenadora do I seminário Waimiri-Atroari / UFAM / Núcleo de Etnolingüística)**. Brasília, 23 de fevereiro de 1990 [Publicada parcialmente no Jornal A Notícia, de 07 de março de 1990].
25. BAINES, Stephen Grant (Museu Paraense Emílio Goeldi – Departamento de Ciências Humanas – Antropologia). **Relatório de Pesquisa de Campo – “Expulsão” do Pesquisador e Sua Assistente Verenilde Santos Pereira da Área Indígena Waimiri-Atroari**. Belém, 11 de julho de 1989.
26. BAINES, Stephen Grant (Professor do Departamento de Antropologia/UNB). **Carta a Egydio Schwade**. 04 de setembro de 2011.
27. BAINES, Stephen Grant (Professor do Departamento de Antropologia/UNB). **Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP. 2000. V. 43 Nº 2.
28. BAINES, Stephen Grant. **O Território dos Waimiri-Atroari e o Indigenismo empresarial**. Série Antropologia 138. Brasília, 1993.
29. BAINES, Stephen Grant. **Os Waimiri-Atroari e Empresas Mineradoras**. Belém, 21 de fevereiro de 1989.
30. BAINES, Stephen Grant. **Reflexões sobre a “Expulsão” de um Pesquisador Etnólogo de Área Indígena**. Fevereiro de 1990
31. HÜBNER, Georg e KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Die Yauapery**. In: **Zeitschrift für Ethnologie**, Nr.19, Berlin: 1907, p. 232 (225-248).
32. PEREIRA, Verenilde Santos. **Impedimento para realização de pesquisa etnológica na área indígena Waimiri-Atroari**. Brasília, fevereiro de 1990.
33. SCHWADE, Tiago Maiká Müller Schwade. **Reordenamento Territorial e Conflitos Agrários em Presidente Figueiredo – Amazonas. Dissertação de Mestrado**. PPGCASA/UFAM: Manaus, 2012.

34. SILVA, Márcio Ferreira da (UNICAMP). **Carta a Professora Cecília Redrigues de Souza (Coordenadora do I Seminário de Estudos Waimiri-Atroari/UFAM)**. São Paulo, 24 de fevereiro de 1990.
35. SILVA, Márcio Ferreira da (UNICAMP). **Carta ao Professor Dr. Silvio Coelho dos Santos** (Presidente da Associação Brasileira de Antropologia - ABA). Campinas, 19 de junho de 1993.
36. SILVA, Márcio. **O Parentesco Waimiri-Atroari: Observações Preliminares. Simpósio ABA/ANPOCS. Pesquisas Recentes em Etnologia e História Indígena da Amazonia**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belem, 08 de dezembro de 1987.
37. SILVA, Márcio. **Taxa de crescimento da população Waimiri-Atroari cai nos últimos quatro anos**. UNICAMP. Cidade Universitária, 10 de setembro de 1991.
38. SOUSA, Antonia Ludernilda Menezes de. **Educação e Trabalho como Fatores de Transformações Políticas e Sociais na Sociedade Waimiri – Atroari entre 1970-2000**. Dissertação de Mestrado PPGE/UFAM. Manaus, 2009.

Secção III – Documentos do SPI, FUNAI e PWA

39. ALVES, Gerson da Silva (Presidente da FUNAI). **Portaria No. 1898. 03 de julho de 1985**.
40. BAPTISTA, Ângela Maria. **Relatório sobre a área indígena Waimiri/Atroari**. Brasília, 30 de julho de 1981.
41. CALLERI, Padre João (FUNAI). Missão Alalaú/Relatório Nº5. **IN: Serviço de Rádio Comunicação**. Manaus, 26 de outubro de 1968.
42. CALLERI, Padre João (FUNAI). **Informação situação Alalaú**. Manaus, 30 de setembro de 1968.
43. CONSELHO INDIGENISTA DA FUNAI (CIF). **Ata da 81ª Sessão, Realizada em 24 de janeiro de 1975**. Rio de Janeiro: 1975.
44. CORRÊA, Raimundo Nonato (Coordenador do NAWA/FUNAI). **Comunicação Interna Nº 41/86. Relatório a Respeito da Saída do Sr. Egidio Swade (sic) da Área Waimiri/Atroari**. 30 de dezembro de 1986.
45. CORREIA, Egipson Nunes (Atendente de enfermagem/FUNAI). **Epidemia de sarampo entre os Waimiri-Atroari**. 02 de junho de 1981.
46. COSTA, Gilberto Pinto Figueiredo (FUNAI). **Relatório da Frente de Atração Waimiri-Atroari, de acordo com o Memo No.363/73, de 1973**. Manaus, 27 de outubro de 1973.
47. EGUFE, Leonida (Atendente de enfermagem/FUNAI). **Relatório: Sarampo na área dos Waimiri-Atroari**. maio de 1981.

48. FIRMO, Sebastião Nunes (Coordenador da FAWA / FUNAI). **Relatório da Viagem ao Posto Indígena do Camanaú**. Manaus, 19 de outubro de 1976.
49. FLÔRES, General Clodomiro Fortes (Diretor Geral do DGPI / FUNAI). **Ao Presidente da FUNAI**. Brasília, 17 de fevereiro de 1971.
50. FONSECA, Ney da (Chefe da DDF). **MEMO Nº 006/DDF/DGPI**. Brasília, 18 de maio de 1980.
51. JACOBINA, Alberto Pizarro (1ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios SPI). **Relatório referente ao exercício de 1944**, apresentado pelo Chefe da I. R. 1, AlbetoPizzarro Jacobina. Manaus, 07 de novembro de 1973.
52. LEAL, Paulo Moreira (Presidente da FUNAI) e LACOMBE, Carlos Octávio Cavalcanti (Representante da Empresa Timbó Indústria de Mineração Ltda). **Contrato Nº 039/82, que entre si celebram a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e a Empresa Timbó Indústria de Mineração Ltda, objetivando a construção de uma estrada secundária**. Brasília, 09 de julho de 1982
53. LEAL, Paulo Moreira (Presidente da FUNAI); e LACOMBE, Carlos Octávio Cavalcanti (Representante da Empresa Timbó Indústria de Mineração Ltda.). **Termo Aditivo Nº 01/83,ao Contrato Nº 039/82, que entre si celebram a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Empresa Timbó Indústria de Mineração Ltda, objetivando a construção de uma estrada secundária**. Brasília, 22 de junho de 1983.
54. MELLO, Cláudio H. Pagano (Diretor do Departamento Geral do Patrimônio Indígena / FUNAI). **Instrução Técnica Nº 033/DGPI**, de 24 de julho de 1980.
55. MELLO, General Oscar Gerônimo Bandeira de (Presidente da FUNAI). **Of.30/DGPI. Assunto: Certidão Negativa (indefer)**. Brasília, 24 de fevereiro de 1971.
56. MOREIRA NETO, Carlos (FUNAI). **Informação sobre os índios Waimiri-Atroari**. 1975
57. NOVION, Holga Cristina Lopes. **Instrução Técnica Executiva 042/AESP** de 29 de outubro de 1985.
58. OLIVEIRA, General Ismarth de Araújo (Presidente da FUNAI). **Of. Nº 038/PRES. Ao Secretário Executivo do CIMI, Egydio Schwade**. Brasília, 27 de janeiro de 1975.
59. OLIVEIRA, Rubens Auto da Cruz (FUNAI/DGPC). **Postos Indígenas da FUNAI / Primeira Delegacia Regional / Estado do Amazonas**. Brasília, 1972.
60. ORTEGA, Herácleto Cunha (Ass. Téc.). **Relatório Referente ao Memo. Nº 006/DDF/DGPI**. Brasília, 18 de maio de 1980.
61. PROGRAMA WAIMIRI-ATROARI – PWA (ELETRONORTE/FUNAI). **Elaboração: GT Portaria PP No. 1332/87**. NAWA, 25 de outubro de 1987.
62. ROCHA, Leandro Mendes (assessor da AESP/FUNAI), SCHER, Nelmo Roque (Pesquisador/FUNAI) e NOGUEIRA, Otília Maria Correia da Escóssia

- (Antropologa/FUNAI). **Memo. No. 662/85 – AESP. Ao Pres. da FUNAI.** 29 de novembro de 1985.
63. SANTOS, Paulo Monteiro dos (Diretor do Departamento Geral de Estudos Indígenas / FUNAI). **Ref. Proc.: nº 570/71. Brasília, 16 de março de 1971** [Encaminhado à Chefe do Museu do Índio, em 23 de março de 1971, e ao Presidente da FUNAI em 13 de abril de 1971].
64. SANTOS, Paulo Monteiro dos (Diretor do Departamento Geral de Estudos Indígenas / FUNAI). **Ref. Proc.: FUNAI/BSB/320/71.** Brasília, 18 de fevereiro de 1971.
65. SANTOS, Zoraide Goulart dos (Programadora Educacional / 1ªDR / FUNAI). **Informação nº 18/Setor de Educação/85** (Assunto: Educação formal para os Waimiri-Atroari). Manaus: 30 de setembro de 1985
66. SCHER, Nelmo Roque (Linguista/FUNAI). **Relatório REF: ITE 042/85-AESP.** Brasília: Brasília, 28 de janeiro de 1986. [Scher foi designado para a comunidade indígena Waimiri-Atroari com a finalidade de avaliar as reivindicações de implantação de um sistema educacional específico para a área pela Instrução Técnica Executiva Nº 042/AESP, de 29 de outubro de 1985]

Secção IV – Outros Documentos Oficiais

67. BRASIL. **Constituição Federal de 1967.**
68. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica (Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica).** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.
69. CARIJÓ, Coronel Mauro (Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem – Amazonas). **Para o Dr. Otávio Melo, superintendente da RENOR. Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás/ Belém – Pará.** Manaus, 30 de outubro de 1967.
70. CARIJÓ, Coronel Mauro (Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem – Amazonas). **OF.DER/Am/DG/Nº130/68. Ao Major de Cavalaria Luiz Gonzaga Ramalho de Castro (Chefe do Serviço de Fiscalização da Importação, Depósito e Trafego de Produtos Controlados pelo Ministério do Exército).** Manaus, 14 de março de 1968.
71. CARIJÓ, Eng. Mauro (Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem – Amazonas). **OF.DER/Am/DG/Nº392/68. Ao Tem. Cel. Mirto Martins Ribeiro (Chefe do Serviço de Fiscalização da Importação, Depósito e Trafego de Produtos Controlados pelo Ministério do**

Exército – Quartel General do Grupamento de Elementos de Fronteira).
Manaus, 08 de outubro de 1968

72. **Certidão de Cadeia Dominial de lote registrado no Cartório da Comarca de Presidente Figueiredo.** Mat. 584/L.2-E/Fls 193.
73. CORDEIRO, Eng. Otávio Kopke de Magalhães (Diretor Geral em Exercício do Departamento de Estradas de Rodagem – Amazonas). **OF.DER/Am/DG/Nº170/68. Ao Major de Cavalaria Luiz Gonzaga Ramalho de Castro** (Chefe do Serviço de Fiscalização da Importação, Depósito e Tráfego de Produtos Controlados pelo Ministério do Exército). Manaus, 04 de abril de 1968.
74. COSTA, Franklin Rodrigues da. **Relatório do Procedimento administrativo instaurado pela 5ª Comarca de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o objetivo de investigar a legalidade da outorga de títulos de terras pelo Estado de Amazonas a empresários paulistas, bem como a licitude do pagamento de indenização, por parte da Eletronorte, a títulos de desapropriação, na área na qual foi construída a Usina Hidrelétrica de Balbina, aos cessionários dos títulos. Processo MPF/PGR/1.00.000.000929-72.** Brasília: Ministério Público Federal / Procuradoria Regional da República da 1ª Região, 2007.
75. DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO AMAZONAS (DER-AM). **Mensagem OF. Nº5.** Manaus, 26 de outubro de 1968.
76. FIGUEIREDO, João Batista de (Presidente da República); ANDREAZZA, Mário David. **Decreto Nº 86.630, de 23 de novembro de 1981.** Diário Oficial, 25 de novembro de 1981.
77. ITEAM (Instituto de Terras do Amazonas). **Banco digital de dados geográficos.** ITEAM. Manaus, 2012.
78. LUZ, Acyr Ávila da (Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM). **Alvará Nr. 1669.** Brasília, 07 outubro de 1974.
79. MÉDICI, Emílio G. (Presidente da República) e CAVALCANTI, José Costa (Ministro do Interior). **Decreto Nº 68.907, de 13 de julho de 1971.** Diário Oficial, 14 de julho de 1971.
80. PAES, Gen. Bda. Gentil Nogueira (Comando Militar da Amazônia, 2º. Grupamento de Engenharia e Construção). **Of. No. 042-E2 – CONF.** MANAUS, 21 de novembro de 1974.
81. SARNEY, José (Presidente da República). **Decreto nº 92.426, 25 de fevereiro de 1986.** Diário Oficial, 26 de fevereiro de 1986.
82. SARNEY, José (Presidente da República). **Decreto nº 97.837, de 16 de junho de 1989.** Diário Oficial, 19 de junho de 1989.
83. TITO, Ronan senador. **Relatório da “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncias que vêm sendo formuladas pelo Jornal `O ESTADO DE SÃO PAULO`, referentes a uma conspiração internacional envolvendo restrições à soberania nacional sobre a região amazônica”.** Brasília, 7 de outubro de 1987.

84. UEKI, Shigeaki (Ministro de Estado das Minas e Energia). **Alvará Nº 461 de 31 de janeiro de 1979.**
85. VIEIRA JUNIOR, Bel. Helio. MINISTERIO DA JUSTIÇA. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO AMAZONAS. **Of. No./69/75/CART.** MANAUS, 05 de fevereiro de 1975.

Secção V – Livros

86. BAINES, Stephen Grant. **“É a FUNAI que sabe”: A frente de atração Waimiri-Atroari.** Belém: MPEG/CNPq/CST/PR, 1991.
87. BANDEIRA, General Alípio. **Jauapery.** Manaus, 1926, pg.40.
88. BRASIL, General Altino Berthier. **O Pajé da Beira da Estrada.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana (EST), 1986.
89. CARVALHO, José Porfírio Fontenele de. **Waimiri-Atroari: a história que ainda não foi contada.** Brasília, 1982.
90. OLIVEIRA, Dr. José Aldemir. **Cidades na Selva.** Manaus: Valer, 2000.
91. OPAN – Operação Anchieta (hoje Operação Amazônia Nativa). **A Conquista da Escrita: Encontros de Educação Indígena.** Iluminuras – Projetos e Produções Editoriais Ltda: São Paulo, 1989. Pags 139 – 149

Secção VI – Documentos de Instituições e Movimentos de Apoio a Causa Indígena.

92. Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e Coordenação Nacional dos Geólogos (CONAGE). **Empresas de Mineração e Terras Indígenas na Amazônia.** São Paulo: CEDI, 1988.
93. CIMI. **Y-Juca-Pirama. O índio: Aquele que deve morrer** (Documento de urgência assinado por Bispos e missionários). 23 de dezembro de 1973
94. IASI JUNIOR, Antônio (CIMI). **CPI do Índio: uma CPI Impossível.** IN: Diário do Congresso Nacional. Ano XXXIII – Suplemento ao Nº 72, Brasília: 17 de julho de 1978.
95. MAREWA (Movimento de Apoio a Resistência Waimiri/Atroari) Equipe de Pastoral Indigenista e CIMI de Itacoatiara. **Paranapanema lavra mineração dentro da reserva Waimiri-Atroari.** Itacoatiara, 21 de setembro de 1984

96. MAREWA (Movimento de Apoio a Resistência Waimiri/Atroari). **Hidrelétrica de Balbina contra Índios e Lavradores. BR-174.** Itacoatiara, 23 de agosto de 1984
97. MAREWA (Movimento de Apoio a Resistência Waimiri/Atroari). **Resistência Waimiri/Atroari.** Itacoatiara, 1983.
98. PRELAZIA DE RORAIMA. **Comissão pró-índio. Atividade extraordinária. Pacificação: Índios Waimiri-Atroari.** Manaus, 4 de outubro de 1968.
99. SCHWADE, Doroti Alice Müller (MAREWA). **Carta a companheiros e amigos.** Presidente Figueiredo, 18 de dezembro de 1990.
100. SCHWADE, Egydio (CIMI/OPAN). **Notas a partir de relatos de aula.** Escola Yawará, 1985-1986.
101. SCHWADE, Egydio (MAREWA). **Calha Norte. Waimiri-Atroari: Uma experiência ilustrativa.** Presidente Figueiredo, 03 de julho de 1987.
102. SCHWADE, Egydio e PEREIRA, Verenilde (Pastoral Indigenista de Itacoatiara/OPAN). **Nem Bárbaros Nem Integrados: Waimiri e Atroari.** Maio de 1981.
103. SCHWADE, Egydio e SCHWADE, Doroti Alice Müller (CIMI/OPAN). **Carta para Zoraide Goulart dos Santos. FUNAI.** Presidente Figueiredo, 14 de dezembro de 1986.
104. SCHWADE, Egydio e SCHWADE, Doroti Alice Müller (CIMI/OPAN). **Comentário a respeito do relatório do Sr. Raimundo Nonato Correa.** Presidente Figueiredo, 26 de março de 1987.
105. SCHWADE, Egydio e SCHWADE, Doroti Alice Müller (CIMI/OPAN). **Relatório 1ª Experiência de Alfabetização entre os Waimiri/Atroari.** Presidente Figueiredo, 15 de dezembro de 1986.
106. SCHWADE, Egydio e SCHWADE, Doroti Alice Müller (MAREWA). **As Terras Waimiri-Atroari no Ciclo do Minério.** Presidente Figueiredo, 21 de abril de 1985.

Secção VII – Documentos de Organismos Internacionais

107. SCHWADE, Egydio. **A Guerra de Extermínio Contra os Waimiri-Atroari.** Novembro de 1980. (Denúncia levada ao IV Tribunal Russell/Rotterdam/novembro de 1980).
108. SCHWADE, Egydio. **El Caso de los Waimiri-Atroari.** IN: Report of the Fourth Russell Tribunal on the Indians of the Americas. South América. Brasil. Rotterdam: 1980.
109. SCHWADE, Egydio. **Le prix des grands projets en Amazonie: L'extermination des Waimiris-Atroaris.** In: Recherches Amérindiennes au Québec, Vol. XX. No. 2, 1990.

110. TRIBUNAL PERMANENT DES PEUPLES. **TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS. Sessão Amazônia Brasileira.** Sentença. Paris. 12-16 de outubro de 1990.
111. TRIBUNAL RUSSELL. **Informe del Cuarto Tribunal Russell sobre los Derechos de los pueblos Indígenas de las Américas.** Conclusiones. Rotterdam: 1980.

Secção VIII – Documentos da Casa da Cultura do Urubuí

112. SCHWADE, Egidio. **2000 Waimiri-Atroari desaparecidos durante a Ditadura Militar.** (Síntese dos acontecimentos em seis artigos publicados no Blog: www.urubui.blospot.com). Presidente Figueiredo, 2011 e 2012.
113. SCHWADE, Egidio. **2000 Waimiri-Atroari desaparecidos durante a Ditadura Militar – Texto 3: Por que Kamña matou kiña?**. publicado no Blog: www.urubui.blospot.com. Presidente Figueiredo, 14 de maio de 2011
114. SCHWADE, Egidio. **2000 Waimiri-Atroari Desaparecidos durante a Ditadura Militar – Texto 6: Estratégias de Ocultação da História Kiña (Waimirí-Atroari).** Casa da Cultura do Urubuí, 09 de abril de 2012.
115. SCHWADE, Egidio. **2000 Waimiri-Atroari desaparecidos durante a Ditadura Militar – texto 4: Por que continuam ocultos os assassinos dos Waimiri-Atroari.** Casa da Cultura do Urubuí, 04 de setembro de 2011.
116. SCHWADE, Egidio. **Economia da Reciprocidade. Economia de Mercado X Economia da Reciprocidade, uma Discussão Necessária para um Futuro melhor na Amazônia.** Casa da Cultura do Urubuí, 16 de novembro de 1999.
117. SCHWADE, Egidio. **Grileiros Paulistas Invadiram Amazônia como se fosse Vazio Demográfico.** Casa da Cultura do Urubuí, 17 de dezembro de 2009.
118. SCHWADE, Egidio. **Tombaram no silencio da mata.** Relato inédito. Presidente Figueiredo, 2007.

Secção IX - Documentos de Empresas

119. ANDRADE SANTOS E CIA LTDA (Armazéns de Ferragens). **Relação de Munições Vendidas ao Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas (entre setembro e agosto de 1968).** Manaus, 05 de outubro de 1968.

120. LLANO, Raul Garcia (Presidente da Eletronorte) e GUIMARAES, Fausto Cesar Vaz (Diretor Técnico da Eletronorte). **1.00.0017.79. Ao Pres. da FUNAI, Gen. Ismarth de Araújo Oliveira. Ass.: Eventual interferência do reservatório da UHE Balbina com a Reserva Indígena Waimiri-Atroari, no Estado do AM.** Brasília, 15 de janeiro de 1979.
121. MINERAÇÃO TABOCA S.A. **A Empresa – Histórico.** Disponível em: <<http://www.mtaboca.com.br/port/empresa/historico.asp>>. Acessado em: 02 de setembro de 2012.

Secção X – Outros Documentos

122. CAMPOS, J. Queiroz. **Nós os Assassinos dos Índios** –s/d inédito
123. CASADO, Rogélio e GRIEBEL, Rogério. **Balbina no País da Impunidade.** Filme. 26min. 1989. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=2v40-zvNW0k>
124. IBGE. **Cidra.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010univentorno.asp>>. Acessado em: 10 de março de 2012.
125. BARROSO NETO, Aniceto. **Programa Waimiri-Atroari: as promessas e os contos de seus vigários.** Manaus, s/d.
126. BETH. **Carta para Egydio e Doroty.** Rio de Janeiro. 01 de outubro de 1985.
127. SCHWADE, Egydio e SCHWADE, Tiago Maiká Müller (Orgs). **Entrevista com Raimundo Pereira da Silva sobre a construção da BR-174.** Presidente Figueiredo, 11 de outubro de 2012.
128. TV Brasil. AmazôniaAdentro. Primeiro Episódio: Waimiri-Atroari. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=lbDkac9Nz9k>. Acessado em 14 de outubro de 2012. (17:47 – 18:37 min.)

Secção XI – Artigos de Jornal, Revistas e Periódicos

129. CORREA, Serafim (Vereador em Manaus). **Ações Nominativas com Direito a Voto.** In: Jornal Diário do Amazonas. Manaus, 19 de setembro de 1989.
130. JORNAL A CRÍTICA. **“Namoro”, a fase mais difícil para Apoena.** Manaus, 28 de março de 1975.

131. JORNAL A CRÍTICA. **2.966.000 hectares. Área do Pitinga será devolvida aos índios. Paranapanema Sai. Área do Pitinga volta para Waimiri-Atroari.** Manaus, 09 de junho de 1987.
132. JORNAL A CRÍTICA. **A questão maior é do índio.** Manaus, 11 de julho de 1985.
133. JORNAL A CRÍTICA. **Alerta. Professores confessam a Causa do Afastamento.** Manaus, 21 de dezembro de 1986.
134. JORNAL A CRÍTICA. **Apoena está na Cachoeira Criminosa – situação de perigo.** 30 de março de 1975.
135. JORNAL A CRÍTICA. **Atração Atroari é desafio à FUNAI.** Manaus, 15 de abril de 1975.
136. JORNAL A CRÍTICA. **Atração de Atroaris é uma Invasão de Bárbaros.** 27 de março de 1975.
137. JORNAL A CRÍTICA. **CIMI contesta motivos da expulsão pela FUNAI.** Manaus, 23 de dezembro de 1986.
138. JORNAL A CRÍTICA. **Danilo protesta contra interdição do Alalaú.** Manaus, 27 de novembro de 1968.
139. JORNAL A CRÍTICA. **DNER Desiste, mas o CIGS quer ir à Selva. Comerciante diz que sabe de branca entre atroaris.** Manaus, 03 de dezembro de 1968.
140. JORNAL A CRÍTICA. **FUNAI e DNPM liberam terras dos índios para mineradoras.** Manaus, 30 de junho de 1987.
141. JORNAL A CRÍTICA. **FUNAI Vendida. Professores afastados da área Wamiri-Atroari.** 20 de dezembro de 1986.
142. JORNAL A CRÍTICA. **FUNAI: Lolli deve sofrer das faculdades mentais.** Manaus, 05 de março de 1975.
143. JORNAL A CRÍTICA. **Governador acusa índios pelo atraso de Roraima.** Manaus, 05 de março de 1975.
144. JORNAL A CRÍTICA. **Indígenas sofrem extermínio secular.** Manaus, 19 de setembro de 1984
145. JORNAL A CRÍTICA. **Japão quer ouro da Amazônia pela dívida.** Manaus, 05 de abril de 1990.
146. JORNAL A CRÍTICA. **Método da FUNAI leva o índio ao extermínio.** Manaus, 04 de março de 1975.
147. JORNAL A CRÍTICA. **Mineração em relação as áreas indígenas.** Manaus, 30 de setembro de 1984.
148. JORNAL A CRÍTICA. **Presidente em Manaus. Conclusão de Balbina é irreversível.** Manaus, 03 de novembro de 1985.
149. JORNAL A CRÍTICA. **Selvagens já querem jogar futebol.** Manaus, 05 de maio de 1978.
150. JORNAL A CRÍTICA. **Sertanista defende método Atroari e condena CIMI.** Manaus, 08 de abril de 1975.

151. JORNAL A CRÍTICA. **Subprocurador pedirá a prisão de Tuma.** Manaus, 11 de janeiro de 1990.
152. JORNAL A CRÍTICA; FARIAS, Elaíze. **Dois mil índios waimiri-atroari contrários à rodovia desapareceram durante regime militar no Brasil.** Manaus, 08 de abril de 2012.
153. JORNAL A NOTÍCIA. **40 Waimiri Atroari visitam posto da FUNAI. Sem Ameaça.** Manaus, 31 de janeiro de 1979.
154. JORNAL A NOTICIA. **Companhia mineradora invade reserva índia.** Manaus, 11 de março de 1982.
155. JORNAL A NOTÍCIA. **FUNAI: Mateiro é Analfabeto.** Manaus, 05 de março de 1975.
156. JORNAL A NOTÍCIA. **Missionários expulsos. CIMI diz que FUNAI capitulou frente aos grupos econômicos.** Manaus, 24 de dezembro de 1986.
157. JORNAL A NOTÍCIA. **Retirada compulsória. Missionário denuncia política entreguista do Governo Federal. CIMI reclama saída de área indígena.** Manaus, 21 de dezembro de 1986.
158. JORNAL A NOTÍCIA. **Sertanista Estevão Pinto descobre nova tribo indígena.** Manaus, 01 de abril de 1988.
159. JORNAL CORREIO DA MANHÃ. **6º Batalhão Vence Região dos Índios.** Brasília, 01 de agosto de 1972
160. JORNAL CORREIO DA MANHÃ. **Mortos pelos Índios os Membros de uma Expedição.** 25 de outubro de 1944 [fonte original: arquivos da Diocese de Corumbá – MS].
161. JORNAL DA TARDE. **O mistério do chefe branco.** Manaus, 27 de novembro de 1968.
162. JORNAL DE BRASÍLIA. **Balbina trará economia de 200 milhões de litros.** Brasília, 10 de novembro de 1985.
163. JORNAL DE BRASÍLIA. **INDIOS. 1º Advertência: Será punido o sertanista do terror.** Manaus, 07 de janeiro de 1975.
164. JORNAL DE BRASÍLIA; MOREIRA, Memélia. **Os Índios. Morte na rota da estrada: são os atroaris.** Brasília, 05 de janeiro de 1975.
165. JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Operários fogem da selva, é o pavor do Atroari.** Porto Alegre, 04 de dezembro de 1968
166. JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Surgiu a Estória de um Branco no Massacre. O Branco Maruaga.** Desencontro Salvou a Terceira Mulher. Porto Alegre, 30 de novembro de 1968.
167. JORNAL DIÁRIO DO AMAZONAS. **CIMI protesta. FUNAI foge à sua função para apoiar interesses do governo.** Manaus, 27 de setembro de 1986.
168. JORNAL DIÁRIO DO AMAZONAS. **Paranapanema na Berlinda. Serafim vai atacar com nova denúncia.** Manaus, 17 de setembro de 1989.

169. JORNAL DIÁRIO DO AMAZONAS. **Paranapanema paga pra ver apoio no Congresso. Ação Popular e CPI da corrupção.** Manaus, 26 de setembro de 1989.
170. JORNAL DO BRASIL. **Atroaris levam Ismar a Manaus.** Rio de Janeiro. 09 de janeiro de 1975.
171. JORNAL DO BRASIL. **Atroaris são mamelucos e tinham contato com branco.** Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1968.
172. JORNAL DO BRASIL. **Atroaris têm contato com militares na Manaus-Caracaraí.** Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1973.
173. JORNAL DO BRASIL. **FUNAI denuncia interesses escusos no caso dos atroaris.** Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1968.
174. JORNAL DO BRASIL. **FUNAI encontra o terceiro sobrevivente do massacre.** Rio de Janeiro, 08 de outubro de 1974.
175. JORNAL DO BRASIL. **FUNAI ignora expedição de militares para investigar massacre da Missão Calleri.** Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1968.
176. JORNAL DO BRASIL. **Máquinas chegam ao território dos waimiris-atroaris.** Brasília, 17 de janeiro de 1974.
177. JORNAL DO BRASIL. **Nas nossas selvas quem é que manda, os índios ou os estrangeiros armados?. O Massacre da Missão do Pe. Calleri fez voltar à tona um Problema Sério.** Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 1968
178. JORNAL DO BRASIL. **Problemas com índios não param estrada.** Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1975.
179. JORNAL DO COMÉRCIO. **Arredios no igarapé Pitinga.** Manaus, 14 de setembro de 1985.
180. JORNAL DO COMÉRCIO. **Balbina, uma lamparina de 700 milhões de dólares. Balbina/índios.** Manaus, 31 de julho de 1988.
181. JORNAL DO COMÉRCIO. **DER-AM pacificará índios no caminho da estrada Manaus-venezuela.** Manaus, 18 de junho de 1968.
182. JORNAL DO COMÉRCIO. **Índios. Missionário alerta para a transferência.** Manaus, 27 de abril de 1987.
183. JORNAL DO COMÉRCIO. **MAREWA e CIMI. Hidrelétrica mais uma vez criticada.** Manaus, 09 de maio de 1987.
184. JORNAL DO COMÉRCIO. **Paranapanema invade reserva dos Waimiri.** Manaus, 11 de março de 1982.
185. JORNAL DO COMÉRCIO. **Seminário da FUA: Denúncias contra DNPM e Mineradora.** Manaus, 27 de setembro de 1986.
186. JORNAL DO COMÉRCIO. **Waimiri/Atroari quer entendimento.** Manaus, 08 de março de 1990.
187. JORNAL FOLHA DA TARDE. **Mineradora invade terras indígenas: AM.** São Paulo, 11 de março de 1982.

188. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. CUNHA, Manuela Carneiro da, RODRIGUES, José Albertino e CARVALHO, Wanderlino Teixeira de. **Temporada de caça aos índios**. São Paulo, 28 de setembro de 1987.
189. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Relatório da FAB sobre massacre aponta presença de brancos entre os “Atroaris”**. São Paulo, 13 de dezembro de 1968.
190. JORNAL NOTÍCIAS POPULARES. **FUNAI se protege dos índios mais perigosos**. 19 de outubro de 1974.
191. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Apoena denuncia ameaça ao índio. Integração, hoje, é retrocesso**. São Paulo, 26 de outubro de 1975.
192. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Apoena Meirelles procura Atroaris**. São Paulo, 28 de março de 1975.
193. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Atroaris ainda ameaçam atacar. Presença de soldados inquieta. Vingança pode ser motivo**. São Paulo, 17 de agosto de 1975.
194. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Atroaris demonstram difícil opção da FUNAI**. São Paulo, 05 de janeiro de 1975.
195. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Atroaris disparam flechas contra avião de Ismarth**. São Paulo, 21 de março de 1975.
196. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Caído na mata, o sobrevivente**. Manaus, 08 de outubro de 1974.
197. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **CIMI pede paralisação da Manaus-Caracaráí**. São Paulo, 23 de janeiro de 1975.
198. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Fiscal traz fatos que incriminam brancos**. São Paulo, 15 de dezembro de 1968.
199. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **FUNAI acha mais um sertanista morto pelos atroaris**. São Paulo, 06 de outubro de 1974.
200. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **FUNAI ainda mantém silêncio**. São Paulo, 01 de janeiro de 1975.
201. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **FUNAI apressa contatos com waimiris-atroaris. A tática do diálogo mesmo com riscos**. São Paulo, 29 de outubro de 1975.
202. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **FUNAI não cogita de vetar a Estrada**. São Paulo, 25 de janeiro de 1975.
203. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **FUNAI vai punir o sertanista que usaria dinamite**. São Paulo, 07 de janeiro de 1975.
204. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Índio exige seguro para atrair Atroari**. São Paulo, 11 de março de 1975.
205. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Missionários criticam os métodos da FUNAI**. São Paulo, 15 de abril de 1975.
206. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **O escândalo da hidrelétrica de Balbina. Índios desistem de brigar pelas terras ocupadas**. São Paulo, 31 de julho de 1988.

207. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Os índios e a nova Constituição – Final. O Evangelho do Cimi: índio, ouro... FUNAI conhecia conspiração de ‘missionários’.** Brasília, 15 de agosto de 1987.
208. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Os índios e a nova Constituição - IV. **Índios, o caminho para os minérios. Na Amazônia, aulas de agitação e panfletagem.** São Paulo, 13 de agosto de 1987.
209. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Os perigosos atroaris já aceitam presentes.** São Paulo, 30 de maio de 1972.
210. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Os uaimiri-atroari já aceitam o branco. A espera paciente no posto da FUNAI. Assimilando costumes da civilização. Roupas, alimentação – as mudanças.** São Paulo, 28 de abril de 1981.
211. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Padre incitava índios contra os civilizados.** São Paulo, 06 de outubro de 1987.
212. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **PARASAR não encontrou os corpos. Aeronáutica admite hipótese de ataque. Chefe seria um branco.** São Paulo, 26 de novembro de 1968.
213. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Sertanista quer Postos Seguros e Índios a Distância.** São Paulo, 04 de janeiro de 1975.
214. JORNAL O ESTADO DO AMAPÁ. **Índios voltam a atacar.** Manaus 06 a 13 de dezembro de 1980.
215. JORNAL O GLOBO. **FUNAI manda reiniciar desmatamento.** Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1975.
216. JORNAL O GLOBO. **FUNAI não usará plano do sertanista Amâncio.** Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1975.
217. JORNAL O GLOBO. **Ligação Manaus-Boa Vista pode acabar com waimiris.** Rio de Janeiro, 07 de março de 1977.
218. JORNAL O GLOBO. **Sertanista encontra corpos flechados de dois trabalhadores.** Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1974
219. JORNAL O GLOBO. **Sertanista vai usar até dinamite para se impor aos Waimiris.** Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1975.
220. JORNAL O PAÍS; MOREIRA, Memélia. **Clima de Velha República na FUNAI.** Rio de Janeiro: 12/18 de setembro de 1985.
221. JORNAL OPINIÃO. **Que fazer com os índios? Quem vai ensinar ao branco como lidar com o índio?** Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1975.
222. JORNAL OPINIÃO. **Que fazer com os índios?: Entrevista com o sertanista Apoená Meirelles.** Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1975.
223. JORNAL PORANTIN (CIMI). **Denúncia. Paranapanema, mina de corrupção.** Brasília, abril de 1990.
224. JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA. **Os mistérios da Paranapanema. De quase falida à próspera.** Rio de Janeiro, 03 de novembro de 1989.

225. O ESTADO DE SÃO PAULO; LIMA, Manoel. **Atroaris ainda ameaçam atacar. Presença de soldados inquieta. Vingança pode ser o motivo.** São Paulo, 17 de agosto de 1975
226. O ESTADO DE SÃO PAULO; LIMA, Manoel. **Sugerida a mudança dos Atroaris. Atroaris: Segundo coronel, não podem ficar mais perto da estrada.** São Paulo, 21 de janeiro de 1975.
227. O ESTADO DE SÃO PAULO; LIMA, Manoel. **Uma guerra à espera de Apoená.** 20 de fevereiro de 1975.
228. O ESTADO DE SÃO PAULO; LUCENA, Eliana. **Funai ainda desagrada missões.** São Paulo, 27 de abril de 1975.
229. PRESLAND, Anna. **Waimiri-Atroari: The Massacres behind the Myth.** IN: ARC – AnthropologyResource Center Newsletter. vol. 3 no.4.december 1979.
230. REVISTA VEJA. **Dois coronéis e um tenente limpam a selva.** São Paulo, 06 de novembro de 1985.
231. SCHWADE, Egydio. **Carta a Professora Cecília.** Manaus, 06 de março de 1990. [Publicada no Jornal A Notícia, de 07 de março de 1990].

Manaus, 17 de outubro de 2012

COMITÊ DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DO AMAZONAS

Coordenadores

Egydio Schwade

Wilson C. Braga Reis